

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

MARIANA JAFET CESTARI

**A CONSTITUIÇÃO DO DISCURSO FEMINISTA NO BRASIL E NA
ARGENTINA NOS ANOS 1970**

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Mónica Graciela Zoppi Fontana

CAMPINAS
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
TERESINHA DE JESUS JACINTHO – CRB8/6879 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE
ESTUDOS DA LINGUAGEM - UNICAMP

Unidade BCC L
T/UNICAMP
Cutter C338c
V. Ed.
Tombo BC 92457
Proc. 16P-130-11
C D
Preço 77,00
Data 08/09/11
Cód. tit. 803742

C338c

Cestari, Mariana Jafet, 1982-

A constituição do discurso feminista no Brasil e na Argentina na década de 1970 / Mariana Jafet Cestari. -- Campinas, SP : [s.n.], 2011.

Orientador : Monica Graciela Zoppi-Fontana.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Análise do discurso - Mulheres. 2. Sujeito (Análise do discurso). 3. Discurso político. 4. Lugar de enunciação. 5. Feminismo. I. Zoppi-Fontana, Mônica, 1961-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: The constitution of feminist discourse in Brazil and Argentina in the 70s.

Palavras-chave em inglês:

Discourse analysis - Women

Subject (Discourse analysis)

Political discourse

Enunciation place

Feminism

Área de concentração: Inexistente

Titulação: Mestre em Linguística.

Banca examinadora:

Monica Graciela Zoppi-Fontana [Orientador]

Lucília Maria Sousa Romão

Angela Maria Carneiro Araujo

Data da defesa: 16-06-2011.

Programa de Pós-Graduação: Linguística.

BANCA EXAMINADORA:

Monica Graciela Zoppi-Fontana

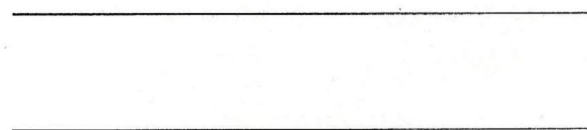
Lucilia Maria Sousa Romão

Angela Maria Carneiro Araujo



Claudia Regina Castellanos Pfeiffer

Maria da Conceição Fonseca Silva



IEL/UNICAMP
2011

AGRADECIMENTOS

À *FAPESP*, por ter financiado a presente pesquisa.

A *CAPES/SPU*, pelo financiamento de meu intercâmbio com a Universidade de Buenos Aires.

À *Profª. Mónica Zoppi Fontana*, pelas excelentes aulas no IEL, pela orientação e comentários preciosos para o andamento do trabalho aqui apresentado.

À *Profª Maria da Conceição Fonseca Silva*, pelas sugestões quando da qualificação.

À *Profª Lucília Maria Sousa Romão*, por suas contribuições na qualificação e na banca de defesa.

À *Profª Ângela Araújo*, pelas discussões teóricas e experiência do fazer acadêmico coletivo no Grupo de Gênero da ITCP-Unicamp, pelas aulas no IFCH, pela aceitação em compor a banca e dialogar com outra área de conhecimento.

À *Profª Cláudia Regina Castellanos Pfeiffer*, pela disponibilidade em compor a suplência da banca.

Ao *Prof. Sírío Possenti*, pelas aulas instigantes no IEL, por suas leituras atentas de minhas resenhas e ensaios, por ensinar a reescrita.

À *Profª Andréa Andújar*, pela acolhida bem humorada na Universidade de Buenos Aires.

Aos funcionários *Cláudio Pereira Platero*, *Rosemeire Aparecida de Almeida Marcelino* e *Miguel Leonel dos Santos*, da secretaria de Pós-Graduação do IEL, por sempre facilitarem a vida.

À doutoranda *Catalina Trebisacce*, pela acolhida em Buenos Aires, pelos diálogos sobre o feminismo na Argentina, troca de bibliografia e documentos, pesquisas de arquivo conjuntas e, principalmente, pela amizade.

A *Sara Torres*, por abrir seu arquivo pessoal à pesquisa, pela entrevista concedida, pelo exemplo generoso de militância e pelas conversas deliciosas acompanhadas de café e risadas.

A *Alan Carneiro*, por suas leituras críticas de meus trabalhos acadêmicos, companhia e amizade que se reinventa.

A *Larissa Rybka*, amiga de todas as horas e companheira feminista que me inspira e provoca.

A *Isabel Isoldi*, *Ton Almeida* e *Benjamin*, por facilitarem a escrita do texto, cuidando de mim e fazendo meus pés aterrarem nos momentos difíceis.

A *Sérgio Augusto de Souza*, pelo apoio na digitalização dos documentos de arquivo e companheirismo.

A *Denis Forigo*, por filmar o reencontro das mulheres que compuseram o conselho editorial do jornal *Nós Mulheres*, pelas reflexões e produções na comunicação.

A *Cecília Camargo Pereira*, pelas orientações burocráticas e conselhos amigos.

A *Tia Beth*, pela tradução do resumo para o inglês e escuta amorosa.

À família do *Ilê Omo Aiyê* e à *Comunidade Jongo Dito Ribeiro*, pelo o que não se pode dizer com palavras.

Aos meus irmãos *Daniel* e *André*, por me ensinarem a alteridade e a cumplicidade.

Aos meus pais, *Edith* e *César*, pelo incentivo para seguir caminhos de autonomia, pelos cuidados incondicionais, por me ensinarem a gostar de ler, a sonhar e lutar por um mundo melhor.

Especialmente, agradeço a *Isadora Machado*, pelo reencontro encantado, pela revisão do texto e companhia na lida solitária da escrita, imprescindíveis para a conclusão desse trabalho.

RESUMO

A emergência da “segunda onda feminista” no Brasil e na Argentina a partir dos anos 1970, como parte da conjuntura da América Latina, implicou a formação do sujeito político *mulheres feministas* relacionada à constituição de um lugar de enunciação coletivo das mulheres e para as mulheres no discurso e na história. A partir do lugar teórico-metodológico da Análise do Discurso materialista, a análise comparativa da constituição do discurso feminista nos dois países é profícua para observar semelhanças e especificidades destes processos discursivos e a relação de forças com outros discursos em circulação na sociedade naquele período. Para tanto, o *corpus* discursivo da pesquisa é composto por enunciados de textos feministas escritos (periódicos, panfletos, resoluções de encontros e manifestos) em circulação no Brasil e na Argentina nos anos 1970, com destaque para o jornal *Nós Mulheres* (1976-1978) e a revista *Persona* (1974-1976). A descrição dos processos discursivos que representam imaginariamente os lugares sociais e as posições que funcionam como espaço de identificação no qual as mulheres se constituem/significam como feministas e enquanto tais como novo sujeito político, pela adesão ativa, nas lutas políticas e sociais empreendidas pelo movimento, produz elementos para se apreender a constituição deste lugar de enunciação. O questionamento presente no discurso feminista dos limites entre o público e o privado, com sua expressão na palavra de ordem “O pessoal é político!”, é constitutivo do lugar de enunciação do sujeito político *mulheres feministas*. Considera-se que o movimento e o discurso feminista eram (e são) heterogêneos e produziram diferentes sentidos em condições de produção determinadas. As regularidades de certas projeções imaginárias no discurso feminista no Brasil e na Argentina sustentam a existência de uma formação discursiva feminista, que funciona como uma espécie de “auto-dicionário” e “matriz de sentido” do discurso feminista e na qual se configuram diversas posições sujeito.

Palavras-chave: discurso político; lugar de enunciação; sujeito (Análise do Discurso); feminismo.

ABSTRACT

The emergence of the “second wave of feminism” in Brazil and Argentina in the beginning of the 70s, as part of the Latin American economic outlook, implied in the formation of the political subject *feminist women* related to the formation of a collective enunciation place of women and for women in discourse and in history. From the theoretical-methodological materialist Discourse Analysis, a comparative analysis of the constitution of the feminist discourse in both countries are useful to observe similarities and singularities of these discursive processes and the force relation with other discourses circulating in society at that time. Therefore the discursive *corpus* of the research is constituted by enunciations of written feminist texts (newspapers, pamphlets, meeting decisions and open letters) circulating in Brazil and Argentina in the 70s, standing out is the newspaper *Nós Mulheres* (1976-1978) and the magazine *Persona* (1974-1976). The description of discursive processes which imaginably represent social places and positions which behave as a space of identification, where women constitute/signify as feminists and as so, as a new political subject by active support in political e social struggles, undertaken by the movement, produces elements so that one can apprehend the constitution of this enunciation place. Questioning the border between public and private in the feminist discourse, expressed by the watchword “The private is political!” establishes the enunciation place of the political subject *feminist women*. Feminist movement and discourse were (and are) heterogeneous and produce different meanings in certain production conditions. Regularity of certain imaginary projections in the feminist discourse in Brazil and Argentina sustain the existence of a feminist discursive formation that works like a “self-dictionary” and a “source for meaning” of the feminine discourse where we find several subject positions.

Keywords: political discourse; enunciation place; subject (Discourse Analysis); feminism.

LISTA DE ABREVIATURAS

Jornal Nós Mulheres – NM

Jornal Brasil Mulher – BM

Revista Persona – P

Revista Muchacha – M

SUMÁRIO

Introdução.....	15
1. Análise do Discurso: condições de produção e subjetivação.....	33
1.1 Condições de produção.....	39
1.2 Materialismo histórico e teoria do discurso.....	46
1.3 Subjetivação e identificação no discurso.....	52
2. <i>Corpus</i> discursivo e gestos de leitura	59
2.1 Delimitação do <i>corpus</i> , levantamento realizado e descrição dos materiais.....	61
2.2 Reflexões sobre a constituição do <i>corpus</i> discursivo.....	68
3. Discurso feminista brasileiro.....	79
4. Discurso feminista argentino.....	113
Considerações finais.....	145
Referências bibliográficas.....	155
Anexos: imagens dos periódicos feministas.....	161

INTRODUÇÃO

Vou te fazer uma confissão: estou um pouco assustada. É que não sei onde me levará esta minha liberdade. Não é arbitrária nem libertina. Mas estou solta. (...) Estou livre? Tem qualquer coisa que ainda me prende. Ou prendo-me a ela? Também é assim: não estou toda solta por estar em união com tudo. (...) Parece-me que pela primeira vez estou sabendo das coisas. A impressão é que só não vou mais até as coisas para não me ultrapassar. Tenho certo medo de mim, não sou de confiança, e desconfio do meu falso poder. (...) Não dirijo nada. Nem as minhas próprias palavras. Mas não é triste: é humildade alegre.

Clarice Lispector, *Água Viva*

Em uma caixa de jornais velhos, um deles me chamou a atenção. Na manchete, estavam “As mulheres em busca da liberdade” e, na ilustração, uma mulher de braços fortes, seios a mostra e bandeira em punho (a legenda dizia: “livre interpretação do quadro de Delacroix *A liberdade guiando o povo*”). Era a edição número 7 do jornal *Nós Mulheres*, de março de 1978. Entre outros periódicos da imprensa independente dos anos 1970, o exemplar fora guardado por meus pais, militantes políticos da esquerda naquele período.

Tirei o pó de minhas lembranças: cenas, gestos, fotos, frases, cartas e poemas de mulheres célebres e do meu cotidiano. Admirava Vovó Teresa e sua luta de mulher negra e religiosa de matriz africana; Dona Cida e a luta das mulheres e homens trabalhadores rurais sem terra; Helenira Resende, o movimento estudantil e a ousadia guerrilheira; Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin, Alexandra Kollontai e Pagu, com o discurso, prática e contradições da luta socialista e do amor livre. Não podia viver sem Clarice Lispector e seus (meus) questionamentos – e de quantas mais mulheres? Com Hilda Hilst, costurava o infinito sobre o peito. Teria sido eu a menina séria de Ana Cristina César?

Folhee com avidez as páginas amareladas. Estava disposta a adentrar a história e os dizeres daquelas mulheres. Por minha vivência nos movimentos sociais, sabia da importância dos anos 70 para a luta feminista e para a participação das mulheres na política de forma geral. Intrigavam-me os encontros e desencontros do feminismo com a esquerda e com os movimentos populares dos quais ouvia dizer e que permeavam minha militância. Afinal, eles eram atuais e parte de minha experiência pessoal, apesar de circular em nossa sociedade a ideia de que o feminismo é coisa do passado. Assumi o desafio de entrelaçar minha vida profissional aos anseios que me acompanhavam. Resolvi tomar a palavra, como fizeram aquelas a quem dedico meu trabalho: para dizer de nós mulheres, de nossa luta por voz na política e por outra concepção do político.

E, do ponto de vista da Análise do Discurso (AD), principalmente para discutir o processo de constituição de um lugar de dizer das mulheres, quando estas disputaram os sentidos de política, com a politização do que era considerado assunto do âmbito privado ou pessoal, e conquistaram a possibilidade de dizer a partir de posições sujeito identificadas com o feminismo. Analisamos comparativamente a constituição do discurso feminista no Brasil e na Argentina nos anos 1970 para, especificamente, apreender a relação entre o processo de formação do sujeito político *mulheres feministas* e a constituição de um novo lugar de enunciação coletivo das mulheres e para as mulheres no discurso e na história.

Assumimos o ponto de vista de que a abordagem da AD contribui para a compreensão da emergência do feminismo no Brasil e na Argentina na década de 1970, objeto de outras áreas do conhecimento, como a Sociologia, a Antropologia e a História. Esta contribuição está em seu foco na articulação entre história, ideologia e linguagem, destacando que o *modo de dizer* do feminismo, além do *que diz*, é constitutivo deste movimento político e fundamental para entender suas propostas e seu impacto na correlação de forças entre os sentidos em uma determinada formação social.

Consideramos que este tipo de pesquisa também possibilita uma série de reflexões teóricas para área da AD, como a relação entre discurso, história e memória; os dispositivos de *identificação/subjetivação* no discurso; as formas de enunciação do político e de representação do sujeito político, entre outras. Ademais, ainda há poucos estudos comparativos do feminismo no Brasil e na Argentina, apesar do esforço de pesquisas sobre os feminismos e a luta das mulheres na história recente do Cone Sul.¹

A luta das mulheres por voz na política não é de hoje. Foram muitas as formas de ousadia e organização intentadas por mulheres diversas, em conjunturas das mais variadas. A historiografia a partir dos anos 1970 passou a buscar outras histórias senão a oficial e os estudos no campo da história social das mulheres empreendidos na academia, em um momento de emergência do feminismo em nível internacional, iniciaram a denúncia do apagamento das mulheres na historiografia, reivindicando a reescrita da história pelas mãos das que foram invisibilizadas. Outros setores e movimentos sociais ignorados em geral pela

¹ A realização do *I Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*, em maio de 2009, na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC é um marco para as pesquisas desta temática. O evento reuniu professores, estudantes e pesquisadores de seis países do Cone Sul e afirmou as especificidades do movimento de mulheres e do feminismo latino-americano em relação aos movimentos europeus e estadunidenses.

historiografia também passaram paulatinamente a ser considerados. O personagem histórico universal cedeu lugar a uma pluralidade de sujeitos históricos.

Este esforço, nos marcos da crise dos paradigmas tradicionais da escrita da História, favoreceu a inclusão e a incorporação de abordagens de gênero nos estudos historiográficos (MATOS, 1997). Romper com a invisibilidade das mulheres na história oficial e elaborar a escrita da história das mulheres exigiu o questionamento dos pressupostos da disciplina. Uma das influências mais importantes dessa nova forma de abordagem da história foi “a descoberta do político no âmbito do cotidiano”. Assim, “a expansão dos estudos sobre a mulher vinculou-se a uma redefinição do político” (MATOS, 1997, p. 75).

O esforço inicial de reescrever a história de grupos excluídos sem questionar certos pressupostos da disciplina esbarrou em limites, o que resultou na reiteração de significados dominantes sobre o papel social da mulher. Em seguida, as historiadoras compreenderam que não se trataria apenas de evidenciar a trajetória de luta das mulheres e os diferentes lugares que ocuparam historicamente, mas de conferir novos olhares ao passado (e ao presente) a partir de uma perspectiva que considerasse as relações de gênero como um dos pilares das relações sociais. Além disso, procura-se abandonar os relatos que apresentam as mulheres como vítimas da ocultação das histórias oficiais e passar a analisar suas experiências específicas (ANDÚJAR et al., 2009). Também são evitados os relatos que constroem a imagem de mulheres heroínas. Ao englobar as relações sociais de sexo em sua investigação, o estudo da história de homens e mulheres tornou-se mais complexo.

Uma das grandes contribuições para as reflexões acerca desta temática foi o texto *Prefácio a Gender and Politics of History*, de Scott (1994), historiadora social em busca da visibilidade da história das mulheres.² Neste texto, partindo de uma perspectiva que define como pós-estruturalista, Scott adota o termo gênero com o significado de “saber a respeito das diferenças sexuais” (SCOTT, 1994, p.12). Este saber é produzido historicamente no interior de epistemologias de forma complexa e autônoma (ou quase), a partir de disputas políticas acerca dos usos e significados destas mesmas epistemologias. É um saber inconcluso que não traz verdades e não se refere somente a ideias, mas a práticas (relações

² O texto foi traduzido para o português por uma pesquisadora no Núcleo Pagu (Unicamp) e publicado em 1988. Apesar da tradução restrita ao prefácio e de seus enunciados não terem a pretensão de alcançar respostas sobre a relação entre gênero e história, mas de questioná-la, a reflexão que provocou nas acadêmicas feministas brasileiras é comprovada pela adoção do texto como referência em muitos dos estudos de gênero, inclusive para além dos limites tradicionais da história.

sociais). Enquanto um modo de ordenar o mundo, não antecede a organização social: é inseparável dela.

A história, por sua vez, não é somente o instrumento analítico para o registro das mudanças da organização social da diferença sexual. Participa da produção do saber sobre a diferença sexual, assumindo tanto o lugar de objeto da atenção analítica quanto de método de análise. Assim, os termos “mulher” e “homem” deixam de ser tomados como categorias transparentes da disciplina da história e são questionados enquanto significados em disputa e resultantes de relações de poder guardadas no interior da própria disciplina. Da mesma forma, outros termos como classe, trabalhador, público, produção são questionados. Estes questionamentos levaram à superação da simples tentativa de buscar a pluralidade dentro da história oficial e à crítica das categorias usadas pela disciplina da história como limitantes e excludentes para o estudo das desigualdades de gênero. Também resultaram, a partir da ampliação do político e da politização do cotidiano, no estudo de eventos e processos antes não considerados objetos da história.

No intento de construir a história do feminismo, pesquisadoras propuseram sua organização em ondas³. A década de 1970 teria sido marco inaugural da “segunda onda feminista” na América Latina, que desde a década anterior desenvolvia-se nos Estados Unidos e em diversos países da Europa.⁴ Este é um momento de repercussão significativa da “questão da mulher” no mundo, em que manifestações que se autodenominam como feministas são realizadas. A postura da ONU de decretar o ano de 1975 como Ano Internacional das Mulheres é resultante, em grande medida, da atuação das feministas, demonstrando seu alcance (PEDRO, 2006).

³ Nesta introdução, apresentamos um panorama do feminismo de “segunda onda” no Cone Sul e uma síntese da leitura que empreendemos da bibliografia do campo dos estudos de gênero acerca do feminismo brasileiro e argentino dos anos 1970. Sem o intuito de descrever o contexto ou pano de fundo do discurso feminista, pretendemos situar os gestos de leitura (majoritariamente os realizados na academia) sobre este movimento social e político, de modo a contribuir para a leitura do nosso trabalho para além do âmbito da Análise do Discurso (AD), campo em que é produzido, assim como a introduzir os leitores do campo da AD às temáticas do feminismo. Com a assunção da Análise do Discurso como dispositivo teórico-metodológico dessa pesquisa, deslocaremos nossa perspectiva de abordagem da história, conforme expomos em nosso capítulo teórico. O discurso da historiografia sobre os feminismos que estudamos será retomado no capítulo dois da dissertação, sobre a delimitação do *corpus* discursivo.

⁴ A “segunda onda feminista” ficou conhecida por pautas que envolviam o corpo e a sexualidade, entre outras temáticas. A “primeira onda feminista”, por sua vez, é lembrada principalmente pelas lutas por direitos sociais, com destaque para a luta sufragista do início do final do século XIX e início do século XX.

Sobre a emergência do movimento feminista, os estereótipos sobre o movimento e os conflitos políticos envolvidos, Colling (1997, p.39-40) afirma que:

realmente as mulheres viraram o mundo de cabeça para baixo, desistindo do papel de coadjuvantes da história para fazerem parte do elenco principal. Para serem vistas e ouvidas, evocaram Simone de Beauvoir, que dizia que a questão da emancipação da mulher não é uma questão de felicidade, mas de liberdade. Liberdade para trocar a paz pela luta, a segurança pelo questionamento. E isso não foi uma tarefa fácil e pacífica, porque, afinal, elas estavam subvertendo a ordem estabelecida. Acusações de que as mulheres se organizavam contra os homens, queimavam sutiãs (uma alusão ao movimento liderado pela americana Betty Friedan), eram mal-amadas ou lésbicas estavam estampadas nos principais jornais e encontravam apoio entre homens e mulheres conservadores. Para eles, quem estava sendo ameaçada era a família, que se desagregaria com a mulher que não tivesse como única função servir o marido e procriar.

Viviam-se as influências de um momento político que marcou a história mundial. O Maio de 68 estudantil e operário em Paris, com suas repercussões em toda a Europa Ocidental (e todas as rebeliões estudantis deste ano); a guerra do Vietnam e todas as manifestações contrárias a esta guerra; a primavera de Praga; o pacifismo do movimento hippie; as guerrilhas na América Latina; a revolução cubana; a “via chilena ao socialismo” de Salvador Allende são alguns pontos de destaque entre experiências diversas que convergiam, a partir de diferentes perspectivas, no entendimento da necessidade de transformação radical da sociedade (GIL LOZANO, 2006).

De forma contundente, o questionamento central do movimento feminista em suas diferentes vertentes era dirigido às relações assimétricas de gênero, ou seja, aos papéis estabelecidos para homens e mulheres e às noções de masculino e feminino, atuando em vistas a transformar esta situação. As respostas a estes questionamentos foram diversas e conformaram diferentes tendências no interior do movimento.

Apesar da diversidade de experiências, pode-se afirmar que os grupos feministas nas principais cidades ocidentais entendiam que: “(1) as mulheres, ademais de outras formas de exploração, são oprimidas enquanto tais, isto é, enquanto representantes do sexo feminino e (2) a opressão da mulher antecede o capitalismo e persiste no socialismo, demonstrando uma especificidade que só poderá ser superada através da organização das mulheres em torno dos seus objetivos próprios” (MORAES, 1996, p.2).

Na “segunda onda feminista”, as mulheres ampliaram sua atuação na política, historicamente uma arena de participação majoritária de homens, e também questionaram a concepção de política vigente. “Politizar o privado” seria uma bandeira fundamental encampada por diferentes vertentes do movimento feminista e que não se restringia a este movimento e relaciona-se ao contexto político dos anos 1960-1970⁵. É deste momento a consigna ainda atual que denuncia a opressão que a mulher sofre também no âmbito doméstico e questiona a divisão entre público e privado: “O pessoal é político” (COSTA, 2009). Kate Millet, importante autora para o feminismo do período, propunha que a relação entre os sexos fosse entendida como política e que a luta feminista não se restringisse ao que era entendido como “esfera pública”, porque a dominação masculina incidiria sobre as mais diferentes esferas da vida (ABREU, 2010).

Na Europa e nos Estados Unidos, o feminismo se colocava lado a lado a outros movimentos sociais (movimento negro, movimento homossexual e movimento ecológico), como crítica, no espectro marxista em geral, ao stalinismo e aos partidos comunistas, tendo como suas principais características a “organização das classes médias ilustradas” e “uma política de proximidade com outros grupos oprimidos” (MORAES, 2007, p. 362). Além da desilusão com o “socialismo real” decorrente da revelação dos crimes stalinistas, esta geração vivia o fim do “sonho americano”, alimentado pelo crescimento econômico do pós-guerra e que no início da década de 1960 mostrava sua fragilidade diante de conflitos raciais e das guerras com envolvimento estadunidense (PINTO, 2003).

A emergência do feminismo na maioria dos países da América Latina se fez no quadro de um acirramento da luta de classes e do terrorismo de estado imposto pelas ditaduras militares, o que contribuiu para a conexão dos movimentos à causa da democracia, pela liberdade de expressão, de organização e de consciência (MORAES, 2003).

Além destes fatores, deve-se considerar que parte das mulheres desta geração passou a viver em países em que a modernização permitia-lhes maior acesso ao ensino

⁵ Sobre esta questão, Abreu (2010, p.40) cita Rowbotham (1981), outra importante teórica feminista: “Todos nós éramos colonizados: tínhamos de nos tornar adversários completos. A atenção não estava apenas na produção ou mesmo num conceito mais amplo de luta de classes, mas sim na opressão na vida cotidiana, particularmente na família e no consumo. ‘A revolução’ precisava libertar a imaginação. A oposição ao capitalismo não era apenas uma luta de forças contra um sistema exterior, mas sim contra seu domínio interior. Não só o racional mas também o irracional eram a esfera dessa rebelião. Havia uma ênfase no sentimento subjetivo e uma desconfiança de qualquer espécie de estrutura, inclusive das reivindicações”.

superior e ao mercado de trabalho. Faziam parte das mudanças as conquistas sociais como o controle reprodutivo e a abertura sexual, simbolizadas pelas pílulas anticoncepcionais e pela contracultura (MORAES, 1997), que transformavam a vida cotidiana, as relações familiares, as expectativas pessoais e a moral sexual⁶. Trebisacce (2008) assinala que, além da efervescência política, os anos 1960 e 1970 implicaram outras novidades: os avanços tecnológicos revolucionaram as comunicações com os televisores de tela pequena, os lares de parcela significativa da população passaram pela intromissão de novos eletrodomésticos. Estas mudanças transformaram a distinção entre público e privado. Por meio da imprensa diária e da televisão temas que anteriormente pertenciam ao âmbito privado passaram a ser discutidos publicamente.

Segundo Valente (2005), no final da década de 1970 e nos anos 1980, um amplo e heterogêneo movimento de mulheres expandiu-se em diferentes ritmos na América Latina, expressando diversos entendimentos e formas de atuar dos coletivos de mulheres diante de sua situação de subordinação e exclusão. A vertente feminista era uma das presentes neste movimento e nutria-se de outras vertentes, como a de mulheres populares dos meios urbanos e a das mulheres de partidos e sindicatos. Inicialmente, era composta por mulheres de um amplo espectro de classe média; uma parte significativa provinda das várias vertentes das esquerdas, com as quais passaram a manter relações conflituosas devido a divergências sobre o lugar do feminismo na estratégia de transformação da sociedade.

Ainda sobre as várias formas de atuação das mulheres, Andújar et al. (2005, p.13) afirmam que:

[...] algunas mujeres dinamizaron experiencias políticas autónomas, como aquellas que conformaron lo que se conoce como la “segunda ola” feminista, dando lugar a la emergencia de una práctica política y una conciencia que hacía del reclamo de las cosas tales como la libertad de decisión sobre el propio cuerpo si se invisibilizaba la asimetría entre los géneros, el centro de sus acciones. Otras mujeres se involucraron en sindicatos, organizaciones políticas armadas, partidos políticos de corte tradicional, organizaciones barriales o eclesíásticas y no

⁶ Estas transformações foram consideradas como uma “revolução cultural”, na qual os jovens tiveram papel central. Segundo Cosse (2009, p. 171-172), na Argentina, as décadas de 1960 e 1970 constituíram uma etapa histórica de profundas transformações que impactaram não somente o espaço social e político, senão também o da vida privada. Estas mudanças integraram uma dimensão importante do processo de ruptura, apesar de que a interconexão entre os níveis político-social e o da vida privada tiveram feições distintas das características na Europa e nos Estados Unidos, onde os movimentos contraculturais assumiram a bandeira do componente político da opressão sexual e a discriminação de gênero.

necesariamente cuestionaron las relaciones de subordinación presentes al interior de los espacios de militancia escogidos.

Em sua atuação durante as ditaduras militares, os feminismos latino-americanos começaram a relacionar a falta de democracia no espaço público com a condição das mulheres no espaço privado, articulando as diferentes dimensões de transformação que buscavam. Neste sentido, a consigna “democracia en el país y en la casa” das feministas chilenas em sua luta contra a ditadura foi assumida por grande parte do feminismo latino-americano, seguindo a linha de politização do pessoal e de questionamento entre a divisão dos mundos público e privado, uma forte característica do novo feminismo (VALENTE, 2005).

Vuola (1993, p.30, *apud* MAIER, 2006) também aborda o tema da publicização de temas que se encerravam no âmbito privado pelos feminismos latino-americanos, apresentando a relação dos diversos sujeitos do feminismo neste processo:

en las tres décadas desde que el Año Internacional de la Mujer enfocó las luces internacionales sobre la condición subalterna de las mujeres en el mundo, América Latina presenció la irrupción de feministas de las clases medias educadas, guerrilleras y comandantes insurrectas de los países inmersos en conflictos armados, madres y esposas defensoras de los derechos humanos de las naciones con dictaduras militares y amas de casa activistas de las organizaciones urbano-populares, quienes trasladaron a los escenarios públicos y políticos reclamaciones, peticiones y demandas que – con la excepción de las mujeres en armas – hasta entonces pertenecían solo al espacio privado. El activismo se centró, por una parte, en deconstruir la producción sociocultural del cuerpo-identidad femenina, su reprimido ejercicio sexual y las restricciones sociales, económicas y políticas emanadas del cuerpo de la mujer. Impulsada contrariamente por los mismos papeles tradicionales de dicha identidad femenina que sustentan y reproducen el sistema patriarcal de relaciones de género o penetran los terrenos simbólicos tradicionalmente masculinos de la guerra y las armas, la movilización pública de miles de mujeres – actoras colectivas – creó sinergias que estremecieron la imagen latinoamericana habitual de la mujer basada en los rasgos marianistas de abnegación, entrega, pasividad, dependencia, obediencia y vergüenza.

Brasil e Argentina foram países em que a vertente feminista desenvolveu-se com maior força na América Latina. Além de compartilharem as heranças das ditaduras militares, estes países têm em comum a resistência dos movimentos liderados ou formados majoritariamente por mulheres que, na defesa dos direitos humanos ou das bandeiras propriamente feministas, constituíram um fato novo, que ainda tem repercussões nos dias de hoje (MORAES, 2003). No entanto, as relações estabelecidas entre movimento feminista

e os regimes autoritários tiveram características distintas nos dois países, como procuraremos assinalar a seguir⁷.

No Brasil, iniciado entre as camadas médias nos anos 1970, o feminismo expandiu-se através de uma articulação política peculiar com os movimentos populares que tinham participação expressiva de mulheres, tornando as demandas femininas das organizações de bairro próprias do movimento geral das mulheres brasileiras (SARTI, 2004). Desta forma, “as feministas brasileiras, sem abdicar das especificidades de suas bandeiras de luta enquanto mulheres, souberam traçar políticas de alianças com outras forças oposicionistas no processo de luta por ‘liberdades democráticas’” (MORAES, 1996, p. 2). As bandeiras mais relacionadas à sexualidade, por sua vez, eram menos expressivas, por conta das alianças do feminismo com a esquerda e com o setor progressista da Igreja Católica (PINTO, 2003). Na década de 1980, com a abertura democrática, o movimento feminista questionou o discurso do movimento da década anterior (RAGO, 2003) e especializou-se em temas como saúde da mulher e violência contra a mulher. Também nos anos 1980 o sujeito político “mulheres” diversificou-se (e, em certa medida, fragmentou-se) em novas identidades, como as mulheres negras e as mulheres lésbicas, que se organizavam desde a década anterior (ALVAREZ, 1994).

Na Argentina, de acordo com Vassallo (2005), a década transcorrida entre 1966 e 1976, anos que marcam dois golpes militares, abarcou um período de crise profunda na história do país, com conflitos sociais e políticos manifestos. Foi quando surgiram as primeiras organizações feministas, uma das múltiplas formas forjadas por mulheres com origem em distintos setores sociais e experiências militantes na luta por um lugar e uma voz própria na política argentina. Neste país, segundo Grammatico (2005), nos anos 1970 e 1980, foi significativa e conflituosa a relação entre as militantes feministas autônomas e as de partidos de esquerda. Por sua vez, Trebisacce (2010) tece uma ressalva sobre o privilégio conferido pela bibliografia às relações do feminismo com a militância radicalizada, ao passo que nega outro arco de relações possíveis, como a estabelecida com o processo de modernização. A atuação do movimento feminista e do movimento de mulheres mais significativa na década de 1970 foi anterior à ditadura militar, por conta da

⁷ Este tema será abordado novamente na dissertação no capítulo dois, sobre *corpus* discursivo, em um tópico sobre os gestos de leitura da academia acerca da “segunda onda” feminista no Brasil e na Argentina, quando situaremos os embates de sentidos entre as interpretações destes feminismos.

brutalidade do terrorismo de Estado, que atingiu a maior parte das organizações políticas. Nos anos 1980, muitas das organizações dos 1970 retomaram sua atuação e o feminismo consolidou-se e difundiu-se no país. Afastando-se da experiência brasileira, as bandeiras relacionadas à sexualidade estiveram mais presentes em manifestações públicas realizadas pelas feministas argentinas no início dos anos 1970.

Assim como a palavra de ordem “O pessoal é político!” / “O privado é político!” foi central para a segunda vaga feminista (e a politização do privado e do cotidiano marcou uma nova abordagem da historiografia a partir dos anos 1970), ela encontra-se na base do questionamento teórico de nossa pesquisa e em nossa hipótese de que o questionamento da dicotomia entre o público e o privado é constitutivo do lugar de enunciação das mulheres identificadas com o feminismo e marca uma forma específica de conceber o político.

Os estudos iniciados nos 1970 que consideravam a perspectiva de gênero não se restringiram ao campo da história. Nesta década, no impulso do movimento feminista, foram inaugurados os estudos sobre linguagem e gênero social pela Linguística, com a constituição de um campo que teve como objeto a significação do sexo e do papel sexual na utilização da linguagem.⁸ Segundo Aebischer e Forel (1983, p. 9), o conjunto dessas pesquisas⁹ partia da “ideia de que a própria linguagem tem significados literais e unívocos que se acredita ora serem determinados por uma estrutura social subjacente, ora serem determinantes do papel do locutor na sociedade”¹⁰. Para estas duas autoras, podem-se encontrar, analisando as primeiras produções teóricas sobre “sexo e linguagem”, estereótipos sobre o comportamento verbal de homens e mulheres que não deixam de

⁸ Afirmar que os estudos que relacionavam gênero e linguagem iniciaram nos anos 1970 não significa desconsiderar estudos anteriores que apontaram diferenças nos falares de homens e mulheres em diversas línguas, sem, no entanto, fazer desse fenômeno objeto de reflexão teórica na perspectiva de gênero, categoria de análise que emerge nesta década. Nos séculos XVII e XVIII, por exemplo, exploradores, sábios, missionários e, no XIX, etnógrafos notavam que homens e mulheres falavam diferentemente (BODINE, 1991).

⁹ Certos aspectos do problema foram particularmente privilegiados e um certo tipo de questionamento desenvolvido: o estudo da estrutura da língua (como instituição dos homens, da qual as mulheres são excluídas); o estudo da história das línguas e das possibilidades de planificá-las sistematicamente (com propostas de reformas para combater o sexismo na língua) e o estudo da utilização da língua (da fonologia, da sintaxe, da morfologia e das múltiplas contingências que presidem toda enunciação).

¹⁰ Em outra passagem, Aebischer e Forel (1983, p.12) definem a concepção de linguagem com a qual operam: “os signos são instrumentos que só se explicam porque são meios de exercer uma prática, a comunicação. Comunicar é procurar exercer uma influência sobre aquele que escuta, e a identidade dessa influência será determinada tanto pelo que se quer dizer quanto pela maneira de dizê-lo, em outros termos, pelo instrumento lingüístico escolhido para dizer o que se quer dizer”. Veremos no capítulo um de nossa dissertação que esta concepção de linguagem como instrumento para comunicação entre locutores que são origem do seu dizer e que dominam os sentidos do que dizem é distinta da adotada pela Análise do Discurso.

relacionar-se com os estereótipos acerca da “natureza feminina” e da “natureza masculina”: os homens são objetivos, racionais, falam alto e com segurança, enquanto as mulheres seriam prolixas (ou tagarelas, se não recorremos aos eufemismos), emotivas, irracionais e pouco seguras de si.

Fontana e Ostermann (2010) apontam a publicação nos Estados Unidos da obra *Language and Woman's Place* (1975), da sociolinguista Robin Lakoff, como um marco. Os estudos que relacionam gênero e linguagem na área da sociolinguística ainda hoje fazem menção à obra, na qual a autora analisa a interação conversacional de homens e mulheres. As conclusões a que chega apontam para a predominância da cooperação das mulheres na interação, em detrimento do estilo competitivo dos homens. Desde então, muito foi produzido sobre as questões de fala-em-interação envolvendo homens e mulheres ¹¹.

Se havia entre parte dos estudos sociolinguísticos reflexão sobre como a linguagem era afetada pelas relações de poder entre os sexos, nos anos 1970, na França, no campo da linguística, a análise do discurso (AD) tinha se implantado em uma conjuntura em que se privilegiava o discurso político e procuravam-se as relações entre linguagem e ideologia.¹² O campo da análise do discurso, composto em grande parte por historiadores e linguistas marxistas, era um lugar de confrontos teóricos:

a clivagem principal se situava entre aqueles que, na perspectiva de uma teoria do discurso, procuravam ‘articular’ língua, ideologia e discurso, e aqueles que, próximos da ‘sociolinguística’, se prendiam a descrição da diferenciação lingüística dos grupos sociais. (MALDIDIER, 2003, p. 36)

¹¹ Os estudos sociolinguísticos sobre as relações entre linguagem, gênero e sexualidade orientaram-se inicialmente segundo três perspectivas teóricas gerais, analisando *déficit*, *dominância* e *diferença* na fala de homens e mulheres interagindo. A perspectiva de *déficit* sustenta que o estilo conversacional das mulheres seria inferior ao dos homens, enquanto a perspectiva da *dominância*, desenvolvida mais fortemente nos anos 1980, atribui o *status* inferior do estilo feminino à dominância social dos homens sobre as mulheres, demonstrando que as mulheres teriam espaço menor e menos importante no campo lingüístico. Por sua vez, a perspectiva da *diferença* defende que os estilos masculino e feminino resultam da socialização diferenciada de homens e mulheres desde a primeira infância. Esta última perspectiva foi duramente criticada, pois desviava o foco das relações de poder envolvidas nas discussões de linguagem e gênero para um viés de “diferenças culturais”. Nos anos 1990 desenvolveram-se as pesquisas que mais fortemente contestaram a relação essencialista entre gênero e linguagem. (FONTANA, OSTERMANN, 2010, p.10-11)

¹² “Por um encontro singular, no qual é difícil não ver um efeito da conjuntura, no momento em que Michel Pêcheux colocava sua análise automática do discurso, o lingüista Jean Dubois abria pesquisas interdisciplinares em torno do discurso político. Logo a análise de discurso designava o objeto dessa dupla fundação” (MALDIDIER, 2003, p.36). Retomaremos no capítulo um essa ligação entre a proposta teórica da AD e a escolha dessa teoria como prática política.

Para a AD, os sentidos “não existem em si mesmos”, em uma relação transparente de literalidade com seus significantes e referentes; pelo contrário, eles são determinados pelas “posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)” (PÊCHEUX, 1988, p. 160). O objeto desta teoria é o discurso, considerado como “objeto teórico, integralmente linguístico e integralmente histórico, isto é, como espaço teórico que permite estudar a relação entre a língua (o sistema de signos lingüísticos) e a ideologia (como determinação histórica do sentido pelas relações de força que se confrontam numa dada formação social)” (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 34).

É no debate teórico apresentado que situamos nosso trabalho. Não mobilizamos explicitamente em nossa dissertação a categoria *gênero* nem partimos da perspectiva historiográfica. Tampouco analisamos o discurso feminista com o intuito de descrever a diferenciação linguística de um grupo social específico. Ao filiar nosso trabalho à Análise do Discurso (AD) materialista, nos inserimos na tradição do campo que construiu como objeto o discurso político de resistência dos movimentos sociais.

Acreditamos ser esta uma forma de participar do esforço teórico e político para dar visibilidade às mulheres e aos seus dizeres, por considerar as relações assimétricas de gênero e a luta política das mulheres para conquistar um espaço de dizer no discurso e na história. Assumimos que nosso gesto de leitura do discurso feminista, assim como a produção teórica no campo dos estudos de gênero, é parte da produção de um saber sobre a diferença sexual na história que tem conseqüências na compreensão atual dos sentidos de política e do sujeito político do feminismo.

A partir da AD, temos como objetivo geral de nossa pesquisa analisar de forma comparativa a constituição do discurso feminista no Brasil e na Argentina, destacando semelhanças e especificidades destes processos discursivos e a relação de forças com outros discursos em circulação na sociedade. Mais especificamente, procuramos analisar a relação entre o processo de formação do sujeito político *mulheres feministas* e a constituição de um novo lugar de enunciação coletivo das mulheres e para as mulheres.

Em outras palavras, buscamos apreender elementos da constituição do discurso feminista a partir da descrição dos processos discursivos que representam imaginariamente os lugares sociais e as posições que funcionam como espaço de identificação no qual as

mulheres se constituem/significam como feministas e enquanto tais como novo sujeito político, pela adesão ativa, nas lutas políticas e sociais empreendidas pelo movimento. Para tanto, o *corpus* discursivo de nossa pesquisa é composto por recortes de textos escritos autodefinidos como feministas (periódicos, panfletos, resoluções de encontros, manifestos, entre outros) em circulação no Brasil e na Argentina nos anos 1970. Destacamos que o movimento e o discurso feminista eram (e são) heterogêneos e produziram diferentes sentidos em condições de produção determinadas.

Nesta introdução, apresentamos um panorama do feminismo latino-americano de segunda onda e uma síntese da leitura que empreendemos da bibliografia do campo dos estudos de gênero acerca do feminismo brasileiro e argentino dos anos 1970. Sem o intuito de descrever o contexto ou pano de fundo do discurso feminista, pretendemos situar os gestos de leitura (majoritariamente os realizados na academia) sobre este movimento social e político, de modo a contribuir para a leitura do nosso trabalho para além do âmbito da AD, assim como a introduzir os leitores do campo da AD às temáticas do feminismo.

De acordo com o dispositivo teórico-metodológico da AD, nos capítulos seguintes de nossa dissertação, deslocamos a perspectiva de abordagem da história em relação a outros campos de saber. Esta será compreendida como constitutiva das condições de produção do discurso nas perguntas que formulamos em nosso capítulo teórico e nas análises realizadas. O discurso da historiografia sobre os feminismos que estudamos será retomado no capítulo sobre a constituição e delimitação do *corpus* discursivo. Em outras palavras, desde o lugar da Análise do Discurso, travamos um diálogo produtivo, marcado por convergências e diferenças de interpretação, com as diferentes disciplinas que compõem os estudos de gênero.

No primeiro capítulo, destacamos alguns conceitos centrais da Análise do Discurso que são mobilizados em nossa pesquisa: discurso, condições de produção, formações imaginárias, formações discursivas, interdiscurso, subjetivação e posição sujeito. São consideradas centralmente as contribuições de Pêcheux (1969, 1975, 1983, 1988), um dos principais teóricos da AD. Além de construir um quadro teórico com tais conceitos, buscamos relacioná-los às análises de nosso *corpus*, justificando sua pertinência e seu caráter produtivo para nossa pesquisa. Compreender as condições de produção do discurso feminista, por exemplo, inclui identificar as projeções imaginárias dos lugares sociais em

jogo no discurso feminista e que constituem o lugar de enunciação das mulheres neste discurso.

O segundo capítulo de nosso texto é dedicado ao *corpus* discursivo de nossa pesquisa, que é formado basicamente por recortes delimitados a partir de textos produzidos pelo movimento feminista nos dois países estudados. Descrevemos o processo de pesquisa dos materiais analisados: os arquivos pesquisados, os textos que selecionamos e os coletivos de mulheres que os produziram. Também apresentamos reflexões sobre o processo de constituição do *corpus*, especificamente sobre as relações entre o trabalho de leitura de arquivo, os gestos de leitura anteriores e as condições de produção e circulação do discurso feminista brasileiro e argentino.

No terceiro capítulo e no quarto capítulos, com base no conceito de condições de produção (PÊCHEUX, 1969 e PÊCHEUX, FUCHS, 1975) e formações imaginárias (PÊCHEUX, 1969), descrevemos e interpretamos as imagens de “feminismo”, “mulheres” e “política” em jogo no discurso feminista brasileiro (capítulo 3) e no argentino (capítulo 4), perguntando-nos sobre as semelhanças e diferenças entre essas imagens nos discursos feministas dos dois países. Nossa escolha em analisar estas formações imaginárias deveu-se à polêmica instalada em torno delas interiormente ao discurso feminista assim como nos embates deste discurso com outros em circulação no mesmo período. Nestes dois capítulos, articulamos as formações imaginárias com a discussão sobre a tomada de palavra das mulheres identificadas com o feminismo; entram em cena as noções de lugar de enunciação, discurso político, subjetivação, denúncia e futuro utópico.

Nas considerações finais, desenvolvemos nossa hipótese de que a relação de sentidos de público e privado no discurso feminista produz uma imagem de política particular ao feminismo e constitui o lugar de dizer de *nós mulheres feministas*. Argumentamos, a partir da noção de CP e com base nas regularidades de certas projeções imaginárias no discurso feminista no Brasil e na Argentina, a favor da existência de uma formação discursiva (FD) feminista, que funciona como uma espécie de “auto-dicionário” e “matriz de sentido” do discurso feminista (PÊCHEUX, FUCHS, 1975, p.181) e onde se configuram diversas posições sujeito.

CAPÍTULO 1

Análise do Discurso: condições de produção e subjetivação

Conforme anunciamos na introdução do trabalho, nossa pesquisa assume a Análise do Discurso (AD) materialista como perspectiva teórico-analítica, por considerar que esta disciplina contribui para construir teoricamente e analisar os discursos políticos de resistência, como é o caso do discurso feminista, ao questionar a relação entre língua, história e sujeito. Segundo Mariani (1998, p.26), a AD é uma disciplina que inclui o político em suas discussões,

tanto porque investiga as várias formas de exercício das práticas discursivas político-ideológicas (em termos das relações de força que atuam numa sociedade), como em decorrência de sua função crítica que não minimiza (e não separa) a importância política do trabalho intelectual.

Para Orlandi (2003, p.11), a constituição do discurso como objeto teórico estabeleceu “um novo território de conhecimento da linguagem, da história (e do sentido) e do sujeito” onde “era preciso re-pensar a questão da ideologia, passando pela linguagem”. De acordo com essa autora, pode-se afirmar que a AD é uma disciplina de entremeio, pois se situa entre a Linguística e as Ciências Sociais, questionando a primeira sobre a exclusão da dimensão sócio-histórica da linguagem e as Ciências Sociais sobre a exclusão da materialidade da linguagem em seus estudos. A lingüística, o materialismo histórico e a psicanálise são pressupostos na AD, na medida em que esta relaciona três regiões do conhecimento científico em seu quadro epistemológico:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias; 2. a lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo; 3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica). (PÊCHEUX, FUCHS, 1975, p.163-164)

O surgimento da AD na vertente em que trabalhamos se deu na França, na conjuntura intelectual dos anos 1960, quando se procurava discutir a relação polêmica entre a produção teórica na universidade e a política. Este era um momento em que a leitura suscita questões a respeito da interpretação. “Autores como Althusser (Ler o Capital), Foucault (Arqueologia do Saber), Lacan (e a leitura de Freud), Barthes (que considera que a leitura é uma escritura) e outros pensadores da época interrogam o que ler quer dizer”

(ORLANDI, 2006, p.13). Em comum estes autores tinham o reconhecimento de que a leitura deveria se sustentar em um dispositivo teórico. Nesta perspectiva, a AD em sua primeira época constitui-se como lugar de debate teórico sobre a leitura, com o intuito de construir um dispositivo científico que produzisse leituras não-subjetivas¹³, deslocando questões há muito tempo postas, como “O que quer dizer este texto? Que significação contém esse texto? Em que o sentido deste texto difere daquele de tal outro texto?” (PÊCHEUX, 1969, p.63).¹⁴

Michel Pêcheux, um dos fundadores do campo, lançou-se na empreitada de formular a noção de discurso como objeto da teoria e propor um aparato que se valesse de métodos lingüísticos para a análise de *corpora* discursivos. Para tanto, este autor, filósofo de formação, inseriu-se nos debates epistemológicos das ciências humanas, sociais e do comportamento, criticando especialmente as bases da psicologia social e da linguística.

Pêcheux (1969b) analisa a conjuntura de irrupção dos movimentos sociais e universitários franceses e a decorrente interrupção da atividade científica. Teriam se configurado duas formas de reação aparentemente antagônicas na academia. Na primeira delas, trabalhadores das ciências humanas participaram do movimento como sujeitos políticos com reivindicações particulares relativas às estruturas e condições da universidade para a pesquisa e, eventualmente, reivindicações gerais por conta de sua posição política, mas sem que o conteúdo de sua prática profissional fosse posto em questão. Esta postura corresponderia à tese de que a ciência não teria nada a ver com a política, senão por sua organização e gestão. Contrariamente, a outra forma de reação questionou a posição da ciência, o que poderia ser um indício de revolução das ciências humanas. Tudo se passou como se a interrupção do trabalho produtivo tivesse por correlato uma inversão tal que os “discursos de avaliação crítica” estabelecessem sua dominação sobre as ciências humanas e as ciências do comportamento, com a crítica de uma tendência a essas “ciências do

¹³ Pêcheux (1969) intenta construir o dispositivo da análise do discurso como instrumento científico, como o “primeiro modelo de uma máquina de ler que arrancaria a leitura da subjetividade.” (MALDIDIER, 2003, p.21).

¹⁴ Estas questões teriam sido de alguma forma abandonadas pela linguística quando esta estabeleceu a *língua* como objeto teórico e produziu a *fala* como resíduo não-científico. Tais questões foram respondidas pelo o que o autor denominou *análise de conteúdo* e *análise de texto* (PÊCHEUX, 1969). Como discutiremos a seguir, *texto* não é a unidade de análise ou o objeto teórico da AD – ao constituir-se, a AD desloca estas questões.

homem” ao “imperialismo matemático”. Esta postura poderia conduzir a uma crise epistemológica em que o “triunfo do pensamento positivo” fosse questionado.

No entanto, o autor contesta a aparente oposição entre as duas posturas presentes então na universidade. Seria necessária a transformação da prática teórica das ciências humanas, transformação que não teria sido levada a cabo nem mesmo pelos que compreenderam o Maio de 68 como um marco a partir do qual o conhecimento deveria ser reinventado. Mudar o lugar da ciência como produtora de instrumentos conceituais a serviço do sistema de dominação implicava romper com as bases do trabalho científico e da dualidade homem/técnica.

Segundo Pêcheux, as “ciências sociais” estão no prolongamento direto das ideologias que se desenvolveram em contato estreito com a prática política, que “têm como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social” (HENRY, 1997, p. 24). Neste sentido, é compreensível a escolha do autor em discutir o discurso e a análise do discurso tendo em vista provocar uma ruptura no campo ideológico das ciências sociais.

O desafio era de operar uma “mudança de terreno”. A contestação do discurso positivista dominante deveria conduzir a um trabalho de redefinição das categorias que constituem o campo das ciências humanas (e não simplesmente despolitizar ou “superpolitizar” a ciência), o que exigia reconhecer e conhecer essas bases. Desta reflexão é que parte a crítica de Pêcheux (1969b) às dualidades presentes nas filosofias kantianas e hegelianas, estruturantes das ciências humanas, tais quais sociedade e indivíduo; repressão e liberdade; heteronímia e autonomia; em-si e para si. Pêcheux dirige suas críticas ao sujeito consciente, livre e intencional pressuposto na linguística, na teoria comunicacional de Jakobson e nas teorias de viés comportamentalista da psicologia social.

Para a vertente comportamentalista então dominante na psicologia social, a sociedade seria a soma de indivíduos, concebidos como organismos com capacidade de adaptação ao meio social. As relações entre indivíduos ou entre indivíduo e meio eram compreendidas como resultantes do binômio estímulo-resposta. Formulada a partir do campo da biologia, a metáfora biológica criada por esta teoria não permitia a elaboração de questões sobre as relações de força em uma formação social ou a relação do indivíduo com

a história e o político.¹⁵ O deslocamento proposto por Pêcheux para o materialismo histórico desnaturalizava a noção de indivíduo e meio importados da biologia para a psicologia social, assim como a relação de causalidade do modelo behaviorista, pois a história e os processos discursivos são, na proposta teórica da AD, a partir do marxismo, multifatoriais e sobredeterminados.

O diálogo de Pêcheux com a linguística é estabelecido inicialmente na obra *Análise Automática do Discurso* (1969), fundadora do campo da AD. A linguística tal como proposta por Saussure promovia um deslocamento da perspectiva da ciência clássica da linguagem, na qual “o estudo gramatical e semântico era um meio a serviço de um fim, a saber, a compreensão do texto, da mesma forma que, no próprio texto, os ‘meios de expressão’ estavam a serviço do fim visado pelo produtor do texto (a saber: fazer-se compreender)” (PÊCHEUX, 1969a, p. 61-62, grifos do autor). Saussure teria reconfigurado este campo, por separar a prática e a teoria da linguagem: ao conceber a língua como um *sistema* deixa-se de considerar que esta tenha a função de exprimir sentido; “ela torna-se objeto de que a ciência pode descrever o *funcionamento*” (Ibidem, p. 62).

A noção de língua como sistema é adotada – esta “constitui a base invariante sobre a qual se desdobra uma multiplicidade heterogênea de processos discursivos justapostos” (PÊCHEUX, 1983a, p. 311). Ao mesmo tempo em que a noção da língua como sistema é apropriada e conforma o dispositivo da análise do discurso, é alvo de crítica a dicotomia saussuriana de língua e fala, pois esta oposição pressuporia a noção de sujeito livre.

As proposições de Saussure reunidas no “Curso de Linguística Geral” (1916), que definem como objeto da linguística moderna a língua, “a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo”, “uma instituição social”, “um sistema de signos”, em oposição à fala, atividade individual inacessível às investigações da ciência lingüística autorizam consequentemente a

[...] reaparição triunfal do sujeito falante como *subjetividade em ato*, unidade ativa de intenções que se realizam pelos meios colocados a sua disposição; em

¹⁵ Nas palavras do autor: “Tout se passe comme si, de ‘l’individu’ au ‘système social’, était postulée une *continuité* fondée sur l’emploi du mot ‘organisme’, à l’aide duquel la psychologie, la sociologie et l’économie tendent actuellement de penser leur objet. Nous ne prétendons pas que cette *métaphore biologique* ait envahi toutes les sciences humaines et tout dans les sciences humaines, mais qu’elle occupe un certain nombre de points stratégiques à partir desquels certains problèmes deviennent littéralement *informulables*”. (PÊCHEUX, 1969b, p.77)

outros termos, tudo se passa como se a linguística científica (tendo por objeto a língua) liberasse um resíduo, que é o conceito filosófico de sujeito livre, pensado como o avesso indispensável, o correlato necessário do sistema. A fala, enquanto uso da língua, aparece como um *caminho da liberdade humana*; avançar o caminho estranho que conduz dos fonemas ao discurso é passar *gradatim* da necessidade do sistema à contingência da liberdade (PÊCHEUX, 1969a, p. 71-72, grifos do autor)

A crítica à dualidade língua-fala resulta na articulação língua-discurso, na proposta teórica da AD, admitindo-se que para romper com as dualidades estruturais das ciências humanas seriam necessárias uma teoria do sujeito e uma teoria das formações sociais. Uma teoria do discurso é postulada enquanto teoria geral da produção dos efeitos de sentidos, na qual a articulação língua-discurso não é pensada por oposição; a língua é a base material do discurso, objeto teórico histórico e linguístico que permite discutir o modo como funciona a ideologia, dado que o discurso seria “lugar de acesso e observação da relação entre a materialidade específica da ideologia e a materialidade da língua” (ORLANDI, 2003, p.12).

Um texto, portanto, não poderia ser compreendido como expressão de um indivíduo em plena liberdade ou continuidade da língua por gradação. De forma análoga, um discurso não poderia ser concebido como uma “sequência linguística fechada sobre si mesma”; sempre seria necessário referi-lo ao “*conjunto de discursos possíveis* a partir de um estado definido das condições de produção” (PÊCHEUX, 1969a, p. 79). Em síntese, “o *discurso* deve ser tomado como um conceito que não se confunde nem com o discurso empírico sustentado por um sujeito nem com o texto, um conceito que estoura qualquer concepção comunicacional de linguagem” (MALDIDIER, 2003, p.21).

A oposição língua-fala de Saussure se baseava na dicotomia entre o universal (língua) e o individual (fala). A construção do discurso como objeto teórico rompeu com esta oposição ao propor o discurso como particular e ao colocar “em questão a identidade implicitamente estabelecida por Saussure entre o *universal* e o *extra-individual*, mostrando a possibilidade de definir um nível intermediário entre a singularidade individual e a universalidade, a saber, o nível da *particularidade*” (PÊCHEUX, 1969a, p. 73-74).

Fazem parte do dispositivo teórico-analítico da AD conceitos decorrentes da contestação do indivíduo pensado como sujeito livre em uma sociedade racionalizada e da afirmação das contradições das formações sociais como constitutivas do discurso. Entre eles, estão *condições de produção* (CP), *formações discursivas* (FD), *interdiscurso* e

posição sujeito, fundamentais para a disciplina da AD, e que são mobilizados em nossas análises do discurso feminista. A seguir, apresentamos estas noções, buscando articulá-las às questões teóricas que conformam os objetivos de nosso trabalho e às análises do *corpus* discursivo que compõe nossa pesquisa.

1.1 Condições de produção

A proposição de condições de produção do discurso significa um gesto de ruptura epistemológica levado a cabo por Pêcheux (1969a, p.74) em relação à teoria linguística de sua época, em que esta perspectiva estava representada pelo papel atribuído ao contexto ou à situação, como “pano de fundo específico dos discursos”. A análise dos processos discursivos suporia como uma das ordens de pesquisa o estudo da ligação entre as “circunstâncias” de produção do discurso – suas condições de produção – e seu processo de produção. O objetivo de Pêcheux não é estimular uma sociologia das condições de produção do discurso, mas definir elementos teóricos que permitam pensar os processos discursivos em sua generalidade.

Um discurso sempre é produzido a partir de CP dadas, considerando-se o funcionamento das instituições e as relações de força internas a uma determinada formação social como integrantes do mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto do discurso (e não externas a ele). O sujeito do discurso, por sua vez, não é pensado, tal qual na teoria linguística, enquanto locutor que se manifesta em liberdade, por meio da língua, que teria por função expressar e comunicar.

Para se analisar o pronunciamento de um deputado, exemplo de Pêcheux (1969a, p. 77), é necessário considerá-lo como parte de um mecanismo em funcionamento, ou seja, pertencente a um “sistema de normas nem puramente individuais, nem globalmente universais, mas que derivam da estrutura de uma ideologia política, correspondendo, pois, a um certo lugar no interior de uma formação social dada”. No exemplo mencionado, deve-se considerar se o deputado participa do partido governista ou da oposição, qual grupo representa, se está isolado politicamente, etc.

Por outro lado, se prosseguimos com a análise do discurso político, veremos que ele deve ser remetido às relações de sentido nas quais ele é produzido. Assim, um discurso remete a outro, em outros termos, “o discurso se conjuga sempre com um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria prima” (Ibidem, p. 77). O orador sabe que quando evoca um acontecimento que já foi objeto de discurso produz um efeito no ouvinte, ou seja, experimenta, de certo modo, o lugar do ouvinte a partir do seu próprio lugar de orador: “esta antecipação *do que o outro vai pensar* parece constitutiva de qualquer discurso” (Ibidem, p. 77).

Pêcheux (1969a) propõe a noção de CP a partir da contestação das teorias comunicacionais, em especial do esquema informacional de Jakobson (1963).¹⁶ Este esquema apresenta a vantagem de evidenciar os protagonistas do discurso bem como seu referente relativamente a outros esquemas, como o “reacional” (“estímulo-organismo-resposta”), das teorias do comportamento. Entretanto, destinador e destinatário são pontos estáticos e a mensagem é a transmissão de informação de um ponto a outro.

Na proposta de Pêcheux (1969a), o discurso é concebido como “efeito de sentidos” entre interlocutores (A e B), sendo que A e B definem-se na relação que estabelecem entre si. Portanto, a “mensagem” não é prévia. Para a AD, o “referente” (R) é construído (é um objeto imaginário), a materialidade significante afeta o sentido (o “código” não é instrumental), assim como sua circulação (entendida como “canal”, na teoria comunicacional).

O mecanismo das CP é tomado como o funcionamento de projeções imaginárias de “lugares determinados na estrutura de uma formação social” em jogo nos processos discursivos: “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B atribuem a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. Ou seja, o sujeito na AD não é o sujeito empírico, mas a posição sujeito projetada no discurso a partir de regras de projeção que permitem a passagem das *situações* (objetivamente definíveis) para as *posições*

¹⁶ “O destinador envia uma mensagem ao destinatário. Para ser operante, a mensagem requer antes um contexto ao qual ela remete (é isto que chamaremos também, em uma terminologia um pouco ambígua, o ‘referente’), contexto apreensível pelo destinatário e que é verbal ou suscetível de ser verbalizado; em seguida a mensagem requer um código, comum, ou ao menos em parte, ao destinador e ao destinatário (ou, em outros termos, ao codificador e ao decodificador da mensagem). A mensagem requer, enfim, um contato, um canal físico ou uma conexão psicológica entre o destinador e o destinatário, contato que permite estabelecer e manter a comunicação” (JAKOBSON, 1963, apud PÊCHEUX, 1969a, p. 81).

(representações destas situações). Considerando o papel do simbólico e do imaginário nestes efeitos de sentido, o autor contrapõe-se à noção de que o sentido é único (ou que a “mensagem” é um conteúdo prévio), ao acrescentar que provavelmente

esta correspondência não seja biunívoca, de modo que diferenças de situação podem corresponder a uma mesma posição, e uma situação pode ser representada como várias posições, e isto não por acaso, mas segundo leis que apenas uma investigação sociológica poderá revelar (PÊCHEUX, 1969a, p. 82, grifos do autor).

Abaixo, dois quadros elaborados pelo próprio Pêcheux (1969a, p. 83) ilustram estas relações:

Expressão que designa as formações imaginárias		Significação da expressão	Questões implícitas cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A	I _A (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	I _A (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B	I _B (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	I _B (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”

Expressões que designam as formações imaginárias		Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A	I _A (R)	“Ponto de vista” de A sobre R	“De que lhe falo assim?”
B	I _B (R)	“Ponto de vista” de B sobre R	“De que ele me fala assim?”

Como as formações imaginárias resultam de processos discursivos anteriores, provenientes de outras CP, o analista tem acesso a estados de um processo discursivo em que as CP anteriores aparecem discursivizadas. Essa formulação é importante para compreender a noção de história na Análise do Discurso (conforme abordaremos no próximo tópico do trabalho), assim como a relação constitutiva estabelecida entre as relações de força de uma formação social e as relações de sentido, que é postulada por essa teoria.

Em um texto posterior, Pêcheux (1975, p. 171) procura afastar qualquer análise psicologizante das formações imaginárias. O autor admite as formulações ambíguas presentes no texto de 1969 em torno do termo condições de produção, que

designava ao mesmo tempo o efeito das relações de lugar nas quais se acha inscrito o sujeito e a situação no sentido concreto e empírico do termo, isto é, o ambiente material e institucional, os papéis mais ou menos conscientemente colocados em jogo, etc. No limite, as condições de produção neste último sentido determinariam a “situação vivida pelo sujeito”, no sentido de variável subjetiva (“atitudes”, “representações”, etc.) inerentes a uma situação experimental.

Dito de outra forma, a expressão *condições de produção* remontava tanto às determinações que caracterizam um processo discursivo quanto às “características múltiplas de uma “situação concreta” que conduzem à produção, no sentido linguístico ou psicolinguístico, da superfície linguística de um discurso empírico concreto” (Ibidem, p. 182).

A confusão das relações de lugar do discurso com o jogo de espelhos de papéis interiores a uma instituição (e o risco de permitir uma leitura que recoloque o sujeito como origem dos processos discursivos) teria sido decorrente da ausência de uma teoria do imaginário localizado em relação ao real. Segundo Pêcheux (1975), faltava uma teoria não-subjetiva da constituição do sujeito do discurso e de seu assujeitamento que explicasse a aparente contradição de que o sujeito não é origem dos processos discursivos e, no entanto, eles se realizam necessariamente nesse sujeito.

Courtine (1981), apesar de considerar as retificações e esclarecimentos de Pêcheux (1975) sobre as CP do discurso, especialmente as formações imaginárias, tece críticas a esta noção para além do efeito de psicologização da interlocução discursiva que teria produzido sua leitura. Para o autor, a tentativa de definição de CP por Pêcheux (1969a, p. 50) não

rompia com as origens psicossociológicas da noção e esbarrava em uma sociologia funcionalista:

os termos de “imagem” ou de “formação imaginária” poderiam perfeitamente substituir a noção de “papel”, tal como aquela utilizada na “teoria do papel”, herdadas da sociologia funcionalista de T. Parsons (1961) ou ainda do interacionalismo psicológico de Goffman (1971). Os pares nocionais lugar/formação imaginária, ou situação (objetiva)/posição (subjética), coincidem estreitamente com os pares estatuto/papel da sociolinguística de Bernstein (1975, p. 203 e seguintes) ou com a posição social/papel do funcionalismo e da etnologia (por exemplo, RADCLIFFE-BROWN, 1952, p. 11)

Por conta das críticas e auto-críticas da noção de formação imaginária, o próprio Pêcheux abandonou esta formulação. A imbricação estabelecida entre discurso e a teoria das ideologias, articulada às reflexões sobre o processo de subjetivação do sujeito do discurso, contribuíram para que as CP fossem pensadas pelos teóricos da AD a partir da relação entre formações discursivas e formações ideológicas, conforme abordaremos mais adiante em nosso trabalho.

Considerando todas as ressalvas sobre o risco da psicologização ou da essencialização de papéis sociais que uma leitura desavisada ou uma simples aplicação apressada do conceito podem implicar, parte significativa dos teóricos brasileiros que trabalham desde a análise do discurso materialista adota a noção de formação imaginária e a articula aos demais conceitos que remetem à teoria das ideologias. O principal motivo é a produtividade desta noção para a entrada do analista no *corpus* da pesquisa, como procuraremos demonstrar em nossas análises das formações imaginárias em jogo no discurso feminista. Recorremos ao itinerário da formulação desta noção para explicitar os debates teóricos que ela encerra, assim como para justificar nossa escolha e filiação a uma certa tradição da análise do discurso no Brasil que adota as formações imaginárias. Dentre os teóricos brasileiros, destacaremos a seguir de forma sucinta a contribuição das autoras Indursky (1997) e Orlandi (2005)¹⁷.

A noção de CP do discurso é mobilizada para examinar o processo de interlocução discursiva – os modos de representação do sujeito do discurso e do *outro*. Nos quadros que representavam as relações imaginárias de interlocução, Pêcheux (1969a) não incluiu a

¹⁷ Mais adiante em nosso trabalho, no capítulo quatro, destacaremos as contribuições de Zoppi-Fontana acerca dos lugares de enunciação, que partem também de uma discussão das condições de produção do discurso.

presença eventual de um personagem terceiro em uma situação de diálogo, apesar de prevê-lo como protagonista do discurso. A análise do lugar do terceiro no discurso é especialmente importante no discurso político, para se pensar o adversário político, por exemplo, mas também outros interlocutores que muitas vezes não estão explicitamente participando da interlocução. Para esta reflexão, assumimos a partir de Indursky (1997, p. 137) dois níveis de interlocução, a *enunciativa* e a *discursiva*:

enquanto as figuras dos interlocutores da *cena enunciativa* representam-se com clareza, o mesmo não ocorre com a *interlocução discursiva*. Nela, o sujeito do discurso e o *outro* podem apresentar-se de modo indeterminado. Para examinar essa relação, faz-se necessária a análise da *interlocução discursiva*, pois é nesse nível que tais figuras trabalham, instaurando interlocuições menos explícitas, entre interlocutores, na maior parte das vezes, indefinidos ou indeterminados. Este segundo nível caracteriza-se por uma interlocução opacificada que propicia a instauração da cena discursiva. (...)

Nesta segunda instância de interlocução, o sujeito do discurso, ao interpelar o *outro*, pouco definido e até ausente, instaura a *cena discursiva*, que *não é espacialmente definida pelo espaço físico* em que a alocação está ocorrendo nem pela presença física do interlocutor. A *cena discursiva* remete para o *cenário discursivo* que não possui materialidade física e que é mobilizado pelo imaginário social do sujeito do discurso. (grifos da autora)

Para Orlandi (2005), é possível considerar as condições de produção em sentido estrito (circunstâncias da enunciação já projetadas como formações imaginárias) e em sentido amplo (compreende-se o contexto sócio-histórico e ideológico enquanto interdiscurso ou memória discursiva).

Segundo estas concepções, quais as CP do discurso feminista?

Adota-se como pressuposto que mesmo quando se considera “o feminismo como uma experiência histórica que enuncia genérica e abstratamente a emancipação feminina”, este “se concretiza dentro dos limites e possibilidades dados pela referência a mulheres em contextos políticos, sociais, culturais e históricos específicos” (SARTI, 2004, p. 35-36). Dito a partir do lugar teórico da AD, é fundamental compreender as CP particulares do discurso feminista em análise, pois estas estão

vinculadas tanto às possibilidades enunciativas dos períodos históricos – reguladores da relação de um sentido com sentidos anteriores, com os sentidos não-ditos e com um ‘futuro dos sentidos’ – quanto àquilo que falha, que desloca sentidos. Ambos os processos são resultados do trabalho da língua sobre a língua,

trabalho esse que não tem sua origem no sujeito, mas que se realiza nele.
(MARIANI, 1998, p. 28)

Em sentido amplo, as condições de produção do discurso feminista brasileiro e do argentino remetem à segunda onda feminista em diversos países do mundo, às ditaduras militares na América Latina, às mudanças nas condições de vida de parte das mulheres com os processos de modernização, à formação dos primeiros grupos feministas e suas relações com outras vertentes do movimento de mulheres, com outros movimentos políticos e sociais, conforme apresentamos na introdução deste trabalho. Em sentido estrito, remetem ao jogo de imagens dos lugares sociais representados no discurso feminista: às imagens que a posição das feministas organizadas faziam de sua própria posição, da posição das mulheres que eram suas interlocutoras, da posição dos seus adversários políticos como terceiro elemento da interlocução, do objeto discursivo feminismo, do objeto discursivo política, da situação em que viviam as mulheres, entre outros temas pautados pelo discurso feminista e que exigem uma análise da interlocução discursiva para que se apreendam seus efeitos de sentido.

De acordo com Pêcheux (1975), as condições de produção de um processo discursivo não esgotam o discurso “concreto” (as sequências linguísticas), pois este é um complexo de processos que remetem a diferentes CP. O analista realiza operações para transformar as sequências linguísticas (as materialidades discursivas que constituem o *corpus*) em objetos discursivos e, muitas vezes, como escolha metodológica, constrói seu *corpus* com referência à dominância das CP. Todavia, deve-se admitir o funcionamento de processos secundários, que podem abrigar a ruptura com os sentidos dominantes e a emergência de novos sentidos, afetando as CP dominantes. Esta ressalva importa ao nosso trabalho, na medida em que o discurso feminista é, conforme compreende Pêcheux (1982b), um discurso de resistência, que confronta os sentidos dominantes em uma determinada formação social e constitui diferentes posições-sujeito em seu interior.

Em nosso trabalho, a partir da noção de CP, discutimos a constituição do lugar de enunciação que produz a representação de um coletivo de mulheres identificadas com o feminismo, indagando-nos sobre as imagens em jogo no discurso feminista dos anos 1970, se os interlocutores confundem-se como sendo *o mesmo* na interlocução discursiva e sobre qual é o *outro* do discurso feminista em cada estado das CP analisadas. Também

analisamos as imagens de “política” e “feminismo” em jogo neste discurso e as relacionamos à forma de enunciar o político do discurso feminista, considerando que o “feminismo de segunda onda” questionaria o modelo dominante de política e proporia outra forma de atuação que relacionasse o âmbito público e o privado.

1.2 Materialismo histórico e teoria do discurso

Analisar no discurso as projeções dos lugares sociais em uma dada formação social envolve, como apontamos, tanto a compreensão da conjuntura sócio-histórica quanto uma proposição do analista de delimitação das formações discursivas em jogo em um processo discursivo. Henry (1984), em um texto em que discute o lugar que as ciências sociais e humanas reservam à história, procura afastar-se de uma concepção subjetiva, reducionista e teleológica da história, em um combate ao psicologismo, economicismo, sociologismo e ao historicismo. A história não teria em si mesma *um* sentido, mas ainda que ela seja desprovida de finalidade e sentido, nós podemos atribuir-lhe uma significação. Se

é ilusório colocar para a história uma questão de origem e esperar dela a explicação do que existe [...], ao contrário, não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso (HENRY, 1984, p. 51-52).

Destacamos, retomando os significados da ruptura epistemológica resultante da proposição de CP, que a história para a análise do discurso não é entendida como contexto histórico do processo discursivo ou ainda como conjuntura política na qual são produzidos os discursos:

gostaríamos de acentuar, no que diz respeito à discursividade, a presença do histórico – entendido aqui não como cronologia ou evolução, mas sim como historicidade, produção simbólica ininterrupta que na linguagem organiza sentidos para as relações de poder presentes em uma formação social, produção essa sempre afetada pela memória do dizer e sempre sujeita à possibilidade de rupturas do dizer – como um dos elementos constitutivos dos processos sociais e,

por conseguinte, constitutivo da materialidade lingüística. (MARIANI, 1998, p. 24)

As noções de história e de ideologia como constituintes do discurso devem-se à intervenção do materialismo histórico nesse campo teórico-prático. Para Pêcheux et al. (1971), tratava-se de travar uma luta teórica em que, mais do que em outros campos, deveria se destruir aquilo que se fosse capaz de substituir, o que implicava um deslocamento, isto é, uma “mudança de terreno”. Esta “mudança de terreno” seria determinada por duas necessidades: lutar contra o empirismo (e a problemática subjetivista focada no indivíduo) e contra o formalismo (que confundia a língua, objeto da linguística, com o campo da linguagem). Em um texto que introduz as noções de formação ideológica e formação discursiva na teoria do discurso, estes autores assinalam que não é

inútil lembrar, muito brevemente, que, sendo dada uma formação social a um momento determinado de sua história, ela se caracteriza, por meio do *modo de produção* que a domina, por um estado determinado pela *relação entre classes* que a compõem. Essas relações se expressam por intermédio da hierarquia das *práticas* que esse modo de produção necessita, sendo dado *aparelhos* por meio das quais se realizam essas práticas; a essas relações correspondem *posições* políticas e ideológicas, que não constituem indivíduos, mas que organizam *formações* que mantêm entre si uma relação de antagonismo, de aliança ou de dominação. (PÊCHEUX et al., 1971, p. 26, grifos dos autores)

Pêcheux e Fuchs (1975, p. 165) postulam a noção de FD a partir da discussão sobre o lugar do materialismo histórico na universidade (que seria recalcado e mascarado), assumindo que “a região do materialismo histórico que nos diz respeito é a da superestrutura ideológica em relação ao modo de produção que domina a formação social considerada”. A superestrutura ideológica não é compreendida como expressão da “base econômica”, como se fosse composta na “esfera das idéias”, acima do mundo das coisas. A ideologia teria uma materialidade específica articulada sobre a materialidade econômica (que a determina em última instância) e o discursivo seria um de seus aspectos materiais (o que significa, portanto, que a ideologia tem outras formas de funcionamento que não apenas o discursivo). Os autores formulam, então, a noção de *formação ideológica* (FI) como “um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflitos umas com as outras” (Ibidem, p. 166, grifos dos autores).

Em seguida, os autores afirmam que

as *formações ideológicas* comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sobre a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes. Diremos, então, que toda formação discursiva deriva de *condições de produção* específicas, identificáveis a partir do que acabamos de designar. (Ibidem, p. 166-167, grifos dos autores)

Segundo o Courtine (1981, p. 35-36), para a análise do discurso político romper com o teorismo e o sociologismo na relação que estabelece com o marxismo, deveria retomar os princípios da *primazia da contradição sobre os contrários* e o *caráter desigual da contradição*, trabalhados por Althusser (1975):

se a Análise do discurso está ligada a objetos atravessados pela luta de classes, se, em Análise do discurso político, todo discurso concreto remete a uma posição determinada na luta ideológica de classes, então é bem possível que o sentido primeiro de uma intervenção do materialismo histórico nesse campo teórico-prático seja o de lhe devolver os princípios, esquecidos de maneira diferente pelo sociologismo ou pelo teorismo, da *primazia da contradição sobre os contrários*, bem como do *caráter desigual da contradição* (...) É a partir desse duplo sentido que o recurso ao marxismo deve ser entendido em nosso trabalho; a contradição constitui um *princípio teórico* que intervém na representação do real histórico, mas também um *objeto de análise*, no sentido que é a contradição desigual entre formações discursivas antagonistas (...).” (grifos do autor)

Se retomarmos o princípio da contradição e considerarmos que as FD são componentes interligados das FI, isso implica que

se uma FD é o que, em uma dada FI e em uma conjuntura, determina “o que pode e o que deve ser dito” (o que equivale dizer que as palavras, expressões, proposições recebem seu sentido na FD na qual são produzidas); convém acrescentar que *essa característica não é isolada* das relações contraditórias que uma FD estabelece com outra FD. (COURTINE, 1981, p. 73, grifos do autor)

Courtine (1981, p. 73), com base em Pêcheux e Fuchs (1975), continua sua reflexão sobre a relação contraditória entre as FD, afirmando que ao se considerar que uma FD não pode ser isolada das relações de desigualdade, de contradição ou de subordinação que marcam sua relação de dependência com o “todo complexo com dominante” das FD, nomeado como *interdiscurso*, então se deve admitir “que o estudo de um processo

discursivo no interior de uma dada FD *não é dissociável* do estudo da determinação desses processos discursivos por seu interdiscurso, noção introduzida, conforme Pêcheux (1983, p. 314), “para designar ‘o exterior específico’ de uma FD, enquanto este irrompe nesta FD para constituí-la em lugar de evidência discursiva”.

Para Courtine (1981, p. 100),

o interdiscurso de uma FD deve ser pensado como um processo de *reconfiguração incessante* no qual o saber de uma FD é levado, em razão das posições ideológicas que essa FD representa em uma conjuntura determinada, a incorporar elementos pré-construídos produzidos no exterior de si mesmo, a depois produzir sua redefinição ou volta; a igualmente suscitar a lembrança de seus próprios elementos, a organizar sua repetição, mas também, eventualmente, a provocar seu apagamento, esquecimento ou mesmo denegação. O interdiscurso de uma FD, como instância de formação/repetição/transformação dos elementos de saber dessa FD, pode ser apreendido como o que regula o deslocamento de suas fronteiras. (grifos do autor)

A FD seria constitutivamente invadida por elementos pré-construídos que vêm de outro lugar, ou seja, de outras FD, e se repetem nela. Compreende-se que as FD têm fronteiras instáveis em permanente processo de estabilização/desestabilização. Essa determinação da FD por sua relação com seu exterior permite a revelação dos pontos de confronto nas fronteiras internas da FD, “as zonas atravessadas por toda uma série de efeitos discursivos, tematizados como efeitos de ambigüidade ideológica, de divisão, de resposta pronta e de réplica ‘estratégica’” (PÊCHEUX, 1983, p. 314).

Sabe-se, no entanto, que

o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que “algo fala” (*ça parle*) sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas”. (PÊCHEUX, 1975, p. 149. grifos do autor e aspas do texto original).

Considerar o interdiscurso como determinante dos processos discursivos implica conceber que os sujeitos falam a partir de redes de memória dos dizeres, dos trajetos histórico-sociais dos discursos. Estas redes de memória relacionam-se a filiações históricas nas quais os sujeitos se inscrevem, o que não significa que as redes e FD sejam espaços

exclusivamente de repetição. Novamente de acordo com Pêcheux (1983b, p. 56), compreendemos que todo discurso encerra a possibilidade de desestruturação-reestruturação das redes de memória e dos trajetos sociais em que irrompe, “é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação”.¹⁸

Assim, considera-se que “todo conjunto do discurso (discurso comunista, discurso socialista...) deve ser pensado como uma *unidade dividida* numa heterogeneidade em relação a ele mesmo, cujo traço cabe à AD política identificar.” (COURTINE, 1981, p.65). Ou seja, as FD são tomadas como heterogêneas.¹⁹ Além disso, uma materialidade discursiva pode ter uma FD dominante, mas não se esgota nela. A escolha de analisar as condições de produção dominantes e as FD dominantes em um conjunto de sequências linguísticas delimitadas como *corpus* discursivo é uma opção teórico-metodológica.

Privilegiar a dominância produz como efeito a homogeneidade e estabilidade do *corpus* (PÊCHEUX, FUCHS, 1975, p. 182). Sobre esta temática, Pêcheux (1981, p. 23) considera as críticas de Courtine (1981) de que as proposições de AAD em sua versão original (1969) acarretavam na homogeneidade do *corpus* discursivo²⁰, afirmando que não se deve “ocultar a heterogeneidade estrutural de qualquer formação discursiva”. No entanto, aponta que “permanecem problemas sobre os critérios de identificação das formações discursivas e dos enunciados: essa releitura mantém uma identidade da formação discursiva na forma de: ‘há uma formação discursiva comunista’. Qual é o estatuto desse ‘há’?”

Também se deve considerar que “a insistência na alteridade na identidade discursiva coloca em causa o fechamento dessa identidade, e com ela a própria noção de maquinaria discursiva estrutural... e talvez a de formação discursiva” (PÊCHEUX, 1983a,

¹⁸ A possibilidade de irrupção do novo no discurso será retomada a seguir neste capítulo ponto sobre subjetivação e discutida mais aprofundadamente em nossas análises sobre os discursos de resistência.

¹⁹ Veremos no próximo tópico que uma das consequências dessa heterogeneidade e da dominância de uma FD para a identificação do sujeito do discurso é a conformação de diferentes posições sujeito, considerando que o discurso “concreto” (as superfícies linguísticas) é complexo de processos que remetem a diferentes posições.

²⁰ A busca de Pêcheux (1969) e Pêcheux e Fuchs (1975) pela homogeneidade e estabilidade das CP do discurso era parte do projeto de criação de uma máquina de leitura não-subjetiva por uma equipe de pesquisadores franceses da qual ele era integrante. Para que esta máquina fosse operacional e se realizasse a análise automática do discurso, era necessário que houvesse o controle de certas variáveis para processar as sequências discursivas. Sobre esta questão, Pêcheux (1983a) afirma que estava no horizonte “a idéia de uma álgebra discursiva”, que permitisse “construir formalmente – a partir de um conjunto de argumentos, predicados operadores de construção e de transformação de proposições – a estrutura geradora do processo associado ao corpus” (p. 313).

p. 315). O estabelecimento de critérios para a delimitação das FD não é o único dilema vivido pelo analista do discurso e pela própria teoria do discurso. Trata-se de uma “dificuldade que os teóricos marxistas conhecem bem: a de caracterizar as fronteiras reais dos objetos reais que correspondem aos conceitos introduzidos (p.ex., formação ideológica, formação discursiva, condições de produção)” (PÊCHEUX, FUCHS, 1975, p. 168).

Esta questão formulada por Pêcheux (1981) toca-nos diretamente. Poderíamos supor um discurso feminista e agrupá-lo sob uma FD feminista? Qual seria o estatuto da afirmação de que há uma FD feminista? Procuramos em nossa análise considerar as diferentes vertentes do movimento feminista nas duas formações sociais em questão (a do Brasil e da Argentina no período estudado), refletindo a partir das sequências que recortamos enquanto *corpus* discursivo sobre a hipótese teórica de delimitação de uma FD feminista. Como delimitá-la considerando a heterogeneidade que constitui o discurso feminista e que conforma diferentes posições-sujeito? Tomamos a *contradição* como *princípio teórico e objeto de análise* quando procuramos delimitar a(s) FD em que se inscrevem os sujeitos do discurso feminista. Como anunciamos no tópico anterior, partiremos das análises das condições de produção (em especial das formações imaginárias de “mulheres”, “política” e “feminismo”) para realizar estas reflexões, considerando que as palavras e expressões têm seu sentido delimitado a partir da FD a partir da qual são enunciadas. Não podemos deixar de assinalar, com base no debate teórico travado por Pêcheux e Courtine, que a delimitação e fechamento de uma FD são efeitos imaginários, seja se consideramos o sujeito que enuncia ou se tomamos a FD como proposta e produto da análise empreendida pelo analista do discurso.

O discurso feminista em circulação nas publicações do movimento no Brasil e na Argentina nas décadas de 1970 produziu, atualizou e deslocou sentidos em permanente confronto com outros sentidos em circulação na sociedade, como o discurso de certas vertentes da esquerda, dos governos militares e de setores conservadores da Igreja. Nessa perspectiva, procuramos analisar a relação com o discurso *outro* estabelecida pelo discurso feminista, os elementos de saber da FD feminista e sua relação com outras FD, com a memória discursiva e o interdiscurso, de modo a apreender sua constituição. Demonstraremos em algumas de nossas análises sobre as imagens de “feminismo” e

“política”, que estes objetos imaginários foram alvo de debate entre os grupos de mulheres militantes nos anos 1970.

1.3 Subjetivação e identificação no discurso

Pela perspectiva da AD adotada nesta pesquisa, os conceitos de FD e interdiscurso são mobilizados para pensar os modos de subjetivação e identificação no discurso. O sujeito é constituído no nível simbólico pela contradição de estar sujeito à língua e ser sujeito da língua. O processo de subjetivação decorre da interpelação do indivíduo em sujeito pela Ideologia que se dá quando este se inscreve na língua:

(...) o funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeito (e, especificamente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece “a cada sujeito” sua “realidade”, enquanto sistemas de evidências e significações percebidas – aceitas – experimentadas. (PÊCHEUX, FUCHS, 1975, p. 162).

Pêcheux (1975, p. 135) esclarece, a partir das proposições de Althusser em *Aparelhos Ideológicos de Estado*, que Ideologia, no singular, reporta a “toda ideologia”, a “ideologia em geral”, sendo que a prática nos aparelhos ideológicos de Estado se dá através de e sob *uma* ideologia: “o artigo indefinido leva a pensar a pluralidade diferenciada da instância ideológica sob a forma de uma combinação (todo complexo com dominante) de elementos onde cada um é uma *formação ideológica*”. Ou seja, a Ideologia não se imporia de maneira igual e homogênea à “sociedade” assim como não seria possível atribuir a cada classe sua ideologia, como se cada uma delas pré-existisse a luta de classes. Em resumo, nas palavras de Pêcheux (1975, p. 134):

a objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do “todo complexo com dominante” das formações ideológicas de uma formação social dada, estrutura que não é senão a da contradição reprodução/transformação que constitui a luta ideológica de classes.

Outro esclarecimento é feito sobre a discrepância da formulação indivíduo/sujeito, “o paradoxo pelo qual o sujeito é chamado à existência”. O paradoxo forma-se em torno da interpretação de que “a Ideologia interpela os indivíduos em sujeito” que tem sempre “um *efeito retroativo* que faz com que o indivíduo seja ‘sempre-já-sujeito’”, pois “o sujeito é desde sempre um indivíduo interpelado em sujeito” (PÊCHEUX, 1975, p. 141). A interpelação, ou assujeitamento do “sempre-já-sujeito” como sujeito ideológico, ocorre de

tal modo que cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, *a ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção (ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas). (PÊCHEUX, FUCHS, 1975, p. 166)

Em suas reflexões sobre o discursivo como um dos funcionamentos materiais da ideologia, Pêcheux e Fuchs (1975, p. 168) afirmam que o ponto de exterioridade relativa de uma formação ideológica em relação a uma formação discursiva se traduz do próprio interior desta FD: “trata-se da defasagem entre uma e outra formação discursiva, a primeira servindo de alguma forma de matéria representacional para a segunda, como se a discursividade desta ‘matéria-prima’ se esvanecesse aos olhos do sujeito falante”.

Pêcheux (1975) avança em suas formulações, relacionando o processo de interpelação à identificação do sujeito com a FD que o domina e com a sustentação de seu dizer por elementos do interdiscurso. Sobre este ponto, afirma que

a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (... enquanto “pré-construído” e “efeito de sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito. (p. 150, grifos do autor)

Com o apelo à noção de “sistema inconsciente”, os autores, em sua teoria do duplo esquecimento, caracterizaram este processo de esquecimento²¹ nº1, inerente à prática subjetiva ligada à linguagem. O esquecimento nº1 considera o fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina, isso

²¹ Em nota, Pêcheux (1975, p. 150) explica o que define o termo esquecimento na teoria: não designa “a perda de alguma coisa que se tenha um dia sabido, como quando se fala de ‘perda de memória’, mas o acobertamento da causa do sujeito no próprio interior de seu efeito”.

em condições tais que “todo acesso a esse exterior pela reformulação lhe seja proibido por razões constitutivas referentes às relações de divisão-contradição que atravessam-organizam o ‘todo complexo das formações discursivas’ em um momento histórico dado” (Ibidem, p. 165).

A re-inscrição dos elementos do interdiscurso, enquanto lugar de constituição do pré-construído, no fio do discurso (no intradiscurso de uma sequência discursiva), remete aos objetos do discurso que se apresentam ao sujeito como evidências pelo esquecimento constitutivo do movimento de identificação desse sujeito com a FD que o afeta (designado anteriormente “esquecimento nº1”, cuja zona dos processos que constituem os discursos transversos e os pré-construídos é inacessível ao sujeito e, por essa razão, é próprio da subjetividade na língua). Desta forma, “o ‘pré-construído’ corresponde ao ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (o ‘mundo das coisas’)” (Ibidem, p. 151, grifos do autor e aspas do texto original) e, por sua vez, “o ‘fio do discurso’ do sujeito é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma ‘interioridade’ inteiramente determinada como tal do ‘exterior’” (Ibidem, p. 154).

Nesta perspectiva, há, portanto, um descentramento do sujeito e historicização do sentido: “sujeito e sentido se constituem reciprocamente em relação a uma (ou várias) FD(s), dentro da(s) qual(is) ambos são produzidos como efeitos, efeito de sentido e efeito-sujeito” (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 35). O sujeito como fonte e origem do dizer e do sentido é deslocado e substituído definitivamente na teoria do discurso com a teoria das ideologias e o atravessamento de uma teoria psicanalítica, pois o sujeito é determinado ideologicamente por FD que o precedem e excedem e dentro das quais se constituem posições sujeito que permitem seu dizer. Essa determinação ideológica também acomete o sentido, que é produzido nos processos discursivos em que as FD se relacionam. Em outras palavras, “o ‘sentido’ de uma sequência só é materialmente concebível na medida em que se concebe essa sequência como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva (o que explica, de passagem, que ela possa ter vários sentidos)” (PÊCHEUX, FUCHS, 1975, p. 169).²²

²² Sobre as evidências dos sentidos e dos sujeitos, Pêcheux (1975, p. 139) cita Althusser em *Aparelhos ideológicos de Estado*: “Como todas as evidências, inclusive aquelas que fazem com que uma palavra ‘designa uma coisa’ ou possua um significado (portanto inclusas as evidências da ‘transparência da

Ao articular a noção de pré-construído tal qual formulada por Paul Henry, com as noções de FD e subjetivação, Courtine (1981, p. 74-75) postula a constituição de um sujeito universal da FD:

(...) se constitui, no seio de uma FD, um sujeito universal que garante “o que cada um conhece, pode ver e compreender”, e (...) o assujeitamento do sujeito em sujeito ideológico realiza-se, nos termos de Pêcheux, pela identificação do sujeito enunciador ao sujeito universal da FD: “o que cada um conhece, pode ver ou compreender” é também “o que pode ser dito”. Se o pré-construído dá seus objetos ao sujeito enunciador sob a modalidade da exterioridade e da pré-existência, essa modalidade se apaga ou se esquece no movimento da identificação. (aspas do texto original)

Indusky (1997, p. 37-38), sobre o processo de identificação do sujeito do discurso e a possibilidade de constituição de diferentes posições de sujeito no interior de uma FD, afirma que

diferentes sujeitos, ao se relacionarem com o sujeito do saber de uma mesma FD, podem estabelecer diferentes *posições de sujeito*, de tal forma que se produzam diferentes *efeitos-sujeitos* no discurso de cada um. A descrição das diferentes *posições de sujeito*, geradas no interior de uma FD, e os *efeitos-sujeito* que aí são produzidos permitem a descrição do *sujeito de saber* da FD, sujeito esse que é designado por Pêcheux de *forma-sujeito*. (grifos da autora)

A teoria do duplo esquecimento é também composta pelo esquecimento nº2. A zona nº2 corresponde aos processos de enunciação e se caracteriza por um funcionamento do tipo pré-consciente/consciente, pois o sujeito faz um retorno do seu discurso sobre si. Neste caso, trata-se das correções que o sujeito faz para explicar o que disse, para aprofundar o que pensa, explicitar o que quis dizer, o que produz “a fonte da impressão de realidade do pensamento para o sujeito (‘eu sei o que eu digo’, ‘eu sei o que eu falo’)” (PÊCHEUX, FUCHS, 1975, p. 176).

Esta ilusão de realidade do seu pensamento e o acesso parcial às operações de argumentação e organização textual do “seu” discurso fazem com que se represente imaginariamente para o sujeito como uma “tomada de posição” em relação ao enunciado: “o sujeito enunciador só tem acesso às operações que constroem as formulações e não aos enunciados do ‘seu’ discurso, isto é, ele só opera (pré)conscientemente com o dito, não com

linguagem’), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos – e que isto não constitua um problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar.”

o dizível, e, menos ainda, com o que fica fora desse dizível” (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 36). Novamente faz-se necessário, diante de mais um efeito do sujeito como origem do sentido, afastar a definição da enunciação como a relação sempre presente do sujeito enunciador com seu enunciado, porque, caso contrário, recairíamos em uma nova ilusão, agora no nível da língua. O que ocorre é que “o espaço de reformulação-paráfrase que caracteriza uma formação discursiva dada aparece como o lugar de constituição do que chamamos o *imaginário lingüístico* (corpo verbal)” (PÊCHEUX, 1975, p. 165).

Neste quadro, o efeito da forma sujeito do discurso é, sobretudo, o de mascarar o objeto do esquecimento nº1 pelo funcionamento do esquecimento nº2. Sem a pretensão de esgotar a relação entre ideologia, inconsciente e discursividade, a relação entre os esquecimentos nº1 e nº2 é pensada por Pêcheux e Fuchs (1975, p. 177) como de oposição²³

entre a situação empírica concreta na qual se encontra o sujeito, marcada pelo caráter da identificação imaginária onde o outro é um outro eu (“outro com o minúsculo”), e o processo de interpelação-assujeitamento do sujeito, que se refere ao que J. Lacan designa metaforicamente pelo “Outro” com *O* maiúsculo.

Apesar de não pretendemos, em nosso trabalho, explicitar a relação entre a teoria das ideologias e a psicanálise, destacamos que para as proposições da AD materialista, “a identificação do sujeito consigo mesmo é (...), simultaneamente, uma identificação com o outro.” (PÊCHEUX, 1975, p. 155) A marca do inconsciente enquanto discurso do Outro faz com que todo sujeito tome posição, se torne responsável por seus atos, “em total consciência e em total liberdade” (Ibidem, p. 159, aspas do texto original). A tomada de posição, em acordo com o que afirmamos anteriormente, não é concebível com sua origem no sujeito e sim como “efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso como discurso-transverso, isto é o efeito da ‘exterioridade’ do real-ideológico discursivo, na medida em que ela ‘se volta sobre si mesma’ para atravessar” (Ibidem, p. 159-160).

²³ Mais tarde, Pêcheux (1975), retomando Freud, julga que as relações que estabeleceu entre inconsciente, consciente e pré-consciente foram insuficientes, pois faziam do pré-consciente-consciente uma zona autônoma com relação ao inconsciente, delimitado pela barreira do recalque e da censura, o que representaria “uma nova forma de ilusão da autonomia do pensamento com respeito ao inconsciente”. Em sua reformulação, postula que “o pré-consciente caracteriza a retomada de uma representação verbal (consciente) pelo processo primário (inconsciente), chegando a uma nova representação, que parece conscientemente ligada à primeira, embora sua articulação real com ela seja inconsciente” (p. 163).

Nos postulados da teoria do discurso acerca da subjetivação, encontramos subsídios para refletir sobre o estabelecimento de diferentes posições de sujeito no interior da FD feminista – considerando aqui nossa hipótese teórica de que há uma FD feminista, heterogênea e instável devido ao deslocamento de suas fronteiras pelo interdiscurso. Em nossa pesquisa, compreendemos os dispositivos de identificação/subjetivação do enunciador no discurso feminista, quando ocorre a identificação do indivíduo *sempre-já-sujeito* com a FD feminista que o constitui, tornando possível a ação política das mulheres identificadas com o feminismo. Não deixaremos de considerar que no interior de uma FD funciona um conjunto de posições de sujeito como modalidades particulares da identificação do sujeito da enunciação com o sujeito do saber e os efeitos discursivos específicos que estão ligados a ele (COURTINE, 1981, p. 102-103). Em outras palavras, investigamos as modalidades particulares de identificação que constituem as diferentes posições-sujeito no interior da FD feminista.

CAPÍTULO 2

***Corpus* discursivo e gestos de leitura**

O *corpus* discursivo de nossa pesquisa é composto por textos feministas (periódicos, panfletos, resoluções de encontros, cartas públicas, documentos internos e manifestos) em circulação no Brasil e na Argentina nos anos 1970. Em nossos recortes, há enunciados de diversos gêneros, com o intuito de apreendermos a heterogeneidade do discurso feminista nos dois países estudados. As análises dos periódicos feministas, nesta perspectiva, englobam editoriais, reportagens, entrevistas, quadrinhos, ilustrações, etc.²⁴

No presente capítulo, primeiramente, justificamos o recorte do *corpus* discursivo de nossa pesquisa. Em seguida, relatamos o processo de levantamento dos materiais nos dois países – mesclamos este relato com informações sobre os arquivos pesquisados, os textos selecionados, os grupos que os produziram e a pertinência desses materiais para nosso trabalho. Para concluir, apresentamos algumas reflexões desenvolvidas neste processo de levantamento e delimitação do *corpus*.

2.1 Delimitação do *corpus*, levantamento realizado e descrição dos materiais

A partir de 1975, foram publicados no Brasil os primeiros jornais nacionais que se autodenominavam feministas, eram dirigidos às mulheres e feitos por mulheres. Estes jornais faziam parte dos 150 periódicos da imprensa democrática e alternativa existente durante os quinze anos de ditadura militar no Brasil (entre 1964 e 1980) e tinham como traço comum a oposição ao regime militar em contraste com a complacência com a ditadura dos jornais de grande circulação (KUCINSKI, 2003).

Com base na constatação de Alvarez (1994), Cardoso (2004) e Costa (2009), de que os jornais feministas refletiam o projeto do movimento feminista, em uma relação intrínseca entre seus editoriais e as idéias centrais do movimento, e da afirmação de Moraes (1997) e Araújo (2000), de que esta imprensa cumpria o papel de divulgadora, formadora e organizadora do feminismo no Brasil, assumimos a tese de que a construção do discurso

²⁴ Em um projeto anterior de iniciação científica, que tinha o objetivo de trabalhar a linha política dos periódicos feministas brasileiros dos anos 1970, delimitamos para o recorte do *corpus* os enunciados dos editoriais, o que resultou em certa homogeneização ideológica. No mestrado, as primeiras análises de diferentes gêneros presentes nos jornais feministas levaram à identificação de funcionamentos discursivos diversos do encontrado nos editoriais, fator que motivou-nos a repensar a constituição do *corpus* discursivo.

feminista nestes jornais é fundamental na constituição do discurso feminista brasileiro deste momento histórico. Estas teses motivaram a escolha da imprensa feminista brasileira, especialmente os jornais *Brasil Mulher* (1975-1980) e *Nós Mulheres* (1976-1978), os mais expressivos do período, como principal fonte para a constituição do *corpus* discursivo desta pesquisa.

Na Argentina, também havia periódicos, panfletos dos grupos feministas usados em manifestações públicas do movimento, além de manifestos e documentos de fundação destes grupos. Justificamos que, diferentemente da constituição do *corpus* do discurso feminista brasileiro, calcada no papel da imprensa feminista para a constituição deste discurso nos anos 1970, a constituição do *corpus* do discurso feminista argentino não encontra na bibliografia sobre o feminismo neste país sustentação para uma tese correlata. Entretanto, a bibliografia sobre o feminismo argentino nos anos 1970 aponta os principais grupos militantes e suas publicações, que balizam o recorte feito em nossa pesquisa. Entre as publicações feministas, destaca-se a revista *Persona*, o periódico feminista mais estável por seu tempo de duração e que será analisado em seu primeiro período (1974-1976).

As pesquisas para o levantamento dos materiais produzidos pelos grupos feministas envolveram o levantamento de materiais no *Arquivo Edgard Leuenroth* (AEL/Unicamp), em Campinas-SP. Na Argentina, foram feitas pesquisas no arquivo pessoal da feminista Sara Torres e no *Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en la Argentina* (CeDInCI), todos em Buenos Aires.

Como forma de trabalho com o *corpus*, considerando a dificuldade de acesso constante aos materiais e a necessidade de (re)leitura dos textos, optamos pela digitalização dos documentos pesquisados, pois importa-nos, a partir da perspectiva da Análise do Discurso, mais do que o conteúdo dos textos (*o que é dito*), as regularidades e os acontecimentos dos processos discursivos em questão (*como é dito*). Desta forma, podemos ainda analisar como as imagens e os elementos gráficos, por exemplo, participam da construção dos efeitos de sentido, além de possibilitar pesquisas futuras com o material e sua reprodução em trabalhos científicos.

Consultamos as edições dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* no Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), que reúne uma série de documentos sobre os movimentos sociais. Este arquivo também dispõe de outros documentos do feminismo

brasileiro, especialmente no Fundo Elisabeth Souza Lobo, no Fundo Coletivo Feminista de Campinas e na Coleção Movimentos Sociais Recentes.²⁵

O jornal *Brasil Mulher* foi fundado em 1975, em Londrina (PR), e era publicado pela Associação Brasil Mulher, que no decorrer dos anos desdobrou-se pelo país. Em sua sexta edição mudou-se para São Paulo, para preservar a integridade da principal jornalista envolvida, que estava sendo perseguida pela polícia por motivos políticos. A princípio, era editado bimestralmente, com 16 páginas em preto-e-branco e ilustrado com fotos. Teve 16 edições regulares e mais 4 denominadas “extra”, com tiragem de 5 mil a 10 mil exemplares e circulação nacional. Suas vendas ocorriam em livrarias, bancas e comércios em geral, além da venda por assinaturas. Havia entre 8 a 30 mulheres envolvidas no coletivo de produção do jornal. Durante os anos de publicação, o conselho e a linha editoriais do *Brasil Mulher* passaram por diversas mudanças, por conta de disputas internas e políticas do jornal, que traz o debate da relação entre o feminismo e a militância de esquerda (CARDOSO, 2004).

O jornal *Nós Mulheres*, por sua vez, era publicado pela Associação de Mulheres, em São Paulo, e teve 8 edições, em circulação entre os anos de 1976 e 1978. Não divulgava sua tiragem. Seu conselho editorial era composto por cerca de 20 mulheres militantes de esquerda que decidiram editar um jornal feminista, de oposição e que divulgasse as lutas sociais das mulheres. O coletivo buscava estruturar-se de forma autônoma e não-hierárquica – uma busca em constituir uma organização que diferisse das demais existentes na sociedade que, ao ver do grupo, oprimiam as mulheres. Foi o primeiro jornal brasileiro a se autodenominar feminista (MORAES, 1990).

Sobre o perfil das integrantes destes jornais feministas, Leite (2003, p. 2) afirma que “as feministas militantes do *Brasil Mulher* e do *Nós Mulheres* eram majoritariamente oriundas da esquerda, muitas das quais com passagem pela experiência da militância clandestina, da prisão, da tortura e/ou exílio”.

²⁵ Todas as edições dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* foram localizadas e digitalizadas. O material foi digitalizado de duas formas: a partir de equipamentos do AEL que convertem o conteúdo de microfilmes para um formato digital e da utilização de máquinas fotográficas digitais para os exemplares impressos. Citamos estes procedimentos, para apresentar as soluções técnicas a que recorremos para o acesso a estes materiais, pois em alguns casos a qualidade dos microfilmes digitalizados estava comprometida e, em outros, não conseguimos uma boa qualidade de imagem com as fotos digitais por causa das condições de luz e dos recursos do equipamento fotográfico disponível.

Pedro (2006), ao refletir sobre as diferentes interpretações acerca do feminismo brasileiro na década de 1970, aponta que o *Nós Mulheres* foi considerado mais ligado ao feminismo, enquanto o *Brasil Mulher* estaria mais preso às lutas denominadas gerais. A autora afirma:

evidentemente, essa disputa discursiva promoveu respostas de parte a parte. O jornal *Brasil Mulher* incorporou, progressivamente, temáticas específicas do feminismo, e, desse modo, o *Nós Mulheres*, em vários momentos, reforçou seu comprometimento com a luta pela democracia (PEDRO, 2006, p. 268).

Ao comparar estes dois periódicos, Moraes (1996, p. 7) identifica o diferencial do *Nós Mulheres* em sua explícita definição feminista. No entanto, segundo a autora, a maior parte de seus artigos “versava sobre política e condições de vida – reflexões sobre relações afetivas e sexualidade não eram habituais” e, nesta perspectiva, não se distinguia do *Brasil Mulher* e de outros órgãos da imprensa alternativa dirigidos ao público feminino.

Ao iniciarmos o processo de delimitação do *corpus* do discurso feminista brasileiro e o recorte das seqüências que seriam analisadas, elaboramos um sumário dos assuntos abordados pelos jornais e destacamos as matérias que poderiam ser objeto de análise em nosso trabalho, por abordarem diretamente as concepções de feminismo, seu programa e reivindicações. Na elaboração do sumário das matérias do jornal *Brasil Mulher*, deparamo-nos com muitos textos que versavam sobre política de forma geral sem tocar no feminismo ou propor uma leitura que considerasse as relações de gênero, o que estava de acordo com o que alertava a bibliografia sobre a imprensa feminista dos 1970. No jornal *Nós Mulheres*, até mesmo pelo número menor de edições e por suas edições serem menos extensas, esta proporção de textos sobre “temas gerais” era menor.

Estes foram os motivos que fizeram com que optássemos por focar nossas análises do discurso feminista brasileiro no jornal *Nós Mulheres*, realizando uma leitura anotada de todas as suas edições e nos restringíssemos aos editoriais do jornal *Brasil Mulher*. Este gesto metodológico apoiou-se na constatação de que a delimitação *a priori* dos textos dos dois jornais com base nos sumários elaborados e na leitura parcial de suas edições poderia

levar-nos a incorrer em uma homogeneização ideológica e em uma limitação dos gêneros de onde extrairíamos nossos recortes para a análise.²⁶

Durante a segunda metade dos anos 1970, mulheres negras e lésbicas organizaram-se autonomamente e atuaram no movimento feminista, provocando a incorporação de novos temas como a luta contra a homofobia e o racismo. Nosso *corpus* não inclui documentos produzidos por organizações lésbicas (como o *Grupo Ação Lésbica Feminista* – GALF) ou por mulheres negras que se organizaram a partir desta identidade. No entanto, procuramos em nossas análises atentar para a participação destas mulheres e de suas demandas na constituição do discurso feminista brasileiro nos anos 1970 e mesmo para o possível silenciamento destas vozes (esta era uma das denúncias que negras e lésbicas faziam no interior do movimento de mulheres).

Em relação à constituição do *corpus* da Argentina, o momento mais importante de reunião de materiais deu-se durante a missão de estudos na Universidade de Buenos Aires (UBA), realizada durante um mês no primeiro semestre de 2009. Este intercâmbio foi possível por conta de um Acordo de Cooperação Acadêmica, Científica e Cultural entre a Universidade Estadual de Campinas e a Universidade de Buenos Aires (Argentina), financiado pela CAPES/SPU²⁷. Na UBA, fui orientada pela Profa. Dra. Andréa Andújar, docente na área de Teoria e História da Historiografia da Faculdade de Filosofia e Letras²⁸.

Foram pesquisados documentos, panfletos, jornais e revistas de organizações feministas das décadas de 1970. O local mais importante de pesquisa foi o arquivo pessoal de Sara Torres, que possui uma série de materiais reunidos durante sua militância em grupos feministas iniciada nos anos 1970 com sua participação na *Unión Feminista*

²⁶ Os sumários elaborados levavam-nos a priorizar os editoriais dos jornais e, neste caso, nossa experiência anterior de análise da imprensa feminista foi decisiva, como mencionamos mais acima, para nossa decisão metodológica. No quadro teórico, tecemos alguns comentários a partir de Pêcheux (1975, 1981) e Courtine (1981) acerca da homogeneização das condições de produção do discurso necessariamente como efeito, seja da delimitação do corpus empreendida pelo analista, seja da ilusão constitutiva da interpelação ideológica que constrói uma identidade ao sujeito do discurso. A partir desta reflexão sobre as decorrências incontornáveis de qualquer gesto de delimitação do *corpus*, compreendemos que a postura do analista do discurso deva ser de apresentar as hipóteses extra-discursivas das quais partiu, a trajetória de levantamento do *corpus* e os dilemas teórico-metodológicos enfrentados na descrição-interpretação da discursividade.

²⁷ Além de ter sido fundamental para a constituição do *corpus* do discurso feminista argentino, a missão de estudos contribuiu para a reunião de bibliografia sobre o feminismo, os movimentos sociais e políticos e as ditaduras militares argentinas.

²⁸ Andrea Andújar integra o grupo de estudos *Las mujeres en los '70. Identidades, construcciones, cambios y continuidades*, do Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género da UBA e foi organizadora do livro *Historia, género y política en los '70*, publicado em Buenos Aires, em 2005, e que compõe a bibliografia de nossa dissertação.

Argentina (UFA). Para contatá-la, foi fundamental o intermédio da Profa. Dra. Andréa Andújar e de sua orientanda Catalina Trebisacce. O arquivo de Sara Torres está em processo de organização. Mulheres feministas, arquivistas e historiadoras, com a iniciativa da doutoranda Catalina Trebisacce²⁹, estudiosa do feminismo na Argentina nos anos 1970, e de Sara Torres, iniciaram um projeto autônomo de organização dos materiais³⁰. Por enquanto, não há um catálogo disponível com o conteúdo do arquivo. Na casa de Sara Torres, as dezenas de pastas com recortes de artigos de jornais, revistas, cópias de abaixo-assinados, fotografias e outros documentos são acessadas por intermédio dessa feminista, que pretende publicizar seu arquivo pessoal como forma de militância para permitir novos sentidos à história e luta do feminismo na Argentina.

Outra fonte de informação sobre os materiais produzidos pelo feminismo argentino nos anos 1970 foi o Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que nos últimos anos consolidou-se como uma importante referência para as pesquisas acerca das histórias e memórias da segunda onda do feminismo latino-americano. Tive contato com pesquisadores do IEG no *Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*, no primeiro semestre de 2009, ocasião em que conheci o projeto sobre memória do feminismo no Cone Sul³¹.

Entre as publicações feministas dos anos 1970, foram localizados alguns panfletos, jornais e revistas. Destacaram-se os documentos internos da *Unión Feminista Argentina* (1970-1976), a revista *Persona* (1974-1976, em seu primeiro período) e a revista *Muchacha* (1971), editada por mulheres do *Partido Revolucionario de los Trabajadores La Verdad*, organização predecessora do *Partido Socialista de los Trabajadores* (PST).

A UFA (1970-1976) foi criada em Buenos Aires em 1970, no mesmo período em que se resistia à ditadura de Onganía, crescia o sindicalismo anti-burocrático e classista, se

²⁹ Contribuições do arquivo pessoal de Sara Torres para a reconstrução das memórias feministas podem ser conhecidas em Trebisacce e Torelli (2010).

³⁰ Tive o privilégio de participar do início do processo de organização do arquivo de Sara Torres, em um momento em que as iniciativas eram voluntárias, mas ainda pouco sistemáticas. A contribuição de uma profissional arquivista, somada às reflexões sobre memória e arquivo, foram fundamentais para a orientação do trabalho organizativo posterior.

³¹ Este projeto disponibiliza no site do IEG registros na forma de entrevistas, periódicos e outros documentos da história do movimento das mulheres e dos feminismos no Brasil e outros países do Cone Sul (<http://www.ieg.ufsc.br/>). Uma lista de mulheres ligadas ao feminismo e publicações feministas, presente neste site, serviu de orientação para as buscas na Argentina.

expandia a rebelião estudantil, desenvolviam-se os grupos armados e as organizações políticas de esquerda e peronista (ATEM, 2006). Considera-se que a UFA foi o primeiro grupo nucleado a partir do feminismo na década de 1970 na Argentina, constituindo-se como precursora do movimento em sua segunda onda. Esta organização reuniu mulheres de diversas origens sociais e ideologias, entre elas a cineasta Maria Luísa Bemberg. Segundo Trebisacce (2010), a formação da UFA é um exemplo das relações estabelecidas pelo feminismo com os meios massivos de comunicação: em uma entrevista concedida a um desses meios, Bemberg assumiu-se feminista e declarou-se preocupada com a situação das mulheres, recebendo em seguida cartas e chamados de mulheres com preocupações semelhantes que, juntas, fundaram a UFA.

Entre as atividades do grupo, estavam a leitura e discussão de autoras feministas, em especial francesas e italianas, em grupos de consciência que adotavam a idéia de que “o pessoal é político”; a confecção e distribuição de panfletos (um exemplo foi a distribuição de um panfleto no Dia das Mães que procurava desmistificar o papel de mãe); a gravação audiovisual de testemunhos filmados sobre temas relacionados ao feminismo; a participação em reportagens realizadas pelos meios de comunicação; a organização de debates e conferências e a troca de correspondência com pessoas interessadas nas questões feministas. As mulheres da UFA decidiram interromper suas atividades após o golpe militar de 1976, o decreto de estado de sítio e a repressão sangrenta e indiscriminada (CECYM, 1996).

Ao lado da UFA, outro importante grupo feminista argentino dos anos 1970 sem vínculos partidários foi o *Movimiento de Liberación Femenina* (MLF), formado em 1972. Seu surgimento também foi vinculado aos meios de comunicação massivos, neste caso, a revista *Cláudia*. Esta revista publicou em sua seção de cartas dos leitores as críticas de Maria Elena Odonne a uma piada veiculada em uma edição anterior que depreciava as feministas dos Estados Unidos. As leitoras da revista procuraram Odonne e assim fundou-se o MFL (TREBISACCE, 2010, p. 32).

O grupo tinha como práticas a organização de conferências, debates sobre temas feministas e panfletagens. Também organizou uma biblioteca e editou a revista *Persona*, que integrará o *corpus* de nossa pesquisa como a publicação feminista mais estável por seu tempo de duração. *Persona* teve três etapas: na primeira, em 1974, publicou dez números;

na segunda, em 1975, mais quatro números, interrompendo-se em 1976 pelos mesmos motivos da UFA e retomando o trabalho do grupo e a publicação da revista em 1980, como *Organización Feminista Argentina* (OFA).

A revista *Muchacha*, publicação do PST, materializa este encontro entre feminismo e socialismo. Esta revista teve 3 números, dos quais tivemos acesso somente ao número 2, publicado em 1971, cujo título de capa é *No más objetos en manos de los hombres o de la sociedad*. Interessa destacar que algumas das mulheres que fundaram *Muchacha* incorporaram-se à UFA. Esta revista afirma-se como um veículo das mulheres jovens e não se identifica publicamente como uma expressão do partido. As mulheres do PST, ao final da década de 1970, retomaram o projeto de publicação feminista, como atesta a publicação da revista *Todas – Publicación de la Mujer*.

2.2 Reflexões sobre a constituição do *corpus* discursivo

No processo de constituição do *corpus* de nossa pesquisa, instaurou-se uma reflexão sobre o trabalho de leitura de arquivo. Como delimitar o *corpus* do discurso feminista no Brasil e na Argentina produzidos em condições de produção marcadamente diferentes? Como lidar com gestos de leitura anteriores, como o de historiadoras que escreveram sobre o feminismo dos anos 1970, e com a diferença do momento e abordagens da produção teórica nos dois países sobre este tema? Ou ainda, como encarar a acessibilidade tão discrepante aos documentos do feminismo dos 1970 nos dois países em questão?

Para responder a estas questões, na perspectiva da escola francesa da Análise do Discurso, inicialmente recorreremos ao artigo fundador de Pêcheux, *Ler o arquivo hoje* (1982a), que tem o propósito de examinar as questões que envolvem a análise dos discursos, textos e arquivos. A seguir recuperamos seus principais apontamentos sobre as culturas de leitura historicamente conformadas em nossa sociedade.

Desde a Era Clássica, há um confronto entre duas culturas de leitura do discurso textual. De um lado, a cultura literária, de outro, a cultura científica. A cultura literária, “por sua familiaridade mesmo com o escrito, transporta consigo evidências de leitura que

atravessam a materialidade do texto, sempre tido como linguisticamente transparente, sobretudo no caso dos historiadores e dos filósofos” (PÊCHEUX, 1982a, p. 61). Por sua vez, a cultura científica “finge, por precaução ‘metodológica’ ignorar tudo do *fato* mesmo da língua, e destina-se a tratá-la como uma materialidade qualquer” (Ibidem, p. 62).

Este divórcio cultural entre o “literário” e o “científico” não é acidental. Pelo contrário, mascara uma divisão social do trabalho de leitura, em uma relação de dominação política:

[...]a alguns, o direito de produzir leituras originais, logo ‘interpretações’, constituindo, ao mesmo tempo, atos políticos (sustentando ou afrontando o poder local); a outros, a tarefa subalterna de preparar e sustentar, pelos gestos anônimos do tratamento ‘literal’ dos documentos, as ditas ‘interpretações’. (Ibidem, p. 58)

A perspectiva teórica da Análise do Discurso, como disciplina de entremeio, indispõe-se com estes dois gestos de leitura (o “literário” e o “científico”). Dizer no entremeio supõe uma posição a se ocupar: “a presente reflexão fundamenta-se sobre o fato teórico que constitui a existência da língua como materialidade específica, constantemente contornada, ignorada ou recusada pelas duas culturas em divórcio que (se) dividem assim o território” (Ibidem, p. 61).

Consideradas as contribuições de Pêcheux (1982a), a análise dos documentos de arquivo da presente pesquisa não considera neutra a organização dos arquivos pesquisados, busca apreender os gestos de leitura anteriores e sua localização na divisão do trabalho de leitura em nossa sociedade, propondo-se a uma posição de entremeio, que tem como principal ponto a noção de discurso enquanto materialização do contato entre o ideológico e o linguístico.

Como consequência, em nossa análise, distanciando-nos de uma leitura histórica ou sociológica, temos mais interesse no *como se diz* do que no *que é que se diz*. Nosso trabalho não é “pensar em conteúdos ideológicos, mas em funcionamento, em modo de produção de sentidos (e de sujeitos)”, pois “quando fazemos intervir a noção de discurso resulta a compreensão de que a língua funciona ideologicamente” (ORLANDI, 1994, p. 300). Para a perspectiva adotada, a prática analítica consiste em um trabalho de descrição da materialidade simbólica do discurso, procurando nas formulações os traços de

determinação da memória discursiva, os elementos pré-construídos, as repetições, reformulações e deslocamentos de enunciados já ditos.

Consideram-se tanto as determinações da história sobre os processos discursivos quanto os efeitos do gesto do pesquisador em sua relação com os materiais em estudo para a constituição do *corpus* de sua pesquisa. A constituição do *corpus discursivo* e a análise deste *corpus* não constituem dois momentos distintos. A Análise do Discurso assume a interpretação enquanto constitutiva até mesmo do processo de descrição do funcionamento discursivo do *corpus* (PÊCHEUX, 1983b). Adota-se “uma concepção dinâmica do *corpus* que o considera em constante construção, conforme o desenvolvimento da análise, e que possibilita descrever os regimes de enunciabilidade em sua dispersão, tanto nas regularidades de funcionamento quanto nas rupturas provocadas pelo acontecimento” (ZOPPI-FONTANA, 2005, p. 95). Desta forma, o *corpus* responde aos objetivos da análise e às questões formuladas pelo analista, em um processo em espiral, e seu fechamento se dá de fato ao final das análises.

O *corpus*, portanto, diferencia-se do arquivo, da forma como define Pêcheux (1982a, p. 57), “no sentido amplo de campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Enquanto o arquivo responde a estratégias institucionais para a gestão da memória de uma sociedade, compreendemos, de acordo com Courtine (1981, p. 54), *corpus* discursivo “como um conjunto de seqüências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das CP do discurso”. A constituição do *corpus* é parte do gesto de leitura de um pesquisador, que descreve e interpreta o funcionamento de regimes de enunciabilidade.

Nossa escolha pela constituição de um *corpus* sincrônico assume uma precaução teórico-metodológica para evitar “um risco de apagamento das condições propriamente históricas de produção do discurso em benefício da definição de CP que se confunde com as características de uma situação de comunicação” (COURTINE, 1981, p. 60). Assumimos que todo discurso se insere em um processo discursivo que o determina, sob a forma dos elementos pré-construídos, de modo que o interdiscurso sustenta os dizeres. Logo, em nosso trabalho analítico procuramos afastar o “esquecimento de sempre-já há discurso”, conforme alertou-nos Courtine (1981). A partir de Pêcheux (1981, p.24), em seu prefácio ao texto de Courtine (1981), consideramos que não são necessárias a composição de

corpora diacrônicos nem a contraposição de “*corpora* contrastados” para apreender as contradições e os embates entre sentidos, pois

uma formação discursiva é constitutivamente perseguida por seu outro: a contradição motriz não resulta do choque de ‘*corpora* contrastados’, cada um veiculando a homogeneidade dos antagonistas, mas desse efeito de sobredeterminação pelo qual a alteridade o afeta [...]

Retomamos aqui três pontos que discutimos no quadro teórico de nosso trabalho e que orientam nossa metodologia de constituição e interpretação do *corpus*: 1) as condições de produção de um processo discursivo não esgotam o “discurso concreto” (o conjunto das sequências linguísticas que compõe os materiais que pesquisamos), pois este é um complexo de processos que remetem a diferentes CP, sendo uma opção teórico-analítica a composição do *corpus* a partir da dominância das CP. Nesta perspectiva, analisar processos secundários pode contribuir para captar a ruptura com os sentidos dominantes e a emergência de novos sentidos; 2) as formações discursivas são heterogêneas e o fechamento da FD é efeito (seja do gesto do pesquisador ou da interpelação ideológica dos sujeitos do discurso). Conseqüentemente, a delimitação de uma formação discursiva feminista, conforme propomos neste trabalho, tanto é uma hipótese teórica quanto é um resultado das análises que empreendemos dos processos discursivos dominantes em nosso *corpus*, assim como das rupturas provocadas pelos acontecimentos; 3) um discurso sempre remete a um discurso anterior e o estudo de um processo discursivo no interior de uma dada FD é indissociável do estudo da determinação desses processos discursivo por seu interdiscurso. Considerar o interdiscurso como instância de formação/repetição/transformação dos elementos de uma FD, leva-nos à análise dos pré-construídos produzidos no exterior de uma FD particular, mas incorporados e redefinidos, o que pode tanto revelar o deslocamento das fronteiras daquela FD quanto os embates de sentido com outras formações discursivas³².

O processo de levantamento de materiais para a constituição do *corpus* levou-nos a questionar a relação entre arquivo, memória, condições de produção e circulação do

³² Como exemplo, citamos a análise das imagens de “mulher” em jogo no discurso feminista que empreendemos nos capítulos três e quatro de nossa dissertação. Uma dessas imagens constrói-se a partir da negação do pré-construído de que a mulher é naturalmente mãe e apta aos afazeres domésticos, de modo a estabelecer uma relação de contradição com outros discursos em circulação na sociedade.

discurso feminista no Brasil e na Argentina. De acordo com o exposto no panorama sobre o movimento feminista no Brasil e na Argentina nos anos 1970 apresentado na introdução de nossa dissertação e nas considerações sobre o levantamento dos materiais produzidos pelos grupos que compõem nosso *corpus*, as condições de produção do discurso feminista em cada um dos países determinaram sua formulação e circulação. A circulação dos periódicos feministas brasileiros ao final da década de 1970, momento em que se aproximava a Anistia no país, não pode de forma simplista ser comparada à circulação do discurso feminista na Argentina a partir do golpe militar de 1976, quando os grupos feministas suspendem sua atuação ou então a reduzem por conta da extrema violência da repressão.³³

Nessa mesma perspectiva, a disponibilidade nos arquivos dos documentos do feminismo intervém na constituição do *corpus* e relaciona-se às estratégias institucionais para a gestão da memória de uma sociedade. Diferente do que ocorre no Brasil, onde alguns arquivos públicos ou de organizações não-governamentais concentram muito material sobre o feminismo e os movimentos sociais formados majoritariamente por mulheres nos anos 1970, os centros de documentação públicos ou as universidades argentinas têm um acervo restrito dos materiais dos grupos feministas deste período.³⁴ Neste contexto, o arquivo de Sara Torres é importantíssimo para a história do feminismo na Argentina.

A trajetória da produção bibliográfica sobre o feminismo na Argentina e no Brasil também é distinta. No Brasil, a reflexão sobre a experiência feminista dos anos 1970 ganha espaço na academia desde os anos 1990, apesar de estudos realizados nos anos 1980

³³Na elaboração de nosso projeto de mestrado, assumimos a hipótese extra-discursiva de que os movimentos feministas latino-americanos de segunda onda emergiram em um contexto de ditaduras militares, o que faria com que os discursos feministas nestes países estabelecessem uma relação conflituosa em relação ao discurso dos governos autoritários de direita. No entanto, se no Brasil o feminismo emerge (ou melhor, ganha expressão) articulado aos movimentos populares e aos grupos de esquerda que combatiam a ditadura, em uma conjuntura em que a diminuição da repressão do regime militar em comparação aos anos Médici contribuía para estas aparições públicas (PINTO, 2002), na Argentina o movimento feminista mais atuante nos anos 1970 é anterior ao golpe de 1976, a relação com os grupos de esquerda é conflituosa, mas não parece ser das mais importantes para sua constituição. Uma relação que marca os grupos feministas argentinos é seu diálogo com os empreendimentos culturais do processo de modernização: as feministas e os discursos modernos nutriram-se e rechaçaram-se mutuamente (TREBISACCE, 2010, p. 35).

³⁴ Aventamos algumas hipóteses iniciais que carecem de maior investigação sobre esta diferença de disponibilidade de materiais nos arquivos: o feminismo brasileiro dos anos 1970 teve maior expressão pública, seja por estabelecer mais alianças com outros movimentos ou pela conjuntura política menos repressiva da segunda metade da década de 1970; as feministas brasileiras dos 1970 tiveram posteriormente maior participação na academia do que as argentinas e influenciaram a criação de arquivos sobre a memória do feminismo; na Argentina, a construção das memórias dos anos 1970 está fortemente articulada à luta por justiça e ao esclarecimento dos crimes perpetrados pelo Estado, o que faria com que alguns temas tivessem menor espaço.

abordarem a temática. Essa inserção não significa, no entanto, que a academia brasileira de forma geral se interesse sistematicamente pela história do feminismo no país, em especial com sua efervescência política nos anos 1970-1980, como ocorreu nos EUA e na França, países onde a “segunda onda feminista” produziu uma profusão de pesquisas acadêmicas (ABREU, 2010, p. 16). No caso brasileiro, a relação imbricada entre o movimento feminista e a produção acadêmica na área dos estudos de gênero é fundamental para os trabalhos sobre o feminismo³⁵ e não raro lêem-se textos em que as autoras anunciam que suas reflexões referem-se à memória dos fatos que viveram como militantes feministas articulada à bibliografia produzida sobre o tema (SARTI, 2004; CORRÊA, 2001; MORAES, 1996). Segundo Sarti (2004, p.38), “a divulgação e as análises das memórias desse tempo, a partir do relato das experiências a que tivemos acesso, desde os anos 1990 – por meio de publicações de jornalistas, estudos acadêmicos, filmes e eventos –, permitem uma leitura da origem da experiência feminista atual”. Ou seja, a “segunda onda” do feminismo brasileiro é considerada fundadora da experiência feminista brasileira atual.

Pedro (2006, p. 250) discute que há uma narrativa prevalente da “origem” do ressurgimento do feminismo no Brasil nos anos 1970³⁶ que resulta das disputas de poder entre diversos grupos feministas, e entre estes e os diversos personagens envolvidos na luta contra a última ditadura militar instalada no país; “essa luta envolvia, para uns, as dicotomias entre “lutas gerais e lutas específicas”, de um lado, e entre “verdadeiramente feministas e não-feministas”, de outro”. A narrativa de “origem” predominante marca a definição de 1975 como o Ano Internacional da Mulher pela ONU - Organização das Nações Unidas, como início do ressurgimento do feminismo organizado no Brasil, por ter

³⁵Os estudos de gênero no Brasil dos anos 1990 se constituíram também a partir de estudantes, profissionais liberais e professoras que atuaram no movimento feminista na década de 1970. Retomar esta articulação entre pesquisadoras e militantes pode ser central para se compreender a relação entre a vivência que as pesquisadoras tiveram neste contexto político e o direcionamento de sua produção acadêmica como parte da história marcadamente política deste campo de estudos (CORREA, 2001). A produção acadêmica sobre o movimento feminista partiu de suas próprias fileiras. Deve ser assinalada a então nascente relação entre os temas e teorias pautados pelas agências financiadoras das pesquisas, a pauta acadêmica dos estudos de gênero no país (e outras denominações do campo ao longo de sua existência, como estudos da mulher) e os próprios rumos políticos do movimento feminista. Ainda hoje, o pensamento feminista reflete sobre o processo de trânsito transnacional de teorias, em que é imprescindível levar em conta os efeitos das agências internacionais de financiamento. A relação conflituosa entre feministas militantes e feministas acadêmicas deve considerar a participação de diversos grupos de interesse na criação e difusão de teorias e conceitos, explorando suas diferenças e seu peso político (PISCITELLI, 2005).

³⁶ A autora não limita esta disputa entre interpretações ao espaço da produção acadêmica. Porém, na leitura da bibliografia sobre a “segunda onda feminista” no Brasil, é possível observar estes embates de sentidos.

propiciado debates públicos e proporcionado uma fachada para a atuação de organizações que viviam uma situação de clandestinidade. No entanto, há outras interpretações. Entre elas, a que considera os grupos de reflexão ou grupos de conscientização feminista existentes desde o início dos anos 1970 em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, formados principalmente a partir da iniciativa de mulheres que anteriormente tiveram experiências com o movimento feminista em países como França e Estados Unidos. Estes coletivos foram alvo de crítica por parte da esquerda, que os julgava, assim como as manifestações pela liberação da mulher e suas lutas pelo controle e autonomia do corpo e sexualidade como “ideias específicas” e, por este motivo, um risco de divisão da luta geral e prioritária, a luta pela democratização, pela anistia e pelo socialismo. Na conclusão de seu artigo sobre as “narrativas fundadoras do feminismo” no Brasil, a autora afirma:

lutar no Brasil pela ‘liberação das mulheres’, no campo da esquerda e em plena ditadura militar, não permitia que o feminismo brasileiro fosse semelhante ao projeto que se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos, de onde vinham os livros, as ideias, as propostas. Certamente foi esse cenário o principal responsável pela data ‘fundadora’ de 1975. Aquelas que, anteriormente, estavam discutindo e formando uma nova feminilidade, não reconheceram como feministas as atuações de vários dos grupos que assim se denominavam, tornando a própria denominação ‘feminista’ alvo de intensas disputas. A luta contra a ditadura e a busca por ‘conscientização’ das camadas populares tornaram o movimento feminista e de mulheres uma maneira menos arriscada de realizar esse projeto. (PEDRO, 2006, p.269)

Na Argentina, historiadoras e outras pesquisadoras da área dos estudos de gênero e do feminismo refletem sobre o passado recente, buscando as relações entre passado e presente. A história é tomada como ferramenta de recuperação das tradições e genealogias dos setores subalternos, que orienta a busca por pistas de um passado difícil de recuperar devido às derrotas recorrentes (CIRIZA, 2008). Nesta busca, uma publicação dedicada aos anos 1970 na Argentina a partir de uma perspectiva de gênero propõe deixar os relatos que apresentam as mulheres como vítimas da ocultação das histórias oficiais para passar a analisar suas experiências, iluminando sua ação específica segundo graus e formas de intervenção (ANDÚJAR et al., 2009).

Por meio da perspectiva de gênero também se procura redimensionar as experiências dos anos 1970. Este é o objetivo de uma publicação argentina³⁷ que denuncia o fato de que são escassas as indagações nos estudos dos anos 1960 e 1970 que, desde uma perspectiva de gênero, proponham problemáticas para os estudos de transformações sociais que marcaram o período para além das mobilizações políticas em termos sindicais e partidários, as organizações guerrilheiras, a implantação do terrorismo nas mãos das ditaduras, a reestruturação econômica capitalista, as crises hegemônicas e as transformações culturais. As editoras desta publicação crêem que

[...] un análisis de género debería necesariamente resignificar los alcances y límites de las políticas revolucionarias, reinterpretar las nuevas prácticas de violencia institucional, reconceptualizar el sentido y el terreno de las resistencias, visualizar los múltiples espacios de conflicto, y revelar los complejos mecanismos de poder y representación en la historia de los años setenta (ANDÚJAR et al., 2005, p. 14).

Apesar da abordagem de temas anteriormente silenciados pelo discurso historiográfico com a aparição nas últimas décadas das chamadas histórias menores, microhistórias, contrahistórias e estudos sobre memórias, o caso do feminismo dos anos 1970 apresenta dificuldades especiais resultantes da particularidade dessa experiência e da complexidade do período em questão (TREBISACCE, 2010). Se no período a relação conflituosa que este feminismo manteve com a militância da esquerda, protagonista do período, fez com que fosse visto como suspeito no cenário político, as investigações historiográficas posteriores limitaram-se em seu desenvolvimento justamente por não aprofundarem suas interpretações sobre o lugar confuso que ocupara o feminismo. A autora refere-se à compreensão corrente na bibliografia de que o feminismo dos anos 1970 foi mais uma expressão do processo de radicalização política, como se fosse imediata a associação da experiência feminista com o processo que desde meados de 1960 tornara-se central na vida política argentina. Tal leitura teria prejudicado a interpretação de outras relações estabelecidas pelo feminismo, como o diálogo também conflituoso com o processo modernizador tão presente nos centros urbanos.

³⁷ Trata-se do livro digital *Historia, Género y Política en los 70*, uma compilação de investigações que logo se tornaram referência para trabalhos acadêmicos posteriores (TREBISACCE, 2010).

Com estas breves considerações sobre o movimento de produção de sentidos que a academia faz sobre o feminismo nos 1970, pretendemos situar nossa leitura da bibliografia acerca desta temática, pois nossa reunião, descrição e interpretação do *corpus* do discurso feminista fazem-se como tomada de posição que considera estes gestos de leitura anteriores, pois são eles que mencionam (ou não) certos documentos, apontam um determinado grupo ou jornal como fundadores de uma vertente do feminismo, avaliam o desaparecimento de certa publicação ou a reunião de grupos feministas para uma carta pública conjunta, para mencionar alguns exemplos. Ainda é importante afirmar que, na posição de analistas do discurso, lemos esta bibliografia como mais um espaço de materialização do embate entre sentidos.

Em nossas análises do *corpus*, nos dois capítulos seguintes, com base nos conceitos de formações imaginárias (PÊCHEUX, 1969) e condições de produção (PÊCHEUX, 1969, 1975; PÊCHEUX, FUCHS, 1975; COURTINE, 1981), descrevemos e interpretamos as imagens dos protagonistas e de alguns objetos “de que se fala” em jogo no discurso feminista estudado. Especialmente, analisamos a construção de “feminismo”, “política” e “mulheres” como objetos imaginários do discurso feminista, que se relacionam e constituem-se mutuamente. Conforme anunciamos na introdução de nosso trabalho e no quadro teórico de nossa pesquisa, nosso objetivo é apreender as relações imaginárias de interlocução presentes no discurso feminista em análise, sem que isso nos remeta às condições concretas de enunciação (e à psicologização ou essencialização de papéis sociais).

Apreendemos a projeção de situações conformadas historicamente em posições discursivizadas a partir do funcionamento do imaginário³⁸: as imagens das posições dos interlocutores projetadas no discurso feminista dos anos 1970 no Brasil e na Argentina – a imagem que as feministas organizadas faziam de sua própria posição, da posição das mulheres que eram suas interlocutoras e de outros possíveis interlocutores, da posição dos seus adversários políticos como terceiro elemento da interlocução (se/como se configura o

³⁸ Considera-se que as formações imaginárias são resultantes de processos discursivos prévios, provenientes de outras CP, e que o analista tem acesso a estados de um processo discursivo em que as CP anteriores aparecem discursivizadas. Assim, retomando a discussão posta no quadro teórico de nossa pesquisa, a análise das CP permite a apreensão da relação entre diferentes discursos ao considerar o interdiscurso como constitutivo de toda sequência discursiva.

adversário político do discurso feminista). Perguntamo-nos sobre as semelhanças e diferenças entre essas imagens nos discursos feministas dos dois países, se os interlocutores confundem-se como sendo o *mesmo* na interlocução discursiva, sobre qual é o *outro* do discurso feminista em cada estado das CP analisadas. Nossa escolha em analisar estas formações imaginárias deveu-se à polêmica instalada em torno delas interiormente ao discurso feminista assim como nos embates deste discurso com outros em circulação no mesmo período.

Para cumprir com os objetivos expostos, os próximos capítulos organizam-se da seguinte maneira: primeiramente, no capítulo três, analisamos as imagens de “feminismo”, “mulheres” e “política” no discurso feminista brasileiro; depois, no capítulo quatro, estas três imagens são analisadas no discurso feminista argentino e postas em comparação ao discurso feminista no Brasil. As sequências discursivas foram agrupadas em recortes discursivos que respondem às perguntas de nossa análise. Abaixo de cada sequência discursiva está o nome da matéria, reportagem, artigo, entrevista, etc., seguido da sigla do periódico de onde foi extraída e sua data da publicação, em que NM abrevia *Nós Mulheres*, BM, *Brasil Mulher*, P, *Persona* e M, *Muchacha*. No caso do periódico *Persona*, que é paginado, incluímos a referência da página de onde foi extraída a sequência selecionada.

Procuramos demonstrar com nossas análises, a partir da noção de CP, as regularidades de certas projeções imaginárias no discurso feminista no Brasil e na Argentina. Estas regularidades sustentam nossa argumentação de que há uma FD feminista que funciona como uma espécie de “auto-dicionário” e “matriz de sentido” do discurso feminista (PÊCHEUX e FUCHS, 1975, p. 181). Dito de outra maneira, indagamo-nos sobre os significados “feminismo”, “mulher” e “política” para a FD feminista, constitutivos do lugar de enunciação que produz a representação de um coletivo de mulheres identificadas com essa posição. Para isso, articulamos as formações imaginárias com a discussão sobre a tomada de palavra das mulheres feministas, relacionando os embates em torno dos sentidos de política e a forma de enunciar o político do discurso feminista. Assim, desenvolvemos nossa hipótese de que a relação de sentidos de público e privado no discurso em questão produz uma imagem de política particular do feminismo e constitui o lugar de dizer de *nós mulheres feministas*.

CAPÍTULO 3

Discurso feminista brasileiro

É recorrente nos periódicos e panfletos feministas que compõem o *corpus* de nossa pesquisa, o debate acerca do que deva ser o feminismo e a luta das mulheres. Nos recortes discursivos que compõem nossa análise, os diálogos e confrontos dos sentidos de feminismo são por vezes referidos a sua circulação na sociedade, seja em instâncias definidas e nomeadas – tais quais os grandes jornais, as revistas femininas, a imprensa alternativa ou política, o cinema, o teatro, os textos teóricos feministas, os grupos de reflexão feministas, os grupos de esquerda – ou de forma indeterminada (como em *dizem que*).

Os funcionamentos discursivos são diversos: constrói-se uma imagem de *feminismo* por negação, por oposição, por afirmação a posições que são remetidas a um *outro*, nomeado, posto como adversário ou indeterminado. Como demonstramos nas análises, as polêmicas em torno dos sentidos de *feminismo* conformam-se em relação às imagens de *mulher* (ou de feminilidade) e de *política*. Pesam a relação do feminismo com a esquerda, com o processo de modernização, com as correntes do feminismo internacional e as diferentes conjunturas políticas vividas na década de 1970 tanto no Brasil quanto na Argentina.

Em relação às imagens de feminismo brasileiro, destacamos alguns recortes que demonstram certas regularidades. Para iniciar nossas análises, expomos um recorte discursivo que em parte apresenta os objetivos da imprensa feminista e dos grupos feministas brasileiros³⁹.

- (1.1) NÓS MULHERES decidimos fazer este jornal *feminista* para que possamos ter um espaço nosso, para *discutir* nossa *situação* e nossos *problemas*. E, também, para pensarmos juntas nas *soluções*. Sua colaboração é muito importante. (Editorial, NM1, junho1976)
- (1.2) Queremos falar dos *problemas* que são comuns a todas as mulheres do mundo. Queremos falar também das *soluções* encontradas aqui e em lugares distantes; no entanto, queremos *discuti-las* em função da *nossa realidade brasileira e latino-americana*. (Editorial, BM1, outubro1975)
- (1.3) Nós, mulheres, preocupadas com a *situação* da mulher na *sociedade brasileira*, interessadas em *discuti-la* amplamente e em *agir no sentido de modificá-la*, vimos, através desta, manifestar nosso repúdio à violenta censura exercida sobre a Edição Especial que o Jornal Movimento pretendia lançar em seu número 45 sobre um tema único “O trabalho da mulher no Brasil” e reivindicar a

³⁹ A sequência (1.3) foi retirada de uma Carta assinada por duas organizações que ao menos até então não se auto-definiam como feministas: a Sociedade Brasil Mulher e o Movimento Feminino pela Anistia. Compreendemos, no entanto, que participam deste movimento de constituição do discurso feminista como lugar de enunciação das mulheres sobre sua *situação* e seus *problemas*.

liberação na íntegra do material censurado. (Carta do Movimento Feminino pela Anistia; Sociedade Brasil Mulher; Grupo Nós Mulheres, NM1, junho1976)

- (1.4) Era a primeira vez que fazíamos um jornal, daí o *clima de confusão e insegurança*. Mas mesmo em meio à confusão nosso objetivo se manteve claro: fazer um jornal para a mulher trabalhadora, a mãe e a dona-de-casa da periferia de São Paulo; para a estudante, a profissional, a intelectual. Um jornal de frente, onde coubessem todos os interessados em *discutir* abertamente a *opressão* da mulher. Um jornal que debatesse a *situação* da mulher *brasileira* estava destinado ao fracasso, segundo alguns, e ao ridículo, segundo outros. Mesmo entre nós havia reservas ao nos afirmar *feministas*, palavra tão desgastada. (editorial, NM5, junho/julho1977)

Ressaltamos com nossos grifos⁴⁰ as palavras que se repetem no recorte e conformam o *feminismo* como um espaço para a *discussão* (em todas as sequências do recorte) da *situação* (em 1.1; 1.3 e 1.4), dos *problemas* (em 1.1 e 1.2) das *mulheres* e de organização/formulação de *soluções* (em 1.1 e 1.2) para estes problemas. Tais problemas são considerados comuns às mulheres no mundo, mas são enunciados a partir de um lugar que os remete à realidade *brasileira* (1.2, 1.3, 1.4)⁴¹.

Nas seqüências, a imagem do locutor é projetada no discurso como o coletivo de *mulheres*, que delimita o *nós* (em 1.1 e 1.3). Trata-se de um efeito, dado que em (1.1) *nós mulheres decidimos fazer este jornal feminista* instaura como referencial as editoras do jornal (é um *nós exclusivo*, exclui o interlocutor), que é ampliado na projeção, como protagonista do discurso, do coletivo de mulheres que pode identificar-se com o feminismo, para *nós pensarmos juntas as soluções [de nossos problemas]*. O convite à participação da leitora em *Sua colaboração é muito importante*, que projeta no discurso a interlocução entre as feministas e cada uma das mulheres a quem se destina o jornal, é um indício de que a construção de *nós mulheres* como coletivo identificado com a posição feminista é um efeito imaginário produzido no discurso a partir da representação de uma cena de diálogo/convocação, no qual as publicações feministas têm importante papel (em 1.2, *nós* também se refere à comissão editorial do Jornal *Brasil Mulher*).

A análise do pronome *nós* será recorrente nos capítulos 3 e 4, pois esta forma linguística promove diferentes funcionamentos enunciativos e discursivos no discurso

⁴⁰ O recurso de grifar nas sequências o que será objeto de análise no recorte será recorrente nos capítulos três e quatro de nosso trabalho.

⁴¹ Em (1.2), a adversativa introduzida pela locução “no entanto” marca um debate interno à esquerda e ao feminismo de que a luta das mulheres seria válida somente se partisse da realidade social vivida pelas mulheres brasileiras e latino-americanas, em outras palavras, não se poderia fazer a simples transposição das lutas travadas pelo feminismo europeu e estadunidense, muitas vezes visto como burguês ou pequeno-burguês. Retomaremos esse ponto nas análises sobre o funcionamento da negação no discurso feminista brasileiro.

feminista. Ademais, o *nós* se mostra produtivo porque, “por seu intermédio, o locutor pode associar-se a referentes variados, sem especificá-los linguisticamente, daí decorrendo a ambiguidade do seu dizer” (INDURSKY, 1997, p.66). A descrição dos funcionamentos discursivos do *nós* contribui para a análise das relações imaginárias de interlocução no discurso feminista – as formações imaginárias dos protagonistas do discurso, com o objetivo de analisar o trabalho do discurso político sobre mecanismos imaginários para produzir a representação de um coletivo de identificação no processo de formação do sujeito *mulheres feministas* em CP particulares.

Na sequência (1.4), o *feminismo* insere-se em meio a embates de sentidos e é criticado: a voz do *outro*, que traz sentidos negativos (*fracasso*; *ridículo*) irrompe por meio do discurso indireto e é indefinida (*segundo alguns*; *segundo outros*). Ainda nesta sequência, a *situação* da mulher é relacionada a sua *opressão*, o que não ocorre nas outras sequências do recorte. A palavra *feminismo* aparece então como *desgastada*, sentido que participava do *clima de confusão e insegurança* sentido pelas mulheres em processo de identificação com o feminismo. Aqui sentimentos participam da análise apresentada pela comissão editorial do *Nós Mulheres* sobre a trajetória do jornal, o que poderia ser compreendido como um momento de inflexão no processo de constituição das mulheres como sujeito político, um indício de transformação do que cabe historicamente na enunciação do político, mas também sinaliza um modo de dizer identificado no senso comum com um modo “feminino” de enunciar: falar das próprias emoções e medos em um tom confessional.

Antes de nos aprofundarmos nas análises dos sentidos negativos de *feminismo* em circulação e de sua defesa pela FD feminista a partir da negação de tais sentidos, vamos observar a diferenciação entre as lutas *gerais* e as lutas *específicas* presente no discurso feminista brasileiro no recorte que segue:

- (2.1) São poucas as tribunas democráticas que a mulher (e não só a mulher) encontra hoje em dia para poder expressar sua opinião tanto em relação aos *problemas gerais da sociedade* quanto ao seu *problema específico de mulher*. (editorial, NM1, junho1976)
- (2.2) Com o desenvolvimento das lutas sociais e a proclamação pela ONU do Ano Internacional da Mulher, a luta pela *emancipação* da mulher tomou novo impulso. (...) Esses *movimentos*, na sua maioria, *lutam* pela *emancipação da mulher brasileira* e por sua participação mais ativa na *defesa da democracia*. Para nós, o *feminismo* é a conjugação desses dois *elementos inseparáveis*, em uma *luta*

que nos leva a examinar mais profundamente o lado *específico da opressão* social que recai sobre a mulher. (Um momento de nossa história, NM3, dezembro 1976)

- (2.3) (...) os problemas se apresentam sempre duplamente, sob o *aspecto geral e o aspecto específico das mulheres*. E é esse segundo que faz falta muitas vezes. (...) enfrenta-se o problema de dar uma “outra” abordagem às inúmeras questões que representam tabus tais como a prostituição, educação sexual (...): várias vezes os artigos são tímidos. (Cartas, Do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, NM8, julho 1978)
- (2.4) Mesmo tendo nossas *reivindicações específicas*, só conseguiremos transformá-las em conquistas com a nossa união *enquanto mulheres e unidas* aos homens pelos nossos *interesses comuns* na luta por um mundo mais digno. (Congresso das Metalúrgicas “Momento de união”, NM7, março 1978)

A atuação política das mulheres é apresentada sob um duplo aspecto, o *geral* e o *específico* (2.1 e 2.3), sendo a articulação destes dois elementos o que caracteriza esta *luta*, este *movimento* (seqüências 2.2). O *geral* relaciona-se à luta em *defesa da democracia* (em 2.2)⁴² ou por *um mundo mais digno* (em 2.4), travada por organizações mistas, que *unem* homens e mulheres em *interesses comuns* (em 2.4), enquanto o *específico* diz respeito à *opressão e emancipação da mulher*⁴³ (em 2.2) e demanda que as mulheres organizem-se *enquanto mulheres* (em 2.4). Como apontamos anteriormente, a polêmica entre lutas *gerais* e *específicas* é uma marca do feminismo brasileiro dos anos 1970, inclusive entre os jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, sendo que parte das mulheres considerava que a ênfase nas lutas *gerais* implicava em menor espaço para as pautas que seriam, segundo elas, as “verdadeiramente” feministas.

No recorte que segue selecionamos seqüências nas quais a negação aparece repetidamente. Em seu trabalho sobre o discurso presidencial da República Militar Brasileira (1964-1984), Indursky (1997, p. 213) discorre sobre o papel revelador do funcionamento da negação no *corpus* que analisa e demonstra que a negação evidencia a presença do *discurso-outro*, isto é, “a negação é um dos processos de internalização de enunciados oriundos de outros discursos, podendo indicar a existência de posições diversas no interior do discurso em análise”. O funcionamento da negação mais presente no *corpus* em análise estabelece uma relação de tensão entre o discurso feminista em constituição e o discurso de esquerda. Trata-se de um processo de delimitação da concepção de feminismo

⁴² A defesa da *participação mais ativa das mulheres* presente neste recorte será objeto de análise como parte da construção da imagem de política no discurso feminista brasileiro.

⁴³ Mais uma vez, *mulher*, na seqüência (2.2), é delimitada por *brasileira*. Em (2.1), não aparece este adjetivo, mas a falta de *tribunas democráticas* remete à ditadura militar instaurada naquele momento.

adotada pelo movimento, em que o discurso feminista inscreve seu posicionamento no campo da esquerda ao mesmo tempo em que confronta imagens depreciativas do feminismo em circulação como memória discursiva neste discurso e em formações antagônicas à FD feminista:

- (3.1) Antigamente, diz ela [Leilah Assunção], o *feminismo* era *ridicularizado*, mas hoje o homem o respeita porque tem medo dele. (...) Em suas peças, Leilah procura enfatizar os *problemas* da mulher da classe média urbana, uma mulher alienada, *sem consciência de sua situação*. A partir desse retrato, ela procura desenvolver um trabalho de *conscientização* e afirma: “*ser feminista não é lutar contra os homens, é lutar com eles*. Pensar em liberação da mulher é pensar em liberação de toda a sociedade.” (A mulher no teatro: Leilah Assunção, NM3, dezembro1976)

- (3.2) A emancipação da mulher, para mim, *não quer dizer que queremos tomar o lugar do homem, ser homens ou concorrer com eles*. Deus me livre desse pensamento! Queremos ser dignamente emancipadas. Queremos viver num mundo melhor, sem insegurança, sem violência. Para o progresso. *Mulheres e homens juntos*, livres, emancipados, sem neuroses. Uma emancipação cultural, econômica e sexual. O poder de escolha em nosso país. (Norma Benguel, Quem canta seus males espanta, NM6, agosto/setembro1977)

- (3.3) Creio que a *verdadeira feminista não disputa o poder dos homens*, porque *recusa o poder*. Quer apenas (e já é querer tanto!) uma sociedade sem violência nem violação. (...) Mais respeito principalmente à mulher tentando se libertar dos rótulos que a definiram (e oprimiram) através dos tempos. Sem ressentimento, repito. A escritora Maria Teresa Horta (uma das Três Marias das Novas Cartas Portuguesas) é sem dúvida uma das *mais fervorosas feministas* que já conheci. Disse ela: “É terrível. Você *luta contra seu opressor, o homem*, depois se deita com ele. O colonizador vivendo com o colonizado. É um problema muito complexo. Não sou bissexual, mas é pena, porque seria menos complicado do que *gritar contra os homens* e depois amá-los.” A feminista e o amor. É tão simples, sim, e ao mesmo tempo parece tão difícil explicar essa coisa simplíssima: que a mulher conscientizada recusa a sociedade capitalista onde obrigatoriamente é tratada como objeto. Ou como alienada. (Depoimento de Lygia Fagundes Telles, NM2)

- (3.4) Esse negócio de *subir acima dos homens* como muita gente se entusiasma aí, eu sou contra, eu acho que nós devemos *lutar ombro a ombro*. Ninguém subir nas costas de ninguém. (...) Eu acho que a maioria *entende errado o movimento feminista*. (Depoimento de uma operária, Nós mulheres: operárias, NM1, junho1976)

- (3.5) *A luta da mulher não é contra o homem*, assim como a do negro *não é contra o branco*, e sim contra um *status quo*, que escraviza e degrada o ser humano. *Status quo* que mantém uma cultura que afirma ser o trabalho feminino doméstico inferior ao assalariado, o sistema de vida do índio inferior ao do branco ocidental, a cor preta abaixo da branca, e a castidade acima da sexualidade livre. (Tânia, BH, Cartas, NM1, junho1976)

A luta das mulheres e o feminismo definem-se a partir da negação de que estes oponham as mulheres aos homens. A negação de que o feminismo é a luta *contra os homens* repete-se nas seqüências (3.1), (3.3) e (3.5). O enunciado “O feminismo é a luta das mulheres contra os homens” (construído para efeito de análise) aparece parafraseado em outras formulações de nosso recorte (em 3.2, *concorrer com os homens, ser homens* e

tomar o lugar dos homens; em 3.4, *subir acima dos homens*; em 3.3, *disputar o poder dos homens*⁴⁴). Esta negação muitas vezes é seguida por uma afirmação: a luta das mulheres não é *contra os homens*: é *com os homens* e *pela libertação de toda a sociedade* (em 3.1); é *junto com os homens*, para uma *emancipação cultural, econômica e sexual*, por um *mundo melhor*, pelo *poder de escolha no país* (em 3.2)⁴⁵; é *ombro a ombro* [com os homens] (em 3.4); é *contra a sociedade capitalista* (em 3.3); é *contra o status quo* (em 3.5). Em (3.3), a luta *contra os homens* geraria uma *complicação* para as *mulheres não-bissexuais*, que tem que lidar com o fato de *amar* estes mesmos homens: novamente, um tema do campo da afetividade é exposto publicamente como dilema do feminismo, deslocando os limites tradicionais do político. Ressaltamos que, nessa sequência, as mulheres lésbicas e bissexuais não aparecem como sujeito político do feminismo, o que ocorrerá com frequência no discurso feminista dos anos 1980.

Como proeminência no recorte, é construída a imagem de que a opressão das mulheres não tem como sujeito os homens e que, portanto, a luta pela emancipação das mulheres não deve ser dirigida contra eles. Quem concebe o feminismo desta forma, no discurso em análise, compreende-o de forma *errada* (em 3.4). Em outras palavras, nega-se uma concepção de feminismo que separa a luta de homens e mulheres e a imagem do feminismo como “guerra de sexos”. Interessante notar que, neste recorte, há sequências de depoimentos ou entrevistas de três mulheres brasileiras que se destacavam no cenário cultural: a dramaturga Leilah Assunção, a autora Lygia Fagundes Telles e a atriz e cantora Norma Benguel, o que demonstra a circulação de idéias feministas a partir do trabalho de mulheres que assumiam profissões nesta área e corrobora a suposição de que a imagem estereotipada do feminismo como “a luta das mulheres contra os homens” e os debates em torno desta imagem não se restringiram aos coletivos da militância organizada.

Além de defender-se das imagens *incorretas* do que seria o feminismo, o discurso feminista brasileiro teve que lidar com reações que o consideravam como *ridículo*. Em

⁴⁴ A imagem de poder como *dos homens* e a *recusa* do feminismo em *disputar o poder* presente em (3.3) não constitui uma regularidade no discurso feminista brasileiro. Por sua vez, participa da construção da imagem de *política e feminismo* no discurso feminista argentino, conforme argumentamos no capítulo quatro.

⁴⁵ Em (3.2), mais uma vez, a ditadura militar brasileira, que não permite *o poder de escolha em nosso país* é referida indiretamente.

(3.1), o feminismo aparece como motivo de *ridicularização*⁴⁶, sem que seja nomeado seu agente.⁴⁷ Considerar o feminismo *ridículo* é remetido a um gesto do passado (de *antigamente*). No entanto, na posição de analistas, afirmamos que este enunciado que deprecia o feminismo – em uma paráfrase construída para efeitos de análise: “O feminismo é ridículo” – pode ser encontrado em circulação no mesmo período de constituição do discurso feminista em diferentes formações discursivas. Soihet (2005) demonstra, por exemplo, que o jornal brasileiro *O Pasquim*, identificado com a esquerda e parte da imprensa independente, voltou-se contra o feminismo, ridicularizando suas militantes, pela difusão do estereótipo de que eram “masculinizadas, feias, despeitadas”, o que contrastava com a atitude considerada libertária do jornal⁴⁸.

Até aqui não sustentamos hipóteses sobre quais seriam os discursos em polêmica com o discurso feminista que têm sua presença evidenciada pelo funcionamento da negação. Julgamos que o editorial da edição número seis do jornal *Nós Mulheres*, que apresenta o esforço teórico e político de elaboração de um lugar específico para o feminismo no interior de uma concepção de esquerda, é produtivo para esta análise pelo funcionamento da negação como revelador do *discurso-outro*, também presente na superfície discursiva por meio do discurso relatado conforme indica o emprego das aspas. A seguir, expomos como recorte discursivo a parte inicial deste editorial, que será retomado em nossas análises sobre a imagem de *política* no discurso feminista brasileiro, juntamente com uma sequência selecionada do editorial da edição número oito do mesmo periódico:

- (4.1) É comum ouvirmos hoje em dia, das mais variadas pessoas e inclusive de *mulheres verdadeiramente democratas*, as seguintes frases: “O feminismo *não* é uma luta para os países subdesenvolvidos como o nosso” ou “A luta pela emancipação feminina é importante, *mas* a luta pela emancipação dos trabalhadores é muito mais importante”. *Os que assim falam* não percebem que *as palavras feminismo e emancipação feminina podem ter vários significados e perdem seu sentido se não vierem acompanhadas de uma explicação*. (...) Existem movimentos feministas na Europa e nos Estados Unidos, por exemplo, que acham que a mulher deve se

⁴⁶ Nesta mesma sequência, o feminismo é relacionado aos *problemas* e à *situação* das mulheres, regularidade que analisamos no primeiro recorte discursivo.

⁴⁷ Um funcionamento similar pode ser depreendido da sequência (1.5). Nesta sequência, é exposto o embate entre discursos sem que sejam nomeados os sujeitos que ridicularizariam o feminismo: “Um jornal que debatesse a situação da mulher brasileira estava destinado ao fracasso, segundo alguns, e ao *ridículo*, segundo outros.”

⁴⁸ Em nosso *corpus* do discurso feminista brasileiro, por nossa opção metodológica, não temos uma sequência de um discurso antagônico ao feminista que o ridicularize. A ridicularização do feminismo também está presente no discurso feminista argentino, conforme abordaremos mais adiante em nossas análises.

organizar para lutar *contra o homem*. Os que falam que o feminismo não é uma luta para países subdesenvolvidos, estão provavelmente pensando nesse tipo de feminismo. Mas no pensarem, *não* percebem que esse tipo de feminismo *não só não* serve aos países subdesenvolvidos como *não* serve a *nenhum* tipo de país, pois coloca a luta da mulher de uma forma *incorreta*. Mas, ao falarmos assim, *nos perguntam*: “E o que seria então o *feminismo* para vocês? Qual seria a maneira correta de colocar a luta da mulher?” A tendência de todas *nós, mulheres feministas*, é a de responder a esta pergunta de uma maneira defensiva: “Nós *não* separamos a luta pela emancipação feminina da luta mais ampla da emancipação do ser humano em geral”. Defensiva porque, ao dizermos isto, apenas estamos querendo mostrar que *não* somos *contra os homens*, que *não* somos *contra* isto ou aquilo. Ou seja, dizemos o que *não* somos e o que *não* pensamos, mas *não* definimos claramente o que entendemos por emancipação feminina, por emancipação do ser humano e a ligação que existe entre essas duas coisas. (editorial, NM6, agosto/setembro1977)

- (4.2) Uma coisa parece clara e a história é quem se encarrega de nos mostrar: a transformação das estruturas econômicas e sociais *não é suficiente* para a *libertação de homens e mulheres*. Se ela é, sem dúvida, a condição necessária de qualquer revolução, ela, por si só, *não* garante a transformação de todos os níveis da existência humana. (editorial, NM8, julho1978)

Na seqüência (4.1), temos dois enunciados do *discurso-outro* que contestam ou ao menos questionam o lugar do feminismo, marcados como exteriores ao discurso feminista pelo emprego das aspas⁴⁹: “O feminismo *não* é uma luta para os países subdesenvolvidos como o nosso”; “A luta pela emancipação feminina é importante, *mas* a luta pela emancipação dos trabalhadores é muito mais importante”. Estes enunciados são atribuídos às *mais variadas pessoas*, incluídas *as mulheres verdadeiramente democratas*, o que delimita o campo dos que lutam pela democracia em um contexto de ditadura como espaço de polêmica acerca dos sentidos do feminismo. A partir de (4.1), para efeitos de análises, depreendemos os seguintes enunciados: “O feminismo é uma luta somente para países desenvolvidos.” e “O mais importante nos países subdesenvolvidos é luta dos trabalhadores”. Igualmente para ilustrar nossa análise, explicitamos o enunciado que fica pressuposto na formulação de (4.2), a partir do funcionamento do operador de negação e do funcionamento do interdiscurso como efeito de sustentação: “A transformação das estruturas econômicas e sociais *é suficiente* para a *libertação de homens e mulheres* e *garante* a transformação de todos os níveis da existência humana.”

Atribuímos estes três enunciados construídos para nossa análise à memória discursiva da esquerda, que compreendia que a libertação da mulher seria posterior e até mesmo consequência automática de transformações econômicas da sociedade, conquistadas

⁴⁹ Este funcionamento das aspas não é homogêneo no recorte. As respostas das feministas também são marcadas com aspas, que remetem imaginariamente a sua enunciação em situações de polêmica.

por lutas da classe trabalhadora, que seriam prioritárias⁵⁰. Retomando as análises que fizemos sobre as lutas *gerais* e *específicas*, poderíamos afirmar que as lutas *gerais* seriam as lutas da classe trabalhadora, consideradas mais importantes que as lutas feministas, *específicas* das mulheres. Em (4.2), o adjetivo *suficiente* e a expressão *sem dúvida* funcionam como indícios de que o discurso negado é determinado por uma formação discursiva distinta, porém não antagônica. Elaboramos um segundo enunciado que explicita a negação de elementos de saber da mesma formação ideológica: (4.2)'A transformação das estruturas econômicas e sociais é sem dúvida condição necessária, mas não é suficiente para a libertação de homens e mulheres. Destacamos que em (4.2), a concepção do feminismo como a luta das mulheres *contra os homens* é atribuída a certas vertentes do feminismo internacional (da Europa e dos Estados Unidos). Nesta sequência, é recorrente a indeterminação do sujeito que questiona o feminismo: *os que falam; nos perguntam*. Mais uma vez está posta, centralmente, a tensão (e a busca de convencimento) do discurso feminista com o discurso da esquerda enquanto memória discursiva.

Outro ponto que nos parece importante ressaltar em (4.1) é a explicitação da heterogeneidade de sentidos em torno da palavra feminismo, cercada de disputas e conflitos que fazem com que seu emprego demande explicações para que seja associada ao significado *correto* (em oposição aos que entendem a luta da mulher *de forma incorreta*, imagem também construída no recorte três). Esta necessidade de definição e explicação do que é o feminismo na FD feminista é uma constante também no discurso feminista argentino, assim como a percepção da pluralidade de vertentes do feminismo como elemento que impossibilita a interpretação unívoca da palavra. A partir de uma posição definida como feministas (o *nós* é delimitado por *mulheres feministas*), em um gênero que tem como marca a expressão de opinião (um editorial), a negação é percebida como uma posição *defensiva* que deve ser superada pela *definição* do que seria para a FD feminista o significado de feminismo e, nesta posição sujeito que se constitui, a ligação do que seria *a emancipação feminina* e *a emancipação do ser humano em geral*.

Aqui retomamos o esquecimento nº2, conforme postulado por Pêcheux e Fuchs (1975), composto pelos processos de enunciação em que o sujeito faz um retorno sobre seu

⁵⁰ Esta posição não era exclusiva de vertentes da esquerda brasileira, como demonstra a bibliografia acerca das relações entre marxismo e feminismo (MORAES, 1996) e nossas análises acerca do discurso feminista argentino.

dizer, para explicar o que disse, para aprofundar o que pensa, explicitar o que quis dizer. Como efeito, produz-se a realidade do pensamento para o sujeito, sua “tomada de posição” em relação ao enunciado, enfim, a ilusão de que está na origem do sentido de seu dizer, sendo que a volta do sujeito sobre “seu” discurso consiste em um processo de reformulação-paráfrase característico de uma dada formação discursiva.

Recorrendo à bibliografia sobre o feminismo brasileiro e articulando-a as nossas análises, afirmamos que no processo de constituição do discurso feminista brasileiro nos anos 1970, de acordo com Alvarez (1994), inicialmente os setores progressistas de oposição à ditadura militar estabeleceram uma distinção entre um feminismo legítimo, que lidava com a discriminação sexual em um contexto de uma luta de classes maior e um segundo tipo, que dividia a classe trabalhadora e que oporia homens e mulheres, instaurando uma “guerra entre os sexos”. A primeira posição predominou no movimento de mulheres dos anos 1970 até a consolidação de uma identidade feminista e do sujeito político do feminismo que separou a “questão da mulher”, conforme vista por setores da esquerda, e o “feminismo socialista”. Nesta constituição da identidade feminista brasileira era fundamental deixar o lugar da negação para uma posição afirmativa que articulasse a luta feminista com a luta socialista e por democracia no Brasil. Neste processo, como veremos nas análises sobre a imagem de política, insere-se a defesa da autonomia do movimento feminista e da auto-organização das mulheres.

Além desse funcionamento da negação no discurso feminista em circulação no Brasil, pudemos analisar o funcionamento da *negação externa*, designação de Indursky (1997, p. 217) para a negação que incide sobre uma *formação discursiva* adversa, estabelecendo fronteiras entre discursos ideologicamente antagônicos. A negação externa “transforma o discurso do outro em seu contrário e como tal o incorpora”, sendo que a marca da negação é explícita e o discurso do outro é implícito. No funcionamento do discurso feminista, identificamos a relação de negação externa com o discurso do governo militar, que por vezes não é nomeado como adversário político. Entretanto, na negação de enunciados que poderiam ser provenientes da formação discursiva que determina o discurso do governo militar, encontramos indícios deste adversário não-nomeado.

- (5.1) (...) somos contra a política de controle de natalidade implantada de cima para baixo sob o nome de prevenção à gravidez de alto risco. *Não* é desta forma que serão resolvidos os principais problemas da mulher trabalhadora no Brasil. (editorial, BM8, agosto1977)
- (5.2) É sabido que as empresas sempre utilizaram a mão-de-obra feminina apesar da proibição. Esta lei, na verdade, *não* resolverá a discriminação da mulher no mercado de trabalho; mas servirá apenas para reforçar mecanismos de acumulação. (editorial, BM9, outubro1977)

Em (5.1) e (5.2) são negadas as justificativas para a adoção das políticas propostas pelo governo militar. O discurso do outro não é explicitado. Metodologicamente, transformamos a negação em afirmação, chegando a enunciados “similares” aos que circulavam no discurso do governo militar: (5.1) “o programa de prevenção à gravidez de alto risco é uma forma de resolver os principais problemas das mulheres”; (5.2) “a lei de liberação do trabalho noturno resolverá a discriminação das mulheres no mercado de trabalho”. Em alguns momentos, em especial com a aproximação da aprovação da “Lei da Anistia”, a ditadura militar foi abertamente referenciada (como na sequência a seguir: “A SBM defende que a luta feminista no Brasil, hoje, está necessariamente incorporada à luta de todos os setores populares pelo fim da *ditadura militar*”, editorial BM15, abril de 1979). A eleição da ditadura militar como adversário político foi, portanto, uma das marcas do feminismo brasileiro em CP particulares.

Antes de prosseguirmos em nossas análises para a imagem de *mulheres* construída pelo discurso feminista brasileiro, nos deteremos sobre o funcionamento do *nós* na denúncia da opressão das mulheres, no anúncio do programa feminista e na constatação do *início* da construção de uma identidade política das mulheres:

- (6.1) Através dos meus textos, das minhas personagens, sou testemunha e participante dessa luta que vai durar séculos, os frutos maiores – sabemos bem – virão depois. Não importa. “*Estamos* [nós1] *nascendo*” – disse minha personagem a uma agressão que lhe fizeram. *Estamos* [nós1] *apenas nascendo*. (Depoimento de Lygia Fagundes Telles, NM2, setembro/outubro1976)
- (6.2) (...) É saber encarar a situação. Sabe, a mulher tá doida pra se impor, pra ser aceita como gente, inteira, com toda a força, todo o carinho, toda a vontade de trabalhar e ser aceita por sua capacidade profissional e não por ter mais sensibilidade pra isso ou pra aquilo, por ser mulher. Cabe à mulher forjar isso e lutar pra que isso ocorra, pra que sejamos [nós3] respeitadas como seres humanos capazes de fazer qualquer coisa. Nós precisamos [nós3] conquistar nosso lugar e estamos [nós1] *começando* a nos [nós1] impor, a nos [nós1] valorizar como gente. (Mariana, com a palavra!, NM6, agosto/setembro1977)
- (6.3) Desde que *nascemos* [nós2], *NÓS MULHERES* [nós2], *ouvimos* [nós2] em casa, na escola, no trabalho, na rua, em todos os lugares, que *nossa* [nós2] função na vida é casar e ter filhos. Que *NÓS MULHERES* [nós2] não *precisamos* [nós2] estudar nem trabalhar, pois isto é coisa pra homem. Os próprios brinquedos da *nossa* [nós2] infância já nos [nós2] preparam para cumprir esta função que

dizem a função natural da mulher: mãe e esposa. *NÓS MULHERES somos oprimidas porque somos mulheres. (...) Queremos [nós3] mudar esta situação. Achamos [nós3] que NÓS MULHERES devemos [nós3] lutar para que possamos nos [nós3] preparar, tanto quanto os homens, para enfrentar a vida. Para que tenhamos [nós3] o direito à realização. Para que ganhemos [nós3] salários iguais quando fazemos [nós2] trabalhos iguais. Para que a sociedade como um todo reconheça que nossos [nós2] filhos são a geração de amanhã e que o cuidado deles é um dever de todos e não só das mulheres. É possível que nos [nós3] perguntem: “Se as mulheres querem tudo isto, quem vai cuidar da casa e dos filhos?”. Nós responderemos [nós3]: O trabalho doméstico e o cuidado dos filhos é um trabalho necessário, pois ninguém come comida crua, anda sujo ou pode deixar os filhos abandonados. Queremos [nós3], portanto boas creches e escolas para nossos filhos, lavanderias coletivas e restaurantes a preços populares, para que possamos [nós3] junto com os homens assumir as responsabilidades da sociedade. Queremos [nós3] também que nossos [nós3] companheiros reconheçam que a casa em que moramos [nós3] e os filhos que temos [nós3] são deles e que eles devem assumir conosco [nós3] as responsabilidades caseiras e nossas [nós3] lutas por torná-las sociais. (editorial, NM1, junho1976)*

Em (6.1) e (6.2), *nós* produz a imagem das mulheres como protagonistas do discurso em um gesto de constatação da emergência de um novo sujeito na história. Os verbos *nascer* (6.1) e *começar* (6.2) são indícios de que o discurso feminista encontra-se em um momento de constituição. Sinalizamos este funcionamento do *nós* como *nós1*, entre colchetes: *nós mulheres estamos nascendo* (em 6.1) e *começando a nos impor, a nos valorizar como gente* (em 6.2). A imagem da mulher como *gente*, como *ser humano capaz de fazer qualquer coisa* (em 6.2) projetada no discurso feminista brasileiro é semelhante à imagem da mulher que pode *tornar-se pessoa* no discurso feminista na Argentina, conforme veremos no próximo capítulo, com a diferença de que, para as feministas argentinas, a conquista da personalidade para a mulher significa deixar de identificar-se através do homem. Este funcionamento do *nós* é distinto dos que analisaremos na sequência (6.3).

Em (6.3), analisamos dois funcionamentos do *nós mulheres*, indicados na sequência por *nós2* e *nós3*, entre colchetes. O *nós2* é um *nós* anedótico, funciona como *nós inclusivo* (corresponde a todas as mulheres) e, pela denúncia, diz das experiências individuais e cotidianas das mulheres. Nas passagens que dizem respeito ao *nós 2*, diz-se da situação presente e cotidiana de todas as mulheres, nos mais diversos ambientes da vida social: *em casa, na escola, no trabalho, na rua, em todos os lugares*. Nós mulheres *ouvimos, aprendemos* ou ainda são pacientes de outras ações (*nos preparam, dizem-nos* o que é ser mulher). Ou seja, nas relações sociais desde a infância conforma-se este *nós mulheres* no que *devemos* fazer e ser, no que *seremos* (veremos que a socialização desde a infância é apontada pelo discurso feminista como elemento que participa da *naturalização* da imagem

de *mulher* como *mãe, esposa e dona de casa*). O *nós 2* denuncia a situação de opressão das mulheres, como em *sempre ganhamos menos que nos homens, mesmo fazendo o mesmo trabalho que eles*. A partir da constatação *Somos oprimidas porque somos mulheres* há um movimento entre *nós 2* e *nós 3*, que anuncia o programa feminista e que também funciona como um *nós inclusivo*, reunindo imaginariamente no lugar do enunciador as editoras do jornal e as mulheres identificadas com o feminismo

Uma das modalidades particulares de identificação do sujeito no discurso feminista e de subjetivação das mulheres na resistência é a denúncia. O discurso feminista dos anos 1970 denuncia o que seriam as experiências cotidianas, pessoais e do âmbito doméstico vividas pelas mulheres, politizando-as ao considerá-las formas de opressão que atingem o conjunto das mulheres. Deve-se considerar a denúncia nas condições de risco de censura do discurso feminista por interdição do regime militar e por outros mecanismos históricos que relegaram, por muitas vezes, o dizer das mulheres ao espaço privado ou circunscreveram-no a determinados espaços públicos (CESTARI, 2008).

Para uma reflexão acerca da denúncia, partimos das considerações feitas por Payer (2006), em ocasião de seu estudo sobre a escrita acadêmica. A denúncia constitui na e pela linguagem um *sujeito determinado e firme* que enuncia com base em *efeitos de certeza* uma *verdade* a ser sustentada a todo custo. Sobre este tema, a autora afirma que: quanto mais se apresentam formas determinativas no dizer; quanto mais se prendem os sentidos na constituição de um sujeito determinado, menos fissuras se encontram no dizer; mais se produz o efeito de delimitação e fechamento, de saturação dos sentidos e, portanto, de adesão do sujeito enunciatador àquilo que ele tem (enuncia) como verdade.

A rejeição de que o conteúdo da denúncia ocupe o lugar de verdade leva ao aparecimento de outras enunciações onde se encontra a verdade (d)enunciada: “(...) na enunciação que denuncia produz-se uma espécie de *intervalo* entre aquilo que *se afirma como verdade no enunciado*, e aquilo que *se reafirma discursivamente na prática da linguagem*, como um horizonte possível no real do discurso” (PAYER, 2006, p. 66, grifos da autora). Aciona-se, deste modo, a imagem do sujeito interlocutor como em posição de tomar providências diante da verdade (d)enunciada. A este interlocutor caberia intervir para tornar outra enunciação possível no lugar da afirmação presente.

Segundo Pêcheux (1982b), a denúncia também ocupa um lugar importante no discurso revolucionário socialista, pois é por meio dela que este torna visível o “irrealizado” da sociedade e encarrega-se de reunir, convencer, organizar e politizar o proletariado, tornando-o visível *para si mesmo*, de sorte que, novo sujeito da História, este se lance à “luta final”: o mundo vai mudar de base. Com base nas proposições de Pêcheux (1982b) e Payer (2006), afirmamos que, pelo dispositivo de identificação da denúncia, o discurso feminista se encarrega em reunir, convencer, organizar e politizar as mulheres, tornando-as visíveis para si mesmas e convidando-as à constituição de um coletivo de luta, o novo sujeito mulheres.

À denúncia do *nós 2*, confronta-se o verbo de demanda muito presente nestas passagens do *nós 3: queremos*. Na argumentação, o verbo *querer* na primeira pessoa plural do presente do indicativo projeta, junto com os verbos do modo subjuntivo, a luta política (*achamos que nós mulheres devemos lutar para*) do *nós mulheres para que possamos, para que tenhamos, para que ganhemos*, enfim, para a realização do programa feminista.

O *nós* enunciador, portanto, não se exclui da ação política que pode levar à realização do não realizado em lugar da verdade da opressão de todas as mulheres. Não só o interlocutor imaginário está em posição de tomar providência diante da verdade (d)enunciada, quanto o próprio sujeito que denuncia. Este lugar de enunciação das mulheres identificadas com o feminismo torna-se potente na medida com que locutor e interlocutor identificam-se ativamente com ele. A ação política coletiva das mulheres identificadas com o feminismo poderia, então, transformar o irrealizado social e político.

Organizamos nossas análises sobre as formações imaginárias de *mulheres* no discurso feminista brasileiro em dois blocos: no primeiro, *mulher* é construída imaginariamente como *mãe, esposa e dona de casa*. Em torno dessas imagens, é denunciado o lugar atribuído à mulher na sociedade e são propostos pontos do programa feminista que rompem com estas imagens. Também são organizadas lutas políticas a partir da identidade das mulheres como *mães, esposas e donas de casa*, reiterando-as. No segundo bloco, a mulher é construída como *pouco atuante na política* – a esta imagem, relaciona-se a primeira, pois a mulher encerrada no espaço doméstico, para a FD feminista, tem possibilidade ínfima de organizar-se.

Para iniciar as análises do primeiro bloco, vejamos o recorte que segue:

- (7.1) Desde que nascemos, NÓS MULHERES, ouvimos em casa, na escola, no trabalho, na rua, em todos os lugares, que nossa *função na vida é casar e ter filhos*. Que NÓS MULHERES não precisamos estudar nem trabalhar, *pois isto é coisa pra homem*. (...) Os próprios brinquedos da nossa infância já nos preparam para cumprir esta função que dizem a *função natural da mulher: mãe e esposa*. (editorial, NM1, junho1976)
- (7.2) O destino dos homens *não depende de suas características físicas*. (...) Homens e mulheres nascem iguais, com os mesmos direitos de viver digna e decentemente, de ser livre e de buscar a felicidade. Se não é essa a nossa realidade, não podemos culpar o clima ou qualquer outra fatalidade e sim a *sociedade em que vivemos*. A mulher, por séculos, tem sido *educada* para ser *mãe, esposa e dona de casa*. O homem, por sua vez, tem a obrigação de sustentar a família, passando o dia fora de casa, sem tempo para dedicar-se aos filhos e à mulher. (editorial, NM4, março/abril1977)
- (7.3) A *função da mulher* tem ficado muito limitada a *cuidar da casa, a ter e a criar os filhos*. Para que isso seja feito como *algo natural e inquestionável*, desde crianças os brinquedos que recebe reforçam estas idéias – bonecas, jogos de panelinhas, etc. (editorial, BM7, junho1977)

Para o discurso feminista, é central a imagem das mulheres como *mãe e esposa*, compreendida como construída socialmente, apesar de que seja *naturalizada* e tornada inquestionável por meio da socialização desde a *infância* (em 7.1 e em 7.3). A imagem de *mãe e esposa* resulta do que as mulheres ouvem em sua *educação* (em 7.2) nos espaços da *casa*, da *escola*, nas *ruas*, enfim, em *todos os lugares* (em 7.1) da *sociedade em que vivemos* (em 7.2). Porém, ela é construída como *função natural da mulher* (em 7.1), em que pesam suas *características físicas* (em 7.2). Estas imagens são mobilizadas na construção das mulheres como grupo oprimido socialmente, que deve atuar politicamente para transformar sua condição, e relacionam-se à imagem de *homens* como *outro*. *Homens* faz parte do processo de identidade de *mulheres* por meio da diferenciação, de comparações: as mulheres não devem trabalhar fora de casa ou estudar, *pois isso é coisa pra homem* (em 7.1); a mulher tem a função de *mãe e esposa*, o homem, por sua vez, tem a obrigação de sustentar a família (em 7.2). Esta imagem de *homens* difere da que pode ser depreendida de nossas análises sobre a imagem de *feminismo* nas quais os *homens* apareciam como “parceiros”, quem junto com as *mulheres* deveria *lutar* para a *transformação geral da sociedade*.

Neste processo de projeção das mulheres como coletivo com características comuns, o *nós político* tem um funcionamento proeminente (por exemplo, em 7.1), assim como o

discurso *outro* que atribui às mulheres a função de *mães, esposas e donas de casa*. No recorte abaixo, discursos externos à FD feminista irrompem em sua superfície:

- (8.1) “*Não tenham mais de dois filhos*”, dizem-nos na Índia. “*Tenham muitos filhos*”, diziam-nos na Alemanha nazista. Nos dois casos, controlando-nos como se fossemos máquinas reguláveis e sem vontade própria. A opção, achamos, deve caber a nós, mulheres. A sociedade, por outro lado, cabe fornecer os meios necessários para que possamos ter esses filhos em condições adequadas, e também para que possamos optar por não tê-los, se assim preferirmos. (Controle de natalidade – Ser ou não ser mãe?, NM1, junho1976)
- (8.2) Pertença ao grupo de pessoas conhecidas como “*esposas*”. Sou *ESPOSA*. E não por acaso, também sou *MÃE*. Não faz muito tempo um amigo meu apareceu lá em casa. Tinha acabado de se desquitara. Tem um filho que *naturalmente* está com a *mãe*, e ele está procurando outra *esposa*. Eu estava pensando nele outro dia, enquanto passava roupa, quando de repente pensei que eu também gostaria de ter uma *esposa*. Por que eu quero uma esposa? (...) Quero uma esposa que lave, passe e que costure minha roupa, que compre roupa nova pra mim quando precisar, e que se preocupe que meus objetos pessoais estejam no devido lugar, para que eu os encontre quando precisar (...). Quero uma *esposa* que seja sensível às minhas necessidades sexuais, quero uma *esposa* que faça amor de forma apaixonada e fogosa quando me der vontade, uma *esposa* que se preocupe que nossas relações me dêem o máximo de satisfação. E *naturalmente* quero uma esposa que não exija atenção sexual quando eu não tiver vontade. (...) MEU DEUS, quem não gostaria de ter uma *esposa*? (Procura-se uma esposa, NM1, junho1976)
- (8.3) Que estranha angústia, que desconhecida epidemia é essa que sorrateiramente atinge as donas de casa e da qual não se fala? Afinal, o que se passa com a dona de casa: *não é ela a rainha do lar, feliz em seu reinado, cercada de eletrodomésticos e do amor filial, mimada pelo seu marido, que se mata de trabalho para lhe fazer as vontades?* (...) Se fizéssemos uma gigantesca exposição, em que mostrássemos todo o trabalho invisível da dona de casa – comida, roupa lavada, fraldas, tricô, crochê e tudo o mais – em quanto seria estimado esse trabalho? Quanto vale o trabalho desvalorizado e desprestigiado da dona de casa, e quem se beneficia dele? (...) De um modo geral, em todos os países as feministas pretendem que o trabalho doméstico seja socializado, ou seja, que existam creches para todos, lavanderias coletivas, restaurantes populares, serviço coletivo de limpeza das casas, etc. (...) E você, o que acha disso? (Nós Mulheres: donas de casa – A rainha não tem cetro, NM2, setembro/outubro1976)
- (8.4) (...) queremos agradar aos homens para encontrar um que nos ame e a quem amemos. Daí *nos casaremos, teremos filhos e seremos muito felizes, como nas histórias de fadas*. Pelo menos é esse o destino que *todos dizem* ser o melhor para a mulher: casar e ter filhos. (...) Quando a mulher pôde dominar seu corpo, pela contracepção (evitando a gravidez), separando assim a sexualidade da procriação, um grande passo foi dado no sentido da emancipação feminina. (Sexo: pecado para as mulheres, NM6, agosto/setembro1977)
- (8.5) Em Bauru, 217 prostitutas são obrigadas, pela delegacia de polícia, a realizar exames médicos mensais. (...) “*Se é um mal, senhor delegado, então por que é necessário?* Não será porque os homens, incentivados a liberar seus instintos sexuais, têm que encontrar parceiras para tal? E *evidentemente essas parceiras só podem ser prostitutas* – sem alternativas a não ser vender o próprio corpo – já que *o resto das mulheres deve preservar os instintos para o casamento* (será que é por isso que *vivem dizendo que nós mulheres estamos sempre desesperadas para casar?*)” (“Protegendo as prostitutas”, NM8, julho1978)

Este discurso pertencente a uma FD distinta da feminista está presente de diferentes maneiras. Os dizeres são atribuídos a um *outro* indeterminado que tem como interlocutor

nós mulheres: em (8.1) *dizem* quantos filhos ter; em (8.4) *dizem* que o melhor é *casar e ter filhos*; em (8.5) *dizem* que estão sempre desesperadas para casar. Nestas três seqüências, as imagens de *mãe*, *esposa* e *dona de casa* relacionam-se ao funcionamento da denúncia no discurso feminista, que critica a dupla moral sexual⁵¹ (em 8.2 e 8.5) e sua relação com a prostituição (em 8.5); o controle sobre o corpo da mulher (em 8.1); a desvalorização do trabalho doméstico, o desprestígio da dona de casa e sua angústia (em 8.3) e a *naturalização* destas imagens, conforme apontamos em nossas análises do recorte anterior (o advérbio *naturalmente* aparece duas vezes em *itálico* na versão original, em 8.2; atribuir a sexualidade humana aos instintos – incontroláveis ou que devam ser preservados – se relaciona à naturalização das funções de homens e mulheres na sociedade, em 8.5).

A denúncia em (8.3) não é caracterizada por afirmações, como ocorre com maior regularidade no discurso feminista em análise; é construída por meio da adjetivação do trabalho doméstico em orações interrogativas que interpelam o interlocutor: pergunta-se sobre os beneficiários e o valor do trabalho *invisível*, *desvalorizado* e *desprestigiado* da dona de casa.

O discurso *outro* se expressa na superfície do discurso feminista a partir do questionamento de enunciados que circulariam em outra FD: *é ela [dona de casa, esposa e mãe] a rainha do lar, feliz em seu reinado, cercada de eletrodomésticos e do amor filial, mimada pelo seu marido, que se mata de trabalho para lhe fazer as vontades* (em 8.3); *a prostituição é um mal necessário* (em 8.5). Também aparece na voz irônica de uma *esposa* e *mãe* que deseja ter uma *esposa* que *realize seus deveres* (e não reclame por isso) – o título da crônica, “*Procura-se uma esposa*”, pela memória discursiva, remete-nos a um anúncio de emprego (em 8.2). Escrito na primeira pessoa do singular com a projeção como protagonista do discurso de uma mulher que realiza tarefas domésticas (tem a ideia de que *gostaria de ter uma esposa enquanto passava roupa*), este texto denuncia as tarefas e posturas esperadas de uma esposa que vão desde os trabalhos domésticos à conduta sexual. Ao final do texto, convida à reflexão a partir de uma pergunta exclamativa: *MEU DEUS, quem não gostaria de ter uma esposa?*

⁵¹ A expressão “dupla moral sexual” não foi encontrada no *corpus* do discurso feminista brasileiro. Uso-a aqui para referenciar os diferentes padrões de sexualidade para homens e mulheres: os homens são *incentivados a liberar seus instintos sexuais* e as mulheres devem *preservá-los para o casamento* (em 8.5); uma esposa deve *ser sensível às necessidades sexuais de seu marido e não deve exigir atenção sexual do marido quando ele não tiver vontade* (em 8.2).

A interpelação de *mulheres* como interlocutoras do discurso feminista também ocorre pelo funcionamento do *nós* (em 8.1, 8.4 e 8.5) e pela interrogação que interpela diretamente a leitora por meio do você (*E você, o que acha disso?*, em 8.3). Por sua vez, a *denúncia* das condições das mulheres relaciona-se ao *programa* feminista, que defende a maternidade como opção da mulher (em 8.1 este programa é expresso através do *nós mulheres*); o domínio da mulher sobre seu próprio corpo pela contracepção, separando a sexualidade da mulher da procriação (em 8.4); a socialização do trabalho doméstico por meio de creches, lavanderias coletivas, restaurantes populares, etc. (em 8.3).

Concomitantemente ao questionamento das imagens de *dona de casa*, *mãe* e *esposa* que seriam atribuídas às mulheres e as quais deveriam ser transformadas por meio da luta feminista, as *mães*, *esposas* e *donas de casa* são construídas como sujeito político a partir desta identidade:

- (9.1) A vida fica cada vez mais difícil. *Um salário não dá mais pra viver. Nós, mães, donas de casa*, vemos que *precisamos dar uma ajuda*. A saída de todas *nós* é também *arranjar emprego e passar o dia fora de casa*. (...) A nossa idéia de ter um lugar onde as crianças se alimentem de um jeito certo, que tenha higiene, que seja orientada por gente que entende de criança e ajudem estas crescerem de um jeito sadio, e que também *nós, os pais*, participemos dessa educação. (...) Diante disso a gente se reúne e pensa: (...) *Nós* somos responsáveis por essas crianças e exigimos condições para educá-las. Elas têm o direito à educação garantido pelas leis, que precisam ser respeitadas. (Grupo de Mães do Setor Interlagos e Sociedades de Amigos São Paulo, Senhor prefeito, senhores vereadores, NM1, junho1976)

- (9.2) Esta é uma questão que cada vez mais mulheres enfrentam, no momento em que deixam o lar para trabalhar e *aumentar o orçamento doméstico*. Mas mesmo trabalhando fora, a mulher continua sendo responsável pelo cuidado dos filhos. Se um deles adoece, é ela quem deixa de ir trabalhar e não o marido. Algumas vezes é possível deixar as crianças com os parentes, vizinhos ou até sozinhas. Outras vezes, não. E aí, o que fazer? (...) Onde estão as creches? (...) Creche ou depósito de crianças? (Creche – com quem deixar nossos filhos, NM2, setembro/outubro1976)

- (9.3) Vocês se portaram à altura de sua responsabilidade, não se curvando à restrição de seus direitos e não aceitando as inúmeras provocações. A sua luta é por liberdade, por um regime absolutamente democrático. Nesta hora, *reiteramos nossa solidariedade e confiança em vocês* (...) (Comissão de Mães de Alunos de São Paulo, “Carta aos nossos filhos”, NM6, agosto/setembro1977)

- (9.4) Puxa vida! Vou te dizer! O trabalho mais desgraçado que existe – eu sempre trabalhei em fábrica e na enxada – mas eu acho que o pior de tudo é ser *dona de casa*. (...) Então eu diria assim: *nós mulheres* devíamos parar. (...) todas as *donas de casa*, pra ver o que acontece, porque ninguém dá valor nenhum. Eu por mim fazia uma greve entre as mulheres, uma greve do lar. (Nós mulheres: operárias, NM1, junho1976)

As mulheres atuam a partir da posição de *mães* para a luta por creches (em 9.1 e 9.2) e em apoio aos seus filhos que lutam contra a ditadura militar brasileira (em 9.3). Destacamos que em duas das sequências o *nós* é construído como *porta-voz* de coletivos organizados: em (9.1), o *nós mães e donas de casa* representa no discurso o *Grupo de Mães do Setor Interlagos* e, mais adiante na sequência, *nós pais* representa este primeiro grupo somado ao coletivo das *Sociedades de Amigos São Paulo* – ambos, organizações do movimento popular – que se dirigem a representantes do Estado (*ao senhor prefeito e aos senhores vereadores*) e em (9.3) o *nós* representa a *Comissão de Mães de Alunos de São Paulo* e tem como interlocutores diretos seus filhos (apesar de que na cena discursiva instauram um interlocutor ampliado), a quem prestam solidariedade em uma carta pública. Se em (9.2), nas reflexões do discurso feminista sobre creche e educação das crianças, está a denúncia de que as mulheres são responsabilizadas pelo cuidado dos filhos, mesmo quando trabalham fora de casa como seus maridos, em (9.1), quando as mulheres, a partir da imagem de *mães*, reivindicam creches ao Estado, os pais são incluídos entre os que se preocupam com a educação das crianças, rompendo com a imagem de que esta é uma responsabilidade exclusiva das mulheres.

No funcionamento do *nós* em (9.1) emergiria a figura do porta-voz. Considera-se, a partir de Zoppi-Fontana (2003), a figura enunciativa do porta-voz como um lugar de enunciação e como uma forma histórica do sujeito da enunciação (GUILHAUMOU, 1989). Pêcheux (1982b, p. 17) postula que a figura do porta-voz é

ao mesmo tempo ator visível e testemunha ocular do acontecimento: o efeito que ele exerce falando “em nome de...” é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um “nós” em formação e também em contato imediato com o adversário exterior.

Ao refletir sobre o processo revolucionário, em especial sobre a revolução socialista, Pêcheux (1982b) compreende que a figura do porta-voz surgiria da quebra do ritual de assujeitamento gerada pela subjetivação na resistência e possibilitaria a ruptura com a reprodução do discurso da dominação ao produzir um acontecimento histórico que

intervém no círculo da repetição de modo que o irrealizado formaria novos sentidos. A subjetivação na resistência seria decorrente do deslocamento da imagem de mulheres *mães*, *esposas* e *donas de casa* como confinadas no espaço doméstico para sua afirmação como sujeito político no espaço público.⁵²

A demanda por creches e a luta das *mães* por sua construção e qualidade é relacionada à saída das mulheres exclusivamente donas de casa para o trabalho fora do espaço doméstico (as mulheres precisam *arranjar um emprego* e *passam o dia fora de casa*, em 9.1, ou *deixar o lar para trabalhar*, em 9.2), por conta dos salários baixos de seus maridos (neste ponto, é retomada a imagem da mulher como *esposa* e da renda doméstica como responsabilidade primeira do homem a quem a mulher precisa *dar uma ajuda*, em 9.1, para *aumentar o orçamento doméstico*, em 9.2). A imagem de mulher *mãe*, *esposa* e *dona de casa* neste recorte corresponde às mulheres dos setores populares, que acumulam a dupla jornada de trabalho, vivem a realidade dos baixos salários, são mais atingidas pela carestia e recorrem mais ao Estado para o acesso a creches. Tal imagem de mulheres dos setores populares está em consonância com as interlocutoras prioritárias do discurso feminista brasileiro, dado que este postulava às mulheres das camadas trabalhadoras a liderança da luta feminista.⁵³

Para finalizar a análise deste recorte, gostaríamos de destacar a proposição do *eu* e do *nós mulheres* e *donas de casa* da sequência (9.4). Em uma reportagem que expunha depoimentos de mulheres operárias, emerge, a partir do relato pessoal em primeira pessoa, a identidade da *mulher dona de casa*. A greve, construída historicamente como instrumento de luta dos que trabalham fora do espaço doméstico, é proposta para as mulheres: a *greve*

⁵² Inicialmente, perguntamo-nos, em nosso trabalho, se o porta-voz estava em funcionamento como regularidade no discurso feminista. No entanto, nossas primeiras análises apontaram para o fato de que o discurso feminista está muito mais focado em “falar diante dos seus” em um convite à identificação e à luta política do que em enfrentar embates diretos com o “adversário exterior” na posição de “negociador”, o que pode ser compreendido em parte pelas condições de produção do discurso analisado, mas poderia segundo nossa hipótese relacionar-se à imagem de política presente neste discurso que conformaria uma forma histórica do sujeito da enunciação, um lugar de enunciação, com características peculiares. Não descartamos, no entanto, que os gêneros do discurso que compõem o nosso *corpus* (imprensa feminista, panfletos, resoluções de encontros, etc.), que têm como interlocutor principal as mulheres e organizações políticas relacionadas com suas lutas e com as lutas de oposição às ditaduras militares e/ou por igualdade social, também influenciem essa maior tendência do discurso feminista analisado em “falar diante dos seus”.

⁵³ Esta afirmação não pretende reduzir a pluralidade de imagens de mulheres projetadas como interlocutoras do discurso feminista. Como exemplo, retomamos a sequência (1.4), que constrói como imagem de leitora do *Jornal Nós Mulheres* a *mulher trabalhadora*, a *mãe*, a *dona de casa*, a *estudante*, a *profissional*, a *intelectual*.

do lar, com o objetivo da valorização do trabalho doméstico, considerado *pior* que o *trabalho na fábrica* e na *enxada*. Se não temos notícias no discurso brasileiro que compõem nosso *corpus* da organização das *mulheres* como *donas de casa* contestando esta imagem em mobilizações políticas, veremos nas análises do discurso feminista na Argentina que mulheres protestavam publicamente no Dia das Mães, por exemplo, denunciando o trabalho doméstico não pago realizado pelas mulheres *mães*.

As imagens de *mãe*, *esposa* e *dona de casa* são relacionadas à imagem de *prisão* ou *isolamento* da mulher no espaço doméstico, que por sua vez contribui para que esta fique alheia à *participação política*:

- (10.1) Zé: (...) eu acho que ninguém nasceu pra *ficar fechado dentro de casa, sem comunicação*. Nem mesmo os animais vivem fechados, sem comunicar com os outros. (...) Pra mim o que vale é a confiança e o amor. (...) Tem *homem* que ainda *tranca a mulher* no quarto e não deixa sair, né? Mas hoje a mulher já está descobrindo coisas importantes na vida dela e não aceita mais ser submissa ao homem, ser dominada. (... bem cedo vai pro trabalho, NM1, junho1976)

- (10.2) (...) as mulheres também são chamadas ao trabalho industrial e têm a oportunidade de, pela primeira vez na história, descobrir que a opressão que sofrem não acontece apenas a uma ou outra mulher, mas a todas, enquanto mulheres e enquanto trabalhadoras. Descobrem juntas que *estão marginalizadas de tudo o que está acontecendo* e vão, juntas, ganhando consciência de seus problemas. Assim, as conquistas das lutas por elas travadas se sucedem, ganhando corpo em todo o mundo. (Aqui, alguns fatos sobre a opressão da mulher e a nossa luta pela emancipação, NM3, dezembro1976)

- (10.3) *A mulher fica isolada em casa*, sem saber muito bem o que fazer contra a carestia da vida, a falta de escolas e creches, os buracos na rua, a luz elétrica que não foi colocada, etc. (editorial, NM4, março/abril1977)

- (10.4) [Resposta NM] As considerações que você faz acerca do público a que se dirige o Nós Mulheres merecem alguns esclarecimentos. Somos as primeiras a afirmar que as mulheres, indiscriminadamente, sofrem uma opressão específica. Só que o lugar da mulher na sociedade não é determinado nem unicamente nem principalmente pelo seu sexo: pertencer à classe trabalhadora ou à classe proprietária significa uma diferença essencial. Mas é claro que o fato de ser mulher trabalhadora ou dos estratos mais baixos não é, por si só, *garantia de consciência*. Mulheres da classe média, por poderem frequentar universidades e outros círculos onde as idéias são mais livremente discutidas, são muitas vezes mais críticas e mais combativas na defesa de seus direitos. (...) No entanto, o trabalho é meio de garantia de sobrevivência e de independência econômica além de possibilitar a *experiência de viver coletivamente, com os demais trabalhadores*, os problemas do ganhar o pão de cada dia. *Presa nas quatro paredes de sua casa*, as mulheres tendem a se *isolar* dos verdadeiros problemas da sociedade em que vive e do sexo a que pertence. (Cartas, NM4, março/abril1977)

- (10.5) Não é fácil a gente se organizar para reivindicar o que temos de direito, como podemos ver pelo o que aconteceu com as mulheres no parque infantil: não estamos acostumadas a falar em grupo, temos vergonha de nos dirigir às pessoas que ocupam cargos importantes nos serviços públicos, desanimamos muito rápido. Tudo isso é compreensível, porque *a mulher foi educada somente para cuidar da casa, dos filhos e do marido*. Por outro lado, a gente pode também mudar nossa educação. (Por meus filhos, falo até com o presidente, NM5, junho/julho1977)

- (10.6) Como resolver estes problemas, já que sofreremos as consequências de uma sociedade que nos limita e impede uma participação maior nas atividades mais gerais? Queremos aqui levantar alguns pontos que consideramos importantes para a mulher conquistar hoje: **Maior participação no trabalho produtivo fora de casa.** Por quê? *Porque trabalhando a mulher toma contato com os problemas mais gerais e coletivos.* Para que a mulher possa trabalhar fora de casa são necessárias algumas mudanças: combate aos preconceitos familiares e sociais que se opõem ao trabalho feminino; a mulher escolher livremente se deseja ou não ter filhos, e quantos; disponibilidade de creches e parques infantis; salário igual para trabalho igual ao do homem, entendendo isto dentro da luta de todos por melhores salários e melhores condições de vida (...) No momento atual *significa maior participação na luta pelas liberdades democráticas:* direito de organização, manifestação, participação e crítica; pela defesa dos direitos humanos, por uma anistia ampla e irrestrita a todos atingidos por suas idéias e atos políticos. (Comunicado Conjunto BM e NM, 1977, grifo do texto original)

A mulher educada para ser *mãe, esposa e dona de casa* (em 10.5) é localizada no espaço doméstico, o espaço da *casa* (em 10.1, 10.3 e 10.4), construído como lugar *fechado, sem comunicação* (em 10.1) e de *isolamento* (em 10.3 e 10.4). Esta imagem da FD feminista entra em conflito com a da FD antagônica, que constrói o espaço doméstico como o *lar*, o *reino* da dona de casa – que não é uma trabalhadora não-paga, e sim uma *rainha feliz*, amada por sua família, conforme demonstrou nossa análise da sequência (8.3). Na FD feminista, o espaço doméstico faz com que as mulheres *tendam* a se isolar e não tenham *contato com os problemas mais gerais e coletivos* (em 10.2, 10.3, 10.4 e 10.6), além do que as mulheres são educadas *somente para cuidar da casa, dos filhos e do marido* e não *para reivindicar seus direitos* (em 10.5).

Contrariamente, o trabalho exercido fora de casa possibilitaria às mulheres a *experiência de viver coletivamente com outros trabalhadores* (em 10.5) e a *oportunidade de descobrir* que a opressão *que sofrem não acontece apenas a uma ou outra mulher, mas a todas, enquanto mulheres e enquanto trabalhadoras* (em 10.2). Portanto, a possibilidade de viver coletivamente permitiria tomar consciência de que a opressão sentida individualmente por cada mulher (que é pessoal) atinge a todas as mulheres (é coletiva, é política), para retomar a palavra de ordem “O pessoal é político!” que marcou a segunda onda feminista. Esta *oportunidade* não é considerada *garantia de consciência* (em 10.4). Está construída a oposição do espaço da casa, o espaço do privado, com o espaço extra-doméstico, o espaço do público e do político. Em (10.6), a *maior participação no trabalho produtivo fora de casa* é eleita como *um ponto importante para a mulher conquistar*, articulado a outras lutas necessárias para que a mulher tenha condições de exercer este trabalho (tais condições

relacionam-se à imagem da *mulher* como *mãe e esposa*), como *o combate aos preconceitos familiares e sociais que se opõem ao trabalho feminino*, a maternidade como *escolha livre* da mulher, *creches e salário igual para trabalho igual ao do homem*.

Na conjuntura de ditadura – *uma sociedade que nos limita e impede uma participação maior nas atividades gerais* – e de movimentos contestatórios, a luta por participação da mulher *significa maior participação na luta pelas liberdades democráticas* (em 10.6). Esta articulação presente no debate entre o *geral* e o *específico* na imagem de *feminismo* reaparece na imagem de *política*, como destacaremos posteriormente.

Interessa-nos sublinhar que a sequência (10.4) explicita a posição do discurso feminista em análise de considerar as diferenças de classe como essenciais para compreensão da opressão da mulher. A imagem de mulher que aparece com maior regularidade como “objeto de que se fala” e também como protagonista deste discurso é a de *mulher trabalhadora* e dos *extratos mais baixos*, apesar de que a maior parte das mulheres que compunham os conselhos editoriais das publicações integrantes de nosso *corpus* fosse oriunda da classe média e *podia frequentar universidades e outros círculos onde as idéias são mais livremente discutidas*. Se é certo que as imagens de *mãe, esposa e dona de casa* estavam (estão) em circulação como pré-construído em diversos discursos, também podemos afirmar que as perspectivas de estudo, trabalho, relacionamento, sexualidade não eram as mesmas para as mulheres dos setores médios e das classes populares.

Para finalizar nossas análises acerca das imagens de *mulheres* no discurso feminista brasileiro, apresentamos uma imagem que não aparece com regularidade neste discurso, apesar de ser recorrente no discurso feminista em circulação na Argentina, como mostraremos no próximo capítulo. No recorte a seguir, é projetada a imagem da mulher como usada pela *propaganda* para a venda de produtos ou pelos *meios de comunicação* como *elemento decorativo*⁵⁴:

- (11.1) A propaganda é uma mentira, um mundo ilusório que cria todo dia novas necessidades. (...) E cuidado: *se você* não tiver isso bem claro, *pode* começar a odiar a sua própria imagem, porque *não tem* a pele *branca* e macia, o rosto *sem rugas*, os *cabelos loiros* ou aquele *corpo fantástico*. Nós mulheres *somos fortes*, mas a propaganda nos faz frágeis, burras e “gostosas”; porque é

⁵⁴ A sequência (3.3), retirada de um depoimento de Lygia Fagundes Telles, constrói uma imagem semelhante: *a mulher é tratada como objeto no sistema capitalista*.

assim que essa sociedade nos usa para vender seus produtos. No entanto, *somos tantas*. E por trás dessas imagens há força, inteligência, trabalho, miséria. E opressão. (Tá na cara, NM6, agosto/setembro1977)

- (11.2) Através dos *meios de comunicação* – rádio, TV e revistas – insiste-se em transformar a *mulher em elemento decorativo*, tentando *criar* nela, muito cedo, a *convicção* de que nascem para *agradar por meio do sexo* e não para *atuar através do trabalho*. (Comunicado Conjunto dos Jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, 1977)

Em uma página inteira do jornal de formato tablóide, a sequência (11.1) ocupa pouco espaço em comparação às imagens de anúncios publicitários machistas ali reproduzidos. A mulher é interpelada por uma advertência dirigida a um *você*: deve tomar cuidado para não odiar a sua imagem se esta não for a veiculada nas propagandas: a da mulher *branca*, *jovem* (*sem rugas*), de *cabelos loiros* e *corpo fantástico*, que é *frágil*, *burra* e “*gostosa*” (as aspas marcam que trata-se de uma palavra usada em outra FD). Em seguida à advertência (marcada pela palavra *cuidado*), a imagem única de mulher veiculada pela propaganda é oposta à pluralidade do *nós mulheres* (*somos tantas*), que são *fortes*, *inteligentes*, *trabalham* e vivem em *condições de miséria e opressão*. O título *Tá na cara* em relação aos anúncios publicitários e ao curto texto refere-se tanto à imagem *mentirosa* e *ilusória* de mulher veiculada na propaganda quanto à imagem de uma mulher com o olho roxo, que retoma a memória de violência doméstica contra a mulher⁵⁵. Em (11.2), *agradar por meio do sexo* remete à imagem de “*gostosa*” e o *trabalho* reaparece como elemento que deveria fundar a identidade da mulher. Também nesta sequência, as imagens veiculadas nos meios de comunicação atingem a própria mulher (tentam *criar* nela uma *convicção*).

Como afirmamos no capítulo dois, na década de 1970, mulheres negras e lésbicas organizaram-se autonomamente, no movimento negro e no movimento feminista, provocando a incorporação no feminismo de novos temas como a luta contra a homofobia e contra o racismo. Apesar de nosso *corpus* não ser composto de textos produzidos especificamente por estas mulheres, nos propusemos a atentar em nossas análises para a presença de suas lutas específicas no discurso feminista. No entanto, em nossa leitura do *corpus*, não encontramos a construção da imagem da *mulher lésbica* ou debates sobre a homossexualidade (apesar de haver rápidas menções, como na sequência 3.3, em que as *mulheres* bissexuais são citadas de forma irônica).

⁵⁵ A matéria *Tá na cara* (NM6, agosto/setembro1977) está incluída nas figuras anexas à dissertação.

Em relação à luta contra o racismo e a situação da *mulher negra*, o jornal *Nós Mulheres* produziu dois textos: *Essa Nega falou!* (NM1, junho 1976) e *Racismo, uma opressão a mais* (NM5, junho/julho 1977), este último anunciado na capa da edição. O primeiro texto é uma entrevista com Estela, integrante de um coletivo de mulheres negras, que participou das atividades do Ano Internacional da Mulher, na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro. A dimensão de acontecimento pela circulação pública dos enunciados produzidos da posição da feminista negra era reconhecida pelo movimento feminista, conforme podemos depreender da descrição da participação das mulheres negras naquele evento: “Era a *primeira vez*, quem sabe, que a *mulher negra* tinha oportunidade no Brasil, de *manifestar sua revolta publicamente*. Isso porque se a mulher sofre socialmente por causa de seu sexo, a mulher negra tem ainda sobre ela a carga racial.” Em sua entrevista, Estela denuncia o estereótipo da mulher negra: “você é cama, cozinha e babá dos filhos da mulher branca (...). Se o branco discrimina a mulher, como preta é pior ainda. Em termos gerais ele nem te vê como mulher, e sim como negra. É outro departamento. Se a mulher tem direito só a duas palavras, a negra não pode nem abrir a boca.” A imagem construída é de que a *mulher negra* é duplamente discriminada, por ser *mulher* e por ser *negra* (o que remonta ao título da segunda matéria, “*Racismo, uma opressão a mais*”). Apesar de o discurso feminista reconhecer o caráter de acontecimento do dizer público das mulheres negras, o comentário sobre a relação entre opressão e o direito à palavra, também é válido para o discurso feminista em análise: constatamos que o espaço das vozes das *mulheres lésbicas* é praticamente inexistente e o das *mulheres negras* é restrito, denúncia sustentada pelos coletivos de lésbicas e negras no interior do movimento de mulheres.

Tanto na construção da imagem de *mulheres* quanto na de *política*, é recorrente o debate em torno da *participação das mulheres*:

- (12.1) A grande aspiração da maioria do povo brasileiro, hoje em dia, é viver numa sociedade em que todos tenham suas necessidades básicas atendidas. (...) Certo, mas e as mulheres? Onde é que elas entram nessa história toda? As mulheres são nada mais nada menos do que metade da população brasileira. Metade da população que, na sua grande maioria, *não participa ativamente* das transformações sociais. *Mesmo quando trabalham, as mulheres não participam* nos seus sindicatos. São *pouquíssimas as que participam* das associações de bairro, de clubes de mães e de outros tipos de associação. Muitos pensam, homens e mulheres, que *basta o homem participar*. Que a *mulher pode e deve ficar cuidando da casa e dos filhos*. Que *participação é política e que política é coisa de homem*. Mas será que só os homens vão conseguir mudar a

situação? Que metade da população pode ficar em casa, pois a outra metade se encarrega da parada? A história prova que não. Sempre, em todos os grandes momentos da história mundial, a mulher percebeu a importância de sua *participação* e participou ativamente. Assim, *lutar para que a mulher contribua ativamente, junto com o homem, para as transformações da sociedade é também lutar pela emancipação feminina*. A luta pela *emancipação feminina* é, portanto, parte integrante da *luta por uma sociedade mais justa e democrática*. (editorial, NM6, agosto/setembro1977)

- (12.2) Não é mais possível minimizar a atuação e a *participação das mulheres*, principalmente nos países chamados de Terceiro Mundo, onde a carência a que estão submetidas suas populações *necessita*, para ser superada, da *intervenção das mulheres*, seja no campo das *relações de trabalho*, seja na *organização política*. (Editorial, BM3, 1976)

- (12.3) Os movimentos de Libertação da Mulher existem para unir as mulheres e *fazê-las participantes*. Eles existem para alargar os estreitos limites das leis atuais forçando o *Estado constituído de forma masculina* (editorial n.0) a ouvir a mulher, se disponha ou não. Para as mulheres brasileiras tornarem-se feministas não é tarefa fácil, principalmente porque *não temos uma experiência de vida aberta e democrática* o que *dificulta*, mas não torna impossível, a *participação da mulher na discussão de seus problemas*. (Editorial, BM2, 1976)

- (12.4) O bondoso papa João XXIII dizia que entre os sinais do tempo moderno que mais caracterizam nossa época emerge o fato de a *mulher participar da vida pública*, e acrescenta: “torna-se a mulher cada vez mais cônica da própria dignidade humana, não permite mais ser tratada como objeto ou instrumento. Antes, *reivindica direitos e deveres* consentâneos com sua dignidade de pessoa, tanto na *vida familiar como na vida social*” (Encíclica “Paz na Terra”, n.41) Gostaríamos de ver empenharem-se as mulheres nos *grandes problemas atuais da vida brasileira*, como sejam, a volta ao Estado de direito, a anistia ampla e a luta em favor da saúde, da educação e das condições de trabalho. (D.Paulo: a hora da mulher, NM7, março1978)

Como já mencionamos, constrói-se uma imagem de que a mulher participa pouco da política por causa de sua identificação com o espaço doméstico e com as funções de *mãe, esposa e dona de casa* (em 12.1) e também por causa da conjuntura da ditadura militar, em que *não há uma experiência de vida aberta e democrática*, o que *dificulta a participação da mulher* (em 12.3). A luta das mulheres deve ser por sua *participação ativa*, o que seria necessário para a *emancipação feminina* (em 12.1) e para a luta por uma *sociedade mais justa e democrática* – imagem de *feminismo* determinada pelas CP. Além do que, *não é possível minimizar* (em 12.2) o que *caracteriza uma época como sinal do tempo moderno: a participação da mulher na vida pública* (em 12.4) e a *necessidade de sua intervenção na organização política* (em 12.2), dado que a *história prova* (em 12.1) que *não basta metade da população* (os homens) participar. Chegamos, então, à imagem de *participação* como sinônimo de *política*, que por sua vez é *coisa de homem* (em 12.1). Mais uma vez o discurso feminista brasileiro recorre ao argumento de que a legitimidade da participação das mulheres na política está na luta, com os homens, pelas *transformações da sociedade*.

Não poderíamos deixar de destacar que a seqüência (12.4) é um fragmento do depoimento ao Jornal *Nós Mulheres* de Dom Paulo Evaristo Arns, um membro da Igreja Católica ligado às organizações populares na luta pela democracia e pelos direitos sociais básicos. Sua argumentação a favor do *empenho das mulheres nos grandes problemas atuais da vida brasileira* apóia-se na citação que faz da “Encíclica Paz na Terra”, na qual as mulheres reivindicam *direitos e deveres tanto na vida familiar quanto social*. A imagem do discurso religioso como apoiador da luta das mulheres é produzida como efeito do posicionamento de setores da Igreja próximos à Teologia da Libertação, que constituem uma posição progressista a partir de sua inscrição neste discurso, e pelas alianças das organizações contrárias à ditadura neste período – o que não ocorre no discurso feminista argentino, em que a religião e a Igreja Católica são construídas como lugar de expressão do *poder dos homens*.

Se a política aparece com regularidade como lugar em que predominam os homens, a imagem dos *homens* como os que controlam a política é pouco comum no discurso feminista brasileiro. Construímos um recorte em que tal imagem está presente⁵⁶:

- (13.1) *Os homens continuam a mandar na vida política e social* e elas não têm nenhum direito. Resolvem de novo se unir e se fantasiam de homem, pra votar leis que lhes dêem *maiores direitos*. (depoimento de Augusto Boal, Mirem-se no exemplo, NM6, agosto/setembro1977)
- (13.2) (...) pude verificar que vocês do Conselho Editorial acertaram na fórmula do jornal feito por mulheres para exprimir um ponto de vista feminino sobre os problemas de hoje. Em geral, as páginas e os suplementos femininos de nossos jornais tratam a mulher como simples cliente de uma *sociedade organizada e controlada pelo homem* – o homem legislador, tutor, industrial, comerciante. O jornal de vocês a apresenta como *participante*, e isto é fundamental para definir uma *nova situação de consciência social e de afirmação humana*. (Carlos Drummond de Andrade – RJ, Cartas, NM3, dezembro1976)
- (13.3) Não desejamos nos amparar nas diferenças biológicas para desfrutar de pequenos favores masculinos, ao mesmo tempo que o *Estado, constituído de forma masculina*, deixa-nos um lugar só comparado ao que é destinado por incapacidade de participação ao débil mental. (Editorial, BM1, outubro1975)

Neste recorte, os *homens mandam na vida política e social* (em 13.1) e *controlam e organizam a sociedade* (em 13.2) – o que seria contestado por mulheres que *se unem por seus direitos* (em 13.1) e que *participam* para uma *nova consciência social*. *Homens* são

⁵⁶ Como a expressão *Estado constituído de forma masculina* aparece tanto na seqüência (12.3) quanto na seqüência (13.3), optamos por analisá-la no recorte que destinamos para a imagem de *política* como regida pelos *homens*.

sujeito do comando da política e da sociedade: em outras palavras, aparecem em um lugar de domínio em relação às mulheres, apesar de que *homens e mulheres* não são opostos. As sequências analisadas foram retiradas uma de um depoimento de Augusto Boal sobre sua peça teatral *Mulheres de Atenas* e outra de uma carta enviada pelo poeta Carlos Drummond de Andrade à redação de *Nós Mulheres*. Não pensamos o discurso como construído por indivíduos – pela perspectiva teórica adotada, o discurso não é nem individual nem universal – no entanto, parece-nos importante frisar que estas seqüências atestam a identificação de homens, através de mecanismos imaginários, com elementos de saber da FD feminista e, em CP em que o discurso feminista procurava afastar as imagens de *feminismo* como luta *contra os homens*, evitando atribuir aos homens a posição de sujeito da opressão sofrida pelas mulheres, produzem um acontecimento discursivo ao enunciarem que os homens detêm o controle político.

Em (13.3), o *Estado* seria *constituído de forma masculina*. Há um deslizamento em relação às seqüências anteriores de *homens* como sujeito do comando social e político para o *Estado*, que tem a qualidade de *masculino*, como impediante da *participação* das mulheres. A interdição da participação feminina pelo Estado é relacionada à aceitação das mulheres aos *pequenos favores masculinos* por conta de *diferenças biológicas*. Esta relação entre as posturas das mulheres diante dos homens e as imagens de mulheres em circulação na sociedade é tematizada com maior regularidade no discurso feminista argentino.

A *participação das mulheres* defendida pelo discurso feminista brasileiro implicava sua organização para a luta *específica e geral: enquanto mulheres* e, junto com os homens, como *classe trabalhadora*. Entrava em questão o papel das organizações compostas exclusivamente por mulheres e a autonomia do movimento de mulheres em relação aos partidos:

- (14.1) São muitos os homens que acham que a mulher deve ser tratada como um ser igual ao homem. Mas são *somente as mulheres*, porque isto as toca diretamente, *organizadas e lutando por suas reivindicações específicas*, que terão a força necessária para mudar essa situação. (...) Enquanto a mulher não atingir a *plena igualdade de direitos e deveres* é necessário, portanto, que exista uma *luta organizada e independente de mulheres*. (editorial, NM6, agosto/setembro1977)
- (14.2) Mesmo os que já começaram a perceber a importância e o potencial que este movimento comporta, *não conseguem compreender ainda* que, assim como todos os outros movimentos de massa, ele precisa de *autonomia* para poder *progredir por caminhos próprios*. Este tipo de *incompreensão* leva, muitas vezes, à incompreensão oposta, ou seja, a de que aqueles e aquelas que estejam de alguma forma ligados a movimentos e forças políticas mais globalizantes queiram, sempre, aplicar a política

da “correia de transmissão” ao movimento de mulheres, ou seja, vinculá-lo à sua tendência política, atuar nele de forma tática e utilitária. Sem dúvida pode-se explicar o temor que gera este tipo de concepção tendo como base a própria história. Na verdade, muitas vezes não só o movimento de mulheres, como o próprio movimento sindical, foram *manipulados* por diversos *partidos políticos*. (...) Por outro lado, nada conseguiremos isolados em nosso próprio movimento. Sem que nosso movimento perca sua estruturação *autônoma*, devemos entender que somos *parte integrante de um movimento geral* que visa a transformação da sociedade em todos os seus aspectos, incluindo aqui a transformação radical de todas as relações humanas baseadas na opressão. (A Autonomia do Movimento Feminista, Associação das Mulheres, BM16, setembro 1979)⁵⁷

- (14.3) Que o *movimento* de mulheres deve ser autônomo, assim como o movimento sindical dos trabalhadores, o movimento estudantil, etc., é uma idéia em torno da qual parece haver consenso. Mas a forma das mulheres se organizarem, também *enquanto mulheres*, e levarem adiante a *luta* por suas *reivindicações específicas*, dentro dos partidos e sindicatos, merece um debate mais aprofundado, já que mesmo dentro do *movimento* de mulheres é uma questão que só agora começa a ser discutida. (Sindicato não é lugar só de homem, NM8, julho 1978)
- (14.4) Em nosso país, as mulheres não só participam ao lado dos homens na conquista da democracia, como também, e isso é *novo*, dão a essa luta uma outra dimensão, reivindicando seus direitos *enquanto mulheres*. Mas não apenas as mulheres. Na luta por melhores condições de vida e trabalho, surgem *movimentos específicos* de setores diversos da população. Os negros organizam-se pelo fim da discriminação racial; os índios defendem o direito de viver em suas terras; os homossexuais fazem-se reconhecer através de um jornal. Cada vez mais, discute-se a *família, a moral, a sexualidade, a condição dos velhos e a educação das crianças*. (editorial, NM8, julho 1978)

A necessidade da *organização* das mulheres é justificada pelo fato de que *somente mulheres* são *tocadas diretamente* por suas questões *específicas* e *terão a força* para levar adiante suas reivindicações, mesmo que haja homens que defendam a igualdade entre os sexos – esta organização é necessária enquanto *não houver plena igualdade de direitos e deveres* (em 14.1). Na disputa pela organização das mulheres *enquanto mulheres*, o debate sobre a sua organização dentro dos partidos e sindicatos e a autonomia do movimento é relevante e gera rupturas e dissidências. Interessante assinalar a polêmica interna ao discurso em questão: *parece haver consenso* em torno da idéia de que o movimento de mulheres tenha *autonomia*, em (14.3), e há *incompreensão da necessidade* desta *autonomia* para o *movimento progredir por caminhos próprios*, em (14.2). Autonomia em relação a quê? Centralmente em relação aos *partidos políticos*, que querem vincular-se de *forma tática e utilitária* ao movimento de mulheres (novamente, em 14.2) – retorna o debate sobre a relação entre as lutas *gerais e específicas*, entre o *prioritário* e o *secundário* que

⁵⁷ Esta sequência foi retirada de um texto produzido pela Associação de Mulheres (a mesma organização que publicava o jornal *Nós Mulheres*) e reproduzido pelo Jornal Brasil Mulher como parte da iniciativa deste periódico de veicular em suas páginas textos de coletivos feministas.

configuraram os problemas em torno do que ficou conhecido como “dupla militância” (a militância de mulheres concomitantemente em partidos e no feminismo).

Enfim, neste recorte acompanhamos a conformação das formulações do “feminismo socialista”. Segundo Alvarez (1994), se no início havia dois feminismos para a esquerda, um aceitável e outro inaceitável, há um momento (e a autora refere-se às disputas políticas e as rupturas ocorridas no II Congresso da Mulher Paulista, em 1980) em que o feminismo socialista passou a distinguir dois tipos de esquerda, uma aceitável, que considerava a opressão específica das mulheres e respeitava a autonomia de organização do movimento, e outra inaceitável, que subsumia a luta das mulheres à luta de classes e tentava instrumentalizar e manipular as organizações do movimento de mulheres.

A organização como movimento específico não é exclusividade das mulheres: *negros, homossexuais e índios* também constituem movimentos por *melhores condições de vida e trabalho* e elaboram uma pauta política que inclui a *família, a moral, a sexualidade, a condição dos velhos e a educação das crianças* (em 14.4). Questionar a associação das mulheres às imagens de mãe, esposa e dona de casa; a socialização diferenciada de meninos e meninas para a naturalização destas imagens; a dupla moral sexual, para citar alguns exemplos, implica relacionar o que tradicionalmente foi considerado do espaço do privado à política, associada ao espaço do público.

Apesar de não haver consenso sobre o significado da expressão “O privado é político” ou “O pessoal é político” e mesmo sobre como deveriam se distribuir as esferas pública e privada em uma sociedade igualitária para homens e mulheres, outro questionamento do feminismo brasileiro que poderia nos remeter a esta palavra de ordem é o do modelo de indivíduo abstrato, que estaria na base das teorias modernas de cidadania. Vejamos o recorte que se segue:

- (15.1) Vencidas as *dificuldades iniciais*, é como escreveu uma companheira: “*Hoje já é possível pensar em mim sem esquecer de você ou de todas nós, pensar em todas nós sem me sentir dividida na luta política mais ampla, e pensar em política sem que para tal tenha que me esquecer de mim ou de nós. E isso já é muito mais que um começo*”. (editorial, NM5, junho/julho1977)
- (15.2) *Se fazer política significa deixar que o “individual” se mantenha fragmentado, separado do “social” e esquecer que somos homens, mulheres, velhos, crianças, negros, brancos ou índios, com os problemas específicos desta diversidade de condições, então, certamente resultará uma mudança parcial, nunca uma verdadeira revolução. O feminismo aparece dentro dessa nova concepção de política. Se as idéias feministas ainda não conseguiram uma organicidade que permita às mulheres atuar como um movimento social organizado, alguns passos importantes já foram dados. Pela*

primeira vez, em nosso país, as forças democráticas incluem em seu programa político as reivindicações das mulheres e preocupam-se com a sua participação efetiva. (editorial, NM8, julho 1978)

Uma *nova concepção de política* significa *não fragmentar “o individual” e “o social”* (aspas no texto original), considerando os *problemas específicos* da diversidade de condições: de *homens, mulheres, velhos, crianças, negros, brancos ou índios*, única forma de realizar uma *verdadeira revolução* (em 15.2). Também em tom de balanço, um editorial anterior do jornal *Nós Mulheres* (de onde selecionamos a sequência 15.1) reflete sobre este novo lugar político das mulheres brasileiras, suas tensões entre o pessoal e o político ou, mais ainda, o redimensionamento do político como decorrência do feminismo.

Destacamos a escolha de citar no editorial, um gênero que expressa a linha política do jornal, a escrita pessoal de uma *companheira feminista*, na primeira pessoa do singular, que projeta a imagem de três posições no discurso, a do *eu*, do *você* e do *nós*, que podem associar-se a diferentes imagens de *mulher* e *mulheres*. A partir das análises que empreendemos neste capítulo, poderíamos supor como imagens intercambiáveis do *eu* e do *você* a *mulher mãe, esposa e dona de casa* participante das lutas populares que se identifica com o feminismo ou a feminista da classe média (que pode também ser *mãe e esposa*), que se identifica com as lutas populares e de esquerda. *Nós*, por sua vez, retoma a imagem das mulheres como coletivo, que não precisa ser composto exclusivamente por mulheres identificadas com o feminismo.

Torna-se possível considerar o pessoal (*pensar em mim*) e os *problemas* das mulheres ou feministas (*pensar em todas nós*) para a *participação política* (*pensar em política sem que para tal tenha que esquecer de mim ou de nós*). *Pensar em todas nós sem me sentir dividida na luta política mais ampla* atualiza o dilema vivido pelas mulheres militantes identificadas com a esquerda nos primeiros anos do feminismo brasileiro entre o *geral* e o *específico*. De acordo com Alvarez (1994), até 1978, pode-se dizer de um feminismo muito elementar, indefinido, essencialmente economicista e confinado às categorias de análise estabelecidas pelo marxismo. As primeiras feministas brasileiras teriam se sentido a vanguarda do movimento de mulheres no país, o que foi denominado por Moraes (1990) como “feminismo da outra”, quando as feministas, em sua maioria de classe média, focaram mais nas lutas das mulheres trabalhadoras e dos movimentos

populares do que discutiram sua própria condição de mulheres. Poderia se vislumbrar uma superação do “feminismo da outra” no *pensar em mim sem esquecer de você ou de todas nós*. Interessante notar que o verbo *esquecer* aparece nas duas seqüências que compõem o recorte: esquecer o que cada uma é (o que sou) e esquecer o coletivo com o qual nos identificamos (o que somos) não é aceitável para esta imagem de *política*, que, se não estava ainda sedimentada, já tinha dado *alguns passos importantes* (em 15.2), o que representava *muito mais que um começo* (em 15.1) – constituía-se um lugar de dizer e de fazer política das mulheres e para as mulheres na história.

CAPÍTULO 4

Discurso feminista argentino

Um olhar analítico sobre as publicações feministas argentinas permite encontrar pontos comuns ao feminismo brasileiro, assim como observar diferenças e especificidades. A seguir, analisamos as imagens de *feminismo*, *mulheres* e *política* no discurso feminista argentino dos anos 1970, com principal foco em sequências selecionadas da Revista *Persona*. Para iniciar nossas análises, partimos do funcionamento da negação das imagens pejorativas de feminismo que, como argumentamos a partir de Indursky (1997) em relação ao discurso feminista brasileiro, evidencia a presença do *discurso-outro* no intradiscurso:

- (16.1) El Movimiento de Liberación Femenina *no* es un *entretenimiento destinado a distraer de la liberación de los pueblos*, sino que esa liberación es mentira mientras la determinen únicamente los varones. (Maria Elena Walsh) (P1, p.43, outubro1974)
- (16.2) DF: Los términos se manosean tanto... *Feminismo terminó siendo una mala palabra*, pero no es una mala palabra. Yo creo que toda mujer con una abertura a algo es feminista. Feminista *no es quemar un corpiño ni es atacar al hombre*; pero creo que el feminismo está consiguiendo un *resentimiento*. (...) Hasta hace muy poco tiempo las revistas femeninas eran dirigidas por los hombres (...) creo que las periodistas debemos *intentar un cambio*, sacar ventaja a nuestra capacidad de comunicación, pero *no quejarnos*. (Disparen sobre Persona, P3, pp.6-8, dezembro1974)
- (16.3) Las cosas no ocurren jamás porque sí, hoy día ya *no* se puede seguir con el viejo concepto de que las feministas son *un puñado de mujeres resentidas* que lo único que quieren es *competir con el hombre*, usurpando sus dominios de siempre. Pienso que sostener eso es *desconocer el fondo y el objetivo real* de todo camino hacia una posibilidad de liberación, sea esta femenina o cualquier otra. (Graciela Borges, Protagonistas, P4, p.37, janeiro/fevereiro1975)
- (16.4) Es un lugar común decir que *las feministas odian a los hombres*. Esta afirmación se esgrime como *arma contundente para desvalorizar el sentido de nuestra lucha* y capitalizar las voluntades de *aquellos que ignorando el significado del feminismo están siempre dispuestos a oponerse a todas las iniciativas que no lleven el sello del paternalismo masculino*. (...) *Las feministas no tenemos* la intención de hacer daño a nadie; *no rechazamos al varón*. *No sentimos* ese ambiguo y negativo sentimiento llamado *odio*, que es el origen de la violencia. *Sabemos* que el mundo está saturado de odio, sabemos que el genocidio, la represión, la tortura son los amos actuales de una sociedad regida por *leyes que inventaron los varones*. (...) *No, nosotras no sentimos odio*. (...) *Nosotras enfrentamos* el varón, *pero* ese enfrentamiento *no significa un ataque*, tampoco una ruptura. (...) Enfrentar al varón *no es odiarlo*. Es poner freno a su soberbia machista. *No es atacarlo*, es atacar sus privilegios. *No es hacerle daño*, es exigir todo lo que *nos* quitó. *Enfrentamos* al varón con un profundo *resentimiento*, es cierto, y con una gran indignación. Acaso cabe otra actitud para quien nada hace sin *nosotras* y tiene oídos sordos para *nuestros* reclamos de liberación? Las feministas *no estamos en guerra contra los varones*, sino contra el *sistema de supremacía machista que ellos sostienen y defienden*, mientras continúen haciéndolo, *no es nuestra culpa*, si se colocan virtualmente como *enemigos*. Confundir la pasión con que *defendemos nuestro* derecho a ser personas con odio al varón, es *no comprender el profundo significado del feminismo*, basado en la justicia como único camino para una *vida más humana y digna para todos, varones y mujeres*. (editorial, P5, p.2, 1975)
- (16.5) El feminismo por ser una lucha a favor de la mujer *no implica necesariamente* que esté dirigida *contra los varones*. *No pretendemos traspasar a ellos* nuestra actual marginación ya *que no aceptamos el predominio de un sexo sobre el otro*. (Manifesto da Unión Feminista Argentina, M2, 1972)

- (16.6) Se dice a menudo que la liberación de la mujer *no* puede tener lugar sin la liberación del hombre (de todo el pueblo). Hasta cierto punto esto puede ser verdad, pero hay que advertir que esta afirmación es peligrosa pues niega la existencia de la particular opresión que sufre la mujer dentro del *sistema falocrático* en que vivimos. Todos los seres del mundo necesitan ser liberados, tanto los oprimidos como los opresores, los amos como los esclavos. (...) El obrero es oprimido por ser obrero, pero como varón, el es opresor de su mujer. (...) *Es falso* que la emancipación de los varones y de las mujeres sean parte de un proceso recíproco. El *clisé sostenido por los partidos políticos de izquierda* de que cuando se libere el pueblo las mujeres se liberarán, pasa desvergonzadamente por alto la cruda realidad de la dominación del macho, como si ésta fuera de hecho un convenio establecido por nadie, que no conviene a nadie y que no funciona en provecho de nadie. En realidad el contrario es la verdad. (¿Qué es la liberación de las mujeres? - Susan Sontag, P2, p.12, novembro1974)

Neste recorte, são negadas as imagens de *feminismo* como entretenimento destinado a distrair da liberação dos povos (em 16.1); como gesto das mulheres de *queimar sutiã* ou *queixarem-se* (em 16.2)⁵⁸; *competição, ódio, ataque, luta* ou *guerra contra* os homens (em 16.2, 16.3, 16.4 e 16.5⁵⁹). A negação dessas imagens, entretanto, em parte das sequências, por meio do funcionamento de orações adversativas e explicativas, apresenta em seguida o programa feminista de forma afirmativa. Nessa afirmação, os *homens* não aparecem como *parceiros* da luta das mulheres, como ocorre no discurso feminista brasileiro. Como veremos com maior atenção mais adiante nas análises sobre as imagens de *mulheres* e de *política*, o discurso feminista argentino denuncia a posição dos homens como dirigentes da vida social e política (a sociedade é regida por *leis inventadas pelos homens*, em 16.4).

A sequência (16.1), composta por uma citação da escritora e musicista argentina Maria Elena Walsh, explicita o discurso de parte dos movimentos engajados na *liberação dos povos*, do qual o feminismo poderia desviar os esforços. Em seguida, a conjunção adversativa *senão* introduz o posicionamento do feminismo de que *essa liberação é mentira enquanto a determinem unicamente os homens*. Ressaltamos a diferença em relação ao discurso feminista brasileiro: no Brasil, internamente aos conflitos da esquerda, as feministas defendiam que o feminismo era uma luta necessária, pois *não* bastava a luta socialista para a libertação das mulheres, além do que o feminismo *não* dividia a classe trabalhadora, dado que articulava a luta *específica* feminista e a luta *geral*. Na Argentina, o

⁵⁸ A sequência (16.2) foi extraída de uma entrevista da diretora da Revista *Persona*, Maria Elena Oddone, com jornalistas de revistas femininas e periódicos diários, e é a resposta de uma jornalista de *Siete Dias* sobre o que entendia por feminismo.

⁵⁹ Em (16.5), o advérbio *necessariamente* produz, como efeito da memória discursiva, o sentido de que o feminismo poderia ser uma luta dirigida *contra* os homens, mas que esta não é a postura do coletivo da *Unión Feminista Argentina*, UFA.

poder exclusivo dos homens na condução na *liberação dos povos* a torna uma *mentira* (16.1). Em (16.6), o enunciado *a liberação da mulher não pode ocorrer sem a liberação de todo o povo* é referido a um discurso diferente do feminista e é negado por uma posição sujeito feminista que considera que tal afirmação baseia-se na *falsa* ideia de que *a emancipação de homens e mulheres faça parte de um processo recíproco*, um *clichê sustentado pelos partidos políticos de esquerda*.

O funcionamento da negação de imagens negativas de feminismo, seguida da afirmação do que este significa para as feministas, é reiterado no editorial da *Revista Persona* de número 5: “*Nosotras enfrentamos el varón, pero ese enfrentamiento no significa un ataque*, tampoco una ruptura Enfrentar al varón *no es odiarlo*. Es poner freno a su soberbia machista. *No es atacarlo*, es atacar sus privilegios. *No es hacerle daño*, es exigir todo lo que nos quitó” (em 16.4). Ao mesmo tempo em que a luta feminista *não* é a luta *contra os homens*, ela implica o *enfrentamento aos homens*, que *sustentam e defendem* um *sistema de supremacia machista*, projetando-se como *inimigos virtuais*. Esta posição não nega o *significado profundo do feminismo* (ou de *qualquer caminho para a possibilidade de liberação*, em 16.3), em busca de *uma vida humana e digna para todos, homens e mulheres*. Em (16.5), a negação tem um funcionamento diverso: não nega-se o *discurso outro* tal qual ele se encontraria enunciado em outra FD. Poderíamos supor que em “*No pretendemos traspasar a ellos [os homens] nuestra actual marginación*” trata-se da negação da imagem do “feminismo como inverso do machismo” (supomos que esta formulação poderia ser produzida por uma FD contrária à feminista).

Cabem ainda dois comentários sobre este recorte: o primeiro diz respeito à imagem das feministas como *ressentidas*. Apesar de esta imagem ser construída como negativa (em 16.2, 16.3 e 16.4), este sentido aparece como incontornável para as feministas em (16.4) – a concordância com esta imagem em circulação no *discurso outro* é indiciada pela expressão *é certo* e pela interrogação que se segue: “*Enfrentamos al varón con un profundo resentimiento, es cierto (...)*Acaso cabe otra actitud para qui nada hace sin nosotras y tiene oídos sordos para nuestros reclamos de liberación?” Aqui, *homem* aparece como sujeito que opõe-se ao feminismo. No mesmo recorte, os que se opõem ao feminismo são *aqueles que desconhecem seu significado e contrariam* “*todas las iniciativas que no lleven el sello del paternalismo masculino*”, ou seja, *aqueles* é limitado pelos que defendem o

paternalismo masculino. Esta explicitação não ocorre no discurso feminista brasileiro, no qual seus opositores aparecem de forma indeterminada, em construções como *dizem que* ou *os que se opõem*, conforme analisamos no capítulo anterior.

O último comentário refere-se ao funcionamento do *nós* nas seqüência (16.4) e (16.5): este projeta dois coletivos, o das mulheres feministas e o das mulheres identificadas ou não com o feminismo, sendo que o *nós feministas* prevalece. Nestas duas seqüências, identificamos apenas um momento em que o *nós* pode ser ampliado para todas as mulheres como recorte referencial. Em (16.4), “*Acaso cabe otra actitud para quien [o homem] nada hace sin nosotras y tiene oídos sordos para nuestros reclamos de liberación?*” – *os homens não fazem nada sem as mulheres* (que não são necessariamente feministas) e não ouvem as reivindicações *da luta de libertação das mulheres* identificadas com o feminismo.

Apesar de ser um periódico publicado por uma instância organizada de um partido socialista, a *Revista Muchacha – por la liberación de la mujer* (ao menos o número a que tivemos acesso) não aborda as tensões entre feminismo e esquerda, nem declara sua vinculação partidária. Enquanto *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher* delimitaram como seu público prioritário as mulheres trabalhadoras e as dos setores populares e inseriram-se na polêmica em torno dos sentidos de *feminismo* a partir de sua identificação com a esquerda, *Muchacha* se autodenominou “el órgano de todas las jóvenes que tengan algo que decir sobre la liberación de la mujer, sea cual fuere su posición ideológica, política o religiosa. Lo que nos une es el deseo de luchar contra la opresión de la mujer.”⁶⁰ Esta diferença entre os periódicos feministas de esquerda do Brasil e da Argentina demonstra a particularidade das relações entre a FD feminista e o discurso da esquerda em cada uma das CP analisadas.

Na definição do papel da *Revista Muchacha* está expressa uma concepção de feminismo que atua a partir da *luta contra a opressão da mulher*, independentemente de outras formas de opressão, como a exploração de classe. No entanto, o foco são as mulheres trabalhadoras. Na edição n.2, por exemplo, há uma entrevista intitulada “Dialogo con una obrera”. Salientamos que a *Revista Muchacha* não usa a expressão *feminismo* e defende a “liberação da mulher”. Todavia, faz circular uma imagem de *feminismo* tanto por seu debate sobre a *luta pela libertação da mulher* quanto pela publicação na íntegra do

60 A imagem de *feminismo* como lugar de múltiplas tendências políticas será retomada em nossas análises sobre a imagem de *política* para o discurso feminista argentino, mais adiante neste capítulo.

manifesto da *Unión Feminista Argentina* (UFA), que discute explicitamente uma concepção de feminismo.

Uma característica de *Persona* é a recorrência de entrevistas, que são dirigidas tanto aos que defendem o feminismo quanto aos que abertamente o rechaçam, assim como a inclusão de depoimentos considerados pela revista como machistas e que são citados e comentados na seção *Visto y Oído*. Interessa-nos a análise destes gêneros porque são espaços de conflitos manifestos da FD feminista com outras FD. Neste caso, o *discurso outro* é o discurso das feministas:

- (17.1) “(...) No creemos para nada en los *argumentos esgrimidos por las feministas: la rivalidad, la castración, el odio al hombre*. Incluso en el ambiente en que nos movemos y en nuestro tipo de labor, fundamentalmente creativa, no encontramos ninguna traba.” Nota: Después de nosotras, el diluvio. (Seção Visto y Oído, P1, p.31, outubro1974)
- (17.2) ¿Que entienden por feminismo? / AG Hasta ahora lo que conocí en la Argentina de movimientos feministas no han logrado su objetivo. En general son grupos muy intelectuales de 12 minas unidas que hablan, bla, bla, bla... / GC Yo entiendo al feminismo como un ismo; como todo me parece un planteo parcial, lo que no quiere decir que sea negativo (...) yo *me resisto a la idea de que la mujer deba separarse del hombre para resolver problemas sociales, que la perjudiquen o que la afecten*. De eso yo todavía no me convenzo. (...) Ese es uno de los problemas que yo tengo con el feminismo. / MEO: El feminismo *no es separatista* (...) Hay separaciones de trabajos, de tareas, prácticamente de todo... (...) / AG: En principio estoy en contra del feminismo, incluso creo que es nocivo para la mujer porque *le vende una imagen tipo Hollywood, una imagen rosada de una realidad en la cual los derechos y obligaciones se comparten, y a través de eso la mujer accede a ser persona, porque está sojuzgada*. Creo que *el feminismo no lo inventaran las mujeres*, es producto de la sociedad, a la que el feminismo le venía bien y lo fomentó. (...) Es que el sistema necesita de válvulas de escape y *el feminismo es una válvula de escape*. Como necesitó a los hipies tal vez necesite al feminismo. Son movimientos que si permiten porque no dañan (...) Porque *a las otras clases* no se las oye hablar de feminismo. Están preocupadas con el *precio de la carne* y ese tipo de cosas. (...) No creo que ninguno *movimiento minoritario* puede modificar el medio. (Disparen sobre Persona, P3, pp.6-8, dezembro1974)

Neste recorte, o *feminismo* defende *la rivalidad, la castración, el odio al hombre* (em 17.1)⁶¹ ou ainda que *la mujer deba separarse del hombre para resolver problemas sociales, que la perjudiquen o que la afecten* (em 17.2)⁶². E se para o discurso feminista o sistema dominado pelo homem constrói a imagem da mulher frágil, submissa e incapaz, para o discurso que se opõe a ele, vende *una imagen rosada de una realidad en la cual los*

⁶¹ A sequência foi retirada da citação da resposta de produtoras de cinema a uma entrevista na revista feminina *Chabela*. O comentário irônico da redação de *Persona* inclui as feministas por meio do emprego do *nós*.

⁶² A sequência foi extraída da mesma entrevista referida em nota anterior, sendo que AG é ex-integrante do periódico *Satiricón* e GC é jornalista da revista feminina *Claudia*.

derechos y obligaciones se comparten, y a través de eso la mujer accede a ser persona, porque está sojuzgada (em 17.2). A expressão *realidad en la cual los derechos y obligaciones se comparten, y a través de eso la mujer accede a ser persona, porque está sojuzgada* poderia circular na FD feminista com um sentido de denúncia e anúncio de seu programa. No entanto, em uma FD oposta, compreendendo a FD como “matriz de sentido”, é produzido um efeito de crítica tanto à imagem de *mulheres subjugadas* e “não pessoas” do discurso feminista quando ao programa de igualdade que defendem (em que direitos e obrigações são compartilhados entre homens e mulheres), que não passaria de uma imagem distante da realidade. O programa feminista não teria sido criado pelas *mulheres*, mas pela *sociedade* como *válvula de escape do sistema*, já que o feminismo, como movimento minoritário de uma classe que não a trabalhadora não ameaça *o sistema*. A imagem de feminismo como alheio às classes trabalhadoras projeta-se pelo emprego do adjetivo *outras* (em *outras classes*), a *quem importa o preço da carne* e entre as quais *não se ouve falar do feminismo*.

Na construção da imagem de *feminismo*, assim como de *sexismo* e *machismo*, é recorrente a *definição* do significado dessas *palabras*, em uma postura didática que marca o funcionamento enunciativo do discurso feminista argentino:

- (18.1) Alrededor de ciertas palabras – palabras que cifran conceptos múltiples – se tienden espesas tramas de *confusión y malentendidos*. Tales pre-conceptos, prejuicios, acaban por confundirse en la mente del espectador con el fenómeno mismo, e impiden que se lo comprenda correctamente. (...) Una de esas anchas y complicadas murallas es la que se levantó ante la *palabra feminismo*. Varones y, por supuesto, mujeres, frente a su mención responden con gestos que van desde la sonrisa y el menosprecio hasta la irritación y la cólera. (...) *Es – será – la tarea de Persona disipar, dentro de la capacidad de nuestro medios, las capas que entorpecen el camino de la comprensión del hecho feminista. Podríamos decir, por ahora lo que el feminismo no admite, pero preferimos resaltar que es un instrumento para conocer la realidad, la realidad externa – social, relacional – tanto como la realidad interna – psicológica, emocional, mental. Es una herramienta cuyo funcionamiento permite seccionar lo histórico y lo cotidiano de modo tal como nunca antes fue intentado.* (...) Hay un antes e un después del feminismo, *un estadio que debe ser transitado obligatoriamente por cualquier teoría, sistema o ideología que pretenda comprender o modificar el mundo en que vivimos y las condiciones que lo rigen y rigen*. Soslayar el feminismo es cerrar voluntariamente los ojos a una luz que puede herirlos o deslumbrarlos pero que altera la percepción que tuvimos desde que la memoria triunfó sobre el olvido. (P1, editorial, p.4, janeiro/fevereiro1975)
- (18.2) *Feminismo es la lucha que todo el sexo femenino ha emprendido contra la supremacía masculina que impide la libre expansión de la personalidad femenina negándole derechos fundamentales y oprimiéndola con todos los deberes.* (P2, p.26, novembro1974)

De forma semelhante ao editorial da edição número seis do jornal *Nós Mulheres*, *Persona* em seu primeiro editorial assume a posição de não explicar o feminismo pela negação (a partir do que *o feminismo não admite*), o que sinaliza que há imagens negativas de feminismo em circulação das quais o discurso feminista deveria afastar-se. Elege como tarefa esclarecer os *mal-entendidos* e *confusões* em torno da palavra *feminismo*, explicando-a a partir da estrutura *o feminismo é* (também presente em 18.2). Como vimos no recorte dezesseis, esta postura não se manteve e, alguns números depois, em seu editorial, tais imagens foram negadas.

Constroem-se imagens de feminismo bem distintas das que circulam no discurso feminista brasileiro: em 18.2, *o feminismo é* uma *luta* (o sentido de luta é comum ao discurso feminista brasileiro) empreendida por todas as mulheres *contra a supremacia masculina*. A distinção entre luta *feminista* e *feminina* está ausente (assim como as lutas *gerais* e *específicas*) e o adversário é nomeado mais uma vez como *supremacia masculina*, que oprime as mulheres e nega-lhes a condição de serem pessoas ou a *expressão de sua personalidade*. Por sua vez, em (18.1), *o feminismo é um instrumento para conhecer a realidade* e significa um marco, pois teria modificado o olhar sobre a realidade, tanto a *externa* quando a *interna*, tanto o *histórico* quanto o *cotidiano*, representando uma novidade (*nunca antes* foi realizado). Por conta desse potencial, *cualquier teoría, sistema o ideología que pretenda comprender o modificar el mundo en que vivimos* deve passar pelo *feminismo* – como consequência desta noção, as feministas se dispõem a dialogar com outras vertentes políticas somente a partir da aceitação do feminismo.

Enquanto no Brasil e na Argentina *feminismo* aparece associado aos sentidos de *novo* e *atual*, no discurso feminista argentino constrói-se uma imagem de uma *mulher atual, moderna, nova*, o que não ocorre como regularidade no brasileiro:

- (19.1) Entre la multitud que puebla nuestras calles se distingue la figura de una *nueva mujer*. Decidida, estudiosa y trabajadora, ella avanza hacia el porvenir liberada de tabus y prejuicios, y con la seguridad de ser una persona. (Nuestra Portada, P1, p.2, outubro 1974)
- (19.2) *Hoy la mujer* esta en los albores del *despertar* de su personalidad; la mujer quiere tener historia; la mujer irrumpe en la historia. Para eso necesita encontrarse consigo misma, sacudir la pereza de su pensamiento, acostumbrada a adherir y dejar que otras hagan y decidan por ella, pare encontrar la originalidad femenina. “*Las mujeres, hoy* – dice Simone de Beauvoir –, están en camino de destronar el mito de la feminidad; *comienzan* a formar concretamente su

independencia, pero solo con gran esfuerzo logran vivir integralmente su condición de ser humano.” (P1, p.10, outubro1974)

- (19.3) P: Como ve Luisa Mercedes Levinson a su hija? / LISA: (...) Supongo que se podría decir que ella sintetiza a *la mujer actual*: inteligente, capaz, evolucionada, acorde con los tiempos y las necesidades del mundo que vivimos. / P: Ud recién refiriéndose a su hija lo hizo cotejandola con la *mujer actual*, valga entonces la repregunta: como ve a la *mujer actual*? / LISA: Creo que hablar de la *mujer actual* y no hablar de libertad no tiene demasiado sentido, en ese plano, la mujer ha ido conquistando más allá de libertades parciales como la libertad en el sexo por ejemplo su verdadera libertad, ha ido segundo la veo yo *asistiendo al nacimiento* de su libertad plena a través del descubrimiento y afirmación de su verdadera identidad, lo demás se desprende solo. (Luisa Mercedes Levinson Luisa Velenzuela - madre e hija, P3, p.29, dezembro1974)
- (19.4) Ellas [as filhas pequenas] hablan de “machismo” y “feminismo” como hablan de la leche y los juguetes. Es realmente gratificante para mi poder transmitir a las nenas lo que me hubiese gustado saber y vivenciar desde los primeros anos de la vida cuando todo es más fácil de vivir y comprender. De todos modos, la esperanza de que ellas como otras podrán quizá encarnar a “*la mujer nueva*” me alienta y estimula a esmerarme en la tarea de su educación con el mismo amor con que encaro las cosas importantes de mi vida. (Cartas - Nuestras hermanas nos escriben, P1, p.45, outubro1974)
- (19.5) *La mujer moderna* se encuentra frente a la situación de no tener modelos con que identificarse: tiene que crear ella misma *formas nuevas*. (P1, p.8, outubro1974)
- (19.6) La tendencia y maliciosa deformación que hacía de una “feminista” una mujer amargada, solterona, preferentemente bigotuda o bizca, en la actualidad ha sido reemplazada por la imagen de la “*mujer nueva*”. Una mujer mentalmente joven, vital, lúcida y decidida. (Manifiesto da Unión Feminista Argentina, M2, 1972)

Esta *mulher nova* está *nas ruas* (e não no espaço doméstico) e se distingue na multidão (o que nos remete às grandes cidades); é *decidida e avança* para o futuro, *liberada de tabus e preconceitos*. O futuro é anunciado, mas a *mulher nova* já está na sociedade atual. Sua condição de *trabalhadora* (supomos que a referência seja aos trabalhos extra-domésticos) e de *estudante* (consideremos o maior ingresso das mulheres nas universidades) constituem também sua identidade (em 19.1). Esta imagem é estampada na capa da primeira edição da revista *Persona*, na qual uma mulher em primeiro plano caminha de cabeça erguida em meio a uma rua movimentada.⁶³

Podemos contrastar a imagem de *mulher* construída na capa do primeiro número de *Persona* com a imagem da capa da primeira edição do jornal *Nós Mulheres*. Nesta última, estava estampada a frase “Quem somos?” e havia uma montagem com ilustrações de mulheres de diversas profissões e ocupações, etnias e idades, entre elas donas de casa, operárias, trabalhadoras rurais, estudantes, etc. Vale ressaltar que existiam neste momento

⁶³ As capas da primeira edição da revista *Persona* e do jornal *Nós Mulheres* compõem as figuras em anexo ao texto da dissertação.

periódicos feministas com este mesmo nome em diversos outros países, apesar das mulheres participantes do conselho editorial do *Nós Mulheres* negarem que tenham escolhido o nome por conta disso. O *nós* deste discurso tem sua referência delimitada por mulheres. A pergunta “Quem somos?” neste periódico considerado fundador da segunda onda do feminismo brasileiro delimita que no discurso feminista em questão não se trata de um *nós* fundado em um pré-construído, em um coletivo formado, e sim em um *nós* em formação.

A imagem de *mulher nova* é, ainda, no embate da FD feminista com sentidos depreciativos de feminismo e feminista produzidos em outro discurso (de mulher *amargurada, solteirona, bigoduda*), a imagem de feminista: *una mujer mentalmente joven, vital, lúcida y decidida* (em 19.6). No entanto, se a *nova mulher* já está nas ruas, em (19.5) ela também é uma possibilidade de identificação para as crianças de então, que poderão *encarná-la* com a inclusão das noções de *machismo* e *feminismo* desde sua infância.

A *mulher atual* ou a *mulher de hoje* é *inteligente e capaz*, de acordo com *o mundo em que vive* – ou seja, o mundo em transformações exige uma nova mulher, que além de *conquistar liberdades parciais*, está *nascendo* ou *despertando* com *a descoberta e afirmação de sua verdadeira identidade*, de *sua personalidade independente*, de *sua originalidade feminina* (em 19.2 e 19.3) – o que nos leva a retomar a imagem de *começo* e *nascimento* do recorte 6 do discurso feminista brasileiro: do *nós mulheres* que *estamos nascendo* (em 6.2) e *começando a nos impor, a nos valorizar como gente* (em 6.4). A partir da citação de Simone de Beauvoir, importante teórica feminista a quem *Persona* recorre com frequência, este *caminho* inclui destronar o *mito da feminilidade* (em 19.2). Esta mulher, qualificada ainda como *moderna*, enfrenta uma situação de falta de modelos para identificar-se e por isso *tem que criar ela mesma formas novas* (em 16.5). As novas possibilidades históricas de identificação das mulheres com posições sujeito constituídas *no* e *pelo* discurso, juntamente a práticas que não são discursivas e que também produzem identificação, participam da emergência do sujeito político *mulheres feministas* e de um lugar de enunciação das mulheres identificadas com essas posições.

A *mulher atual* vive um momento de *transição*, que, se por um lado pode significar a emergência de sua personalidade (a mulher como *pessoa*), por outro é um momento de

incerteza e da conciliação de múltiplas identidades que podem significar o acúmulo de tarefas:

- (20.1) Adhesiones: consisten en artículos primorosamente escritos, dedicados a nosotras en los que se *nos exhorta* a que sigamos estudiando y trabajando, así nos sale más rico el puchero, nos volvemos lindas y célebres (...) Digo yo ¿SE PUEDE HACER TODO ESO AL MISMO TIEMPO? Los artículos dirigidos a la mujer dicen o dan a entender que SI. Lo que no ponen, para que nos avivemos es que, viviendo así, llegaremos al infarto a los 35 años.(...) ¿PERO QUE SOMOS? ¿Una máquina multiuso? (...) Usando la lógica veremos que el Año Internacional de la Mujer es otra circunstancia aprovechada por los intereses internacionales para mantenernos desorientadas con argumentos contradictorios y carentes de toda lógica, en otras palabras, para que sigamos siendo *lo que se quiere que sea una mujer*: UTILIZABLES. (Diana Cobos, En nuestro país, año internacional de la mujer, P5, p.3-5, 1975, caixa alta do texto original)
- (20.2) GC: Yo creo que la mujer es muy vulnerable, está permanentemente agredida, *exigida y presionada* por un sistema de cosas *que la empuja a ser de una manera*, como dicen la mayoría de las revistas femeninas, como dice la televisión. / MEO: Hay una contradicción lo que ella quiere ser, y lo que *la sociedad exige que sea*. / GC: La *mujer actual* ni sabe lo que quiere... / MEO: A una mujer de clase media con una profesión liberal, se le presenta la opción entre ser madre y ser profesional? / JL: Pienso que puede integrar las dos cosas. Depende de cómo sea su pareja. Ahora la mujer tiene que *integrar una cantidad de roles* y eso puede crearle culpa, precisamente porque vive en un *momento de transición*. Antes la vida era más cómoda para la mujer. (Disparen sobre Persona, P3, pp.6-8, dezembro1974)
- (20.3) Es innegable que “LA BELLA DURMIENTE” esta *despertando* lenta pero integralmente. *La mujer es en la actualidad un ser en transición*. El modelo de la mujer coqueta, débil, bonita, seductora, manejadora de sutiles armas de dominación como su erotismo, prescindente políticamente, negadora de su entorno social y de intereses limitados a su cuerpo, su pareja y familia; es un estereotipo, que en la medida que la mujer se convierta *en una “persona”* independiente y activa, desaparecerá de nuestra sociedad. (...) Prominentes psicólogos hablan en la *actualidad* de una “*nueva conciencia del hombre*” de una “*transformación* en los modelos tradicionales de pareja y familia” (P3, p. 14, dezembro1974, caixa alta do texto original)

As mulheres vivem um *momento de transição* (em 20.2) e são *um ser em transição* (em 20.3): *transformam-se os modelos tradicionais de relacionamento e família* (em 20.3) e a mulher de classe média pode ser *mãe e profissional liberal* ao mesmo tempo (em 20.2), pode *estudar, trabalhar*, cuidar de sua beleza e das tarefas domésticas (em 20.1). *Integrar esta quantidade de papéis*, porém, pode gerar-lhe culpa ou mesmo a situação de *não saber o que quer* (em 20.2), na resposta de entrevistadas que não se assumem feministas, ou ainda significar a exaustão e a *utilização* da mulher, segundo *interesses internacionais*, como uma *máquina multi-uso* (em 20.1 a mulher chega ao infarto aos 35 anos!) para a FD feminista. Em (20.1), o funcionamento do *nós inclusivo* juntamente com a recorrência das interrogativas projetam a identificação das mulheres com a posição feminista que denuncia o acúmulo de tarefas ao qual estão submetidas as mulheres.

Os estereótipos de mulher em circulação podem ser questionados pela mulher que *desperta* (verbo similar a *nacer*, presente no recorte anterior) e pode surgir *como pessoa* (em 20.3), ao mesmo tempo em que a sociedade, as revistas femininas, a televisão e os artigos que aderem ao Ano Internacional da Mulher veiculam imagens de *mulher* que *pressionam, dizem, exigem e exortam* a mulher ao que ela deva ser. Retomamos a interpretação de Trebisacce (2010) de que a revolução nas comunicações, a veiculação de temas antes considerados privados nos meios de comunicação (especialmente nas revistas femininas) e a intromissão dos eletrodomésticos nos lares de uma parcela significativa da população argentina são alguns elementos do processo modernizador tão presente nos centros urbanos que se relacionaram com a emergência do feminismo dos anos 1970 e, completamos, com a constituição do discurso feminista.

A imagem da *mulher* como *pessoa* é oposta à imagem de *mulher* como *objeto*:

- (21.1) (...) nos han negado a las mujeres *la posibilidad de ser “personas”*, permitiéndonos solamente la socialización como *objetos* de y para consumo. Por eso, como símbolo premonitorio de nuestro triunfo final, elegimos PERSONA como nombre de nuestra publicación que, esperamos, cumpla nuestro propósito fundamental de información y desmitificación referido al ser humano MUJER. (P1, p.2, outubro1974)

- (21.2) Quiero ocuparme, en esta nota, de una agresión cotidiana que aparenta ser inofensiva. Caminar por una calle relativamente concurrida nos ofrece la posibilidad de recolectar una infinidad de frases agresivas que nos dirigen los varones. (...) ¿Por qué es agresiva esta forma de “seducción masculina”? Simplemente porque nos cosifica, nos convierte en un OBJETO. (...) Existe un mito – creado sobre una vieja astucia del opresor en hacer que el oprimido encuentre maravillosa su condición de tal – al cual responden muchas mujeres, que dice que en el fondo a nosotras nos encanta que nos digan burdos improperios elogiosos, nos halaga secretamente. (...) En otras palabras, si nosotras solo existimos como objeto sexual, nos sentiremos contentísimas cuando nos consideren un buen objeto sexual. En mi experiencia, es agotador enfrentar esta lucha cotidiana. (...) *Sé con certeza que esto no me sucede a mi sola y que somos muchas las que estamos hartas* de esta continua conducta machista, pero hay dos opciones. Por un lado, creer que es algo “*natural*”, inevitable, resultado de la “*innata atracción entre los sexos*”. Por el otro, considerar que estas manifestaciones nos degradan y que solo son una pequeñísima muestra de un sistema machista y sexista que nos oprime en todos los órdenes de nuestra vida. La primera es un mito, un autoengaño que fortalece nuestro sometimiento. Pensemos, probemos de tener en cuenta la segunda opción, comencemos a reconocernos como PERSONAS y pronto veremos los resultados de nuestra toma de conciencia. (El Machismo en la calle – o una agresión cotidiana, P2, p.54, novembro1974)

- (21.3) Prendemos el televisor y aparece el animador del programa (un hombre) rodeado de varias secretarias (mujeres) que borran el pizarrón, entregan las fichas, acompañan a los participantes del brazo y sonríen. Mientras tanto el animador dirige el programa. Que papel están cumpliendo las mujeres? Por qué nunca se ha visto “secretarios” en ningún programa de TV, a los que se les pague para hacer las tareas de estas chicas? Las secretarias son un objeto de *adorno* e por lo tanto deben mostrar sus piernas, ser lindas y sonreír: son *sumisas y dependientes*, obedecen las ordenes o sugerencias del animador, no piensan, ni hablan y solo pueden asentir. (...) Son la imagen viva, transmitida diariamente a millones de espectadores, del *rol que la sociedad reserva*

a la mujer: convertirse en un objeto sexual. La propaganda es una enorme maquinaria dirigida fundamentalmente a la mujer, para cosificarla y así poder vender más. (La Mujer Objeto Sexual, M2, 1972, negrito do texto original)

Neste recorte, em que o *nós* funciona como lugar de identificação de mulheres, projetadas como interlocutoras (em 21.1 e 21.2), é denunciada a coisificação da mulher por meio de sua socialização para que seja *objeto* e também pelo tratamento dispensado pela *televisão* e pela *propaganda* (em 21.3). Esta socialização faz com que se *naturalize* a imagem de objeto para a mulher (*a propaganda é dirigida fundamentalmente para ela*, em 21.3), que assume uma posição *submissa e dependente* (em oposição à imagem de *mulher nova*). As perguntas sobre por que os homens não ocupam o lugar de “secretários” nos programas televisivos funcionam como um convite à identificação às mulheres da posição feminista de que as *mulheres secretárias* são uma forma de coisificação da mulher.

No caso específico da *agressão* sofrida pelas mulheres, esta é considerada pelo *sistema machista e sexista* como “sedução masculina”, resultado da “inata atração entre os sexos” (as aspas usadas no texto marcam que a expressão tem seu sentido determinado por outra FD) e, pelo funcionamento de um *mito*, faz com que as mulheres sintam-se satisfeitas por serem consideradas como um *bom objeto sexual* (em 21.2). O *triunfo final* do feminismo é que as mulheres tenham a possibilidade a aceder à condição de pessoas (e por isso o nome *Persona* da publicação argentina), o que exige uma *tomada de consciência* diante de condutas machistas que atingem as mulheres e que são sentidas como tal por um conjunto de muitas mulheres. Na sequência (21.2), em *Sé con certeza que esto no me sucede a mi sola y que somos muchas las que estamos hartas*, a passagem da primeira pessoa do singular para o plural produz o efeito de que o que poderia ser a experiência de uma mulher única é, de fato, a experiência de um conjunto de mulheres. Trataremos mais detidamente da relação entre o *pessoal* e o *político* na opressão das mulheres em nossas análises sobre a imagem de *política* no discurso feminista.

Uma das imagens de *mulher* como *objeto* é a imagem de *mãe: objeto* a serviço do grupo familiar. Assim como no discurso feminista brasileiro, as imagens de *mulher mãe, esposa e dona de casa* estão presentes no discurso feminista argentino:

- (22.1) En la medida en que las mujeres mantenían sus instituciones colectivas era imposible derrocarlas. Con el surgimiento de la propiedad privada, del matrimonio monogámico y la familia, las mujeres

quedaron dispersas, convertidas cada una en una *esposa y madre solitaria en un hogar individual*. (...) Sin embargo, este proceso histórico es oscurecido o negado por los que se aferran al mito de que la institución matrimonial y familiar ha existido siempre y es inmortal. (LA MUJER en las sociedades primitivas – Evelyn Reed, P1, p.20, outubro1974)

- (22.2) Se oye decir a menudo que hay maridos que ayudan en las tareas domésticas. Esto quiere decir que él ayuda en una tarea que es de ella. (...) El marido que ambiciona progresar y ser retribuido con justicia toma la *esclavitud doméstica y la exploración económica de la mujer* como algo “*natural*” de su condición femenina. No quiere reconocer que la sociedad a través de la familia se apropia del trabajo de la mujer, porque él es el más inmediato beneficiado. (...) Si ella no lo hace, dicen los varones ¿quién haría? Por eso tiemblan de pavor ante la posibilidad de que la idea de *liberación femenina* pueda llegar a las mentes de sus *esposas-esclavas*. ¿Quién va a servirles cuando esto suceda? (...) También se beneficia el patrón del marido, porque con un salario viven dos personas, por eso el trabajo gratuito de la *ama de casa* beneficia al sistema y al marido y perjudica solamente a ella, la mujer. (P1, p.27, outubro1974)
- (22.3) GC: ¿Vos alguna vez pensaste que los hombres tienen pene y las mujeres no? /MEO: Las actividades humanas no se hacen ni con el pene ni con el vagina. Lo único que se hace... / GC: La más importante, la más superior de las actividades humanas, la única que permite la presencia de la especie humana en el mundo es la procreación. / MEO: Esta es una función, no una actividad. / GC: (...) a partir del hijo es una actividad. / MEO: Para los dos. / GC: Para mí la más superior de todas las actividades, funciones, vocaciones humanas la tiene la mujer. Por eso creo que es un ser superior. *La naturaleza la eligió para gestar la especie en ella porque es un ser superior. La naturaleza no se equivoca.* (Disparen contra Persona, P3, pp.4-11, dezembro1974)
- (22.4) La *mujer-madre* es la piedra fundamental de la *organización patriarcal*. (...) Se convierte a un *objeto* al servicio del grupo familiar que depende de ella. (...) Las feministas no somos una asociación de mujeres contra la maternidad sino que nuestra lucha por la liberación apunta a desmitificar la maternidad y liberar a la mujer de su *explotación como madre*. (Digamos la verdad – El mito de la maternidad, P5, p.9-10, 1975)
- (22.5) Es *bien conocida la imagen de la mujer casera*, o sea, sinónimo de mujer que lava, plancha, cocina, mujer que espera al marido con la comida servida, mujer haciendo compras, mujer cuidando chicos, *mujer esclava del hogar*. (El ama de casa, M2, p.4, 1972)
- (22.6) La mujer no es una criatura que *tenga que convertirse en madre*: es la criatura que *pueda ser madre*. (...) Los adversarios de la emancipación femenina están dispuestos, en definitiva, a renunciar a mucho capítulos de su polémica, pero no están dispuestos a dar ni un solo paso hacia atrás en este punto, en que *la mujer ha sido creada para la maternidad, que constituye su vocación natural*. (Se mujer ¿Destino o Decisión?, P1, p.32, outubro1974)
- (22.7) (...) los medios de difusión ayudan a convencer a la mujer de que “*ella es la reina del hogar*” para que la mujer no se dé cuenta de su *esclavitud*. (La profesión Ama de Casa – María Elena Odone, P1, p.25, outubro1974)
- (22.8) **LA MADRE** / En el pasado mes de octubre se festejó el día de *la madre*. Nos adherimos a ese festejo recordando la realidad de *la madre* en nuestra sociedad. / **Única trabajadora** que: / No está protegida por la ley. / No tiene sindicato. / No tiene jornada de ocho horas. / No tiene descanso dominical. / No tiene salario mínimo vital y móvil. / No tiene ningún reconocimiento a su trabajo silencioso. / Considerada jurídicamente inferior al varón, *es explotada por el sistema* que trata de negarlo, con regalos por un día, mientras la utiliza todo el año. (P2, p.6, novembro1974, negrito do texto original)

A mulher esposa e mãe é resultado de um processo histórico que derrocou as mulheres enquanto coletivo dispersando-as no lar individual (em 22.1) – como no discurso

feminista brasileiro, a imagem da casa é a do espaço de isolamento da mulher. À leitura histórica proposta pela teórica feminista Evely Reed, reproduzida em *Persona*, contrapõe-se a imagem da mulher como *ser criado pela natureza para ser mãe* (em 22.2, 22.3 e 22.6), sendo que *a natureza não se equivoca* (em 22.3) e determina os papéis sociais. O argumento de que *a natureza não se equivoca* constrói a maternidade como símbolo da *superioridade da mulher* (em 22.3) na FD antagônica à feminista e sustenta como pré-construído a interrogação *Vos alguna vez pensaste que los hombres tienen pene y las mujeres no?* dirigida às feministas (e aqui temos a memória da mulher definida como negação ou falta em relação ao homem). Tal pergunta foi rebatida pela resposta a partir da FD feminista de que as *atividades humanas* prescindem de *pênis ou vagina* (nesta afirmação, o órgão sexual feminino aparece em simetria com o masculino), ou seja, o que é *humano e histórico* não é determinado pela *natureza*. No discurso feminista, tratar a *mulher* como sinônimo de *mãe* é imposição social responsável pela opressão da mulher, que não *deve ser mãe, pode ser mãe* (em 22.6).

Busca-se convencer as mulheres (e os meios de difusão contribuem para isso, em 22.7, assim como os presentes distribuídos no Dia das Mães, em 22.8) de que ser *mãe, esposa e dona de casa* significa ser *a rainha do lar* (em 22.7), porém para o discurso feminista significa ser *a escrava do lar* (em 22.2, 22.5 e 22.7). A *esposa-escrava* (em 22.2) e a *mulher-mãe* (sendo esta *pedra fundamental da organização patriarcal*, em 22.4) padecem de *escravidão doméstica* e encarnam a *exploração econômica da mulher*. Esta exploração do trabalho das mulheres tem como *beneficiário direto o homem* (quem tem pavor da idéia de *liberação feminina*) e ainda beneficia o *patrão do marido* e o *sistema* – a *única prejudicada é a mulher* (em 22.2). Lembramos que no discurso feminista brasileiro, o *patrão* e o *sistema* econômico apareciam como beneficiados pelo *trabalho doméstico* feminino, sem que fosse recorrente a imagem de *homem* ou *marido* como beneficiário deste trabalho⁶⁴.

Em (22.8), as feministas argentinas organizam-se para denunciar *a realidade da mãe em nossa sociedade* na ocasião dos festejos do Dia das Mães: a *mãe*, mais uma vez,

⁶⁴ Esta imagem está presente no discurso feminista brasileiro nos quadrinhos da personagem *Bia Sabiá*, a exemplo da tirinha na edição número um de *Nós Mulheres* (ver figuras em anexo). No artigo *Procura-se uma esposa*, do qual retiramos uma sequência para compor o recorte número oito (no capítulo três), a busca da mulher por uma esposa também projeta a imagem de que o marido é beneficiário do trabalho doméstico por ela realizado.

aparece como *explorada pelo sistema* e tem sua imagem como *trabalhadora* que *não* tem os direitos trabalhistas dos demais trabalhadores e *não* tem *reconhecimento por seu trabalho* (o funcionamento da negação é preponderante na sequência). A denúncia funciona para a identificação das mulheres e configura um lugar de enunciação das mulheres que *não tem voz* para falar de seu *trabalho silencioso*. No entanto, não é projetada a imagem de *mãe* como protagonista do discurso – e sim como objeto de que se fala⁶⁵, diferentemente do que ocorre no discurso feminista brasileiro quando *mães* compõem um coletivo de luta (por melhorias nos bairros, por creche ou ainda em solidariedade aos seus filhos que combatem a ditadura militar).

As imagens de *mãe*, *esposa* e *dona de casa* exploradas no espaço-prisão da casa são articuladas na projeção da imagem da *mulher* como sem personalidade própria, identificada a partir do homem:

- (23.1) *Aisladas en el recinto hogareño*, con casa, hijos y marido a su cuidado, o trabajando en fábricas o oficinas y, además, con el correcto funcionamiento de casa y familia a su cargo, las mujeres soportan un horizonte reducido, *producto de excesivas tareas* que se acumulan sobre ellas o por falta de contacto directo con la sociedad en que vivimos. (...) Su interés se dirige principalmente al varón que tiene más próximos y a los hijos. (...) Y este *vivir desde el tú* es asimismo aplicable a su relación con las mujeres. Su trato estará *siempre mediatizado por la figura del varón*. (P1, p.5, outubro1974)
- (23.2) Nos parece oportuno referir aquí, lo que una adolescente escribió con relación al problema que venimos tratando [que a cultura leva o selo do masculino]: no conocí a una sola mujer, a medida que fui creciendo, que utilizara su cerebro, desempeñara su propio papel en el mundo y al mismo tiempo amara y tuviera hijos.” En efecto, hasta hace muy poco, aun hoy, lo común es que la niña sabe que va a la escuela (puede pensar hasta en ir a la Universidad), luego se casa, después es madre... pero es trágico cuando pasados los años se pregunta ¿Quién soy?... y solo puede decir: “*la mujer de...*”, “*la madre de...*” (P1, p.8, outubro1974)
- (23.3) Según Simone de Beauvoir “algún día se extinguirá el mito de la mujer: cuanto mas se afirmen las mujeres como seres humanos, cuando muera en ellas la cualidad de lo *OTRO*. Pero hoy existe en el corazón de todos los hombres. Todo mito supone un sujeto que proyecte sus esperanzas y temores hacia in cielo transcendente. Como *las mujeres no se plantean como Sujeto*, no han creado ningún mito viril en el cual se reflejen sus proyectos; carecen de religión o poesía que les pertenezca como propia y todavía suenan a través de los sueños de los hombres. Adoran a los dioses fabricados por los machos.” (P1, p.10, outubro1974)
- (23.4) Las *mujeres*, cada una “reina del hogar” *dispersas en su casas y en sus familias*, viven en un *aislamiento* que les impide reconocer en *ellas mismas y en sus hermanas* la explotación a que son sometidas. Perdidas en las células incommunicables de las familias tienen como único medio de

⁶⁵ Outras agrupações de mulheres na Argentina, também na década de 1970, organizavam-se a partir da identidade de mães. Entre elas, é emblemático o exemplo das *Madres de Plaza de Mayo*, movimento que iniciou sua atuação em 1977 e repercutiu mundialmente com sua denúncia da repressão, tortura, assassinato e desaparecimento de opositores do regime militar argentino de então (MORAES, 2003).

contacto con el mundo al varón-marido, padre o hijo. (La profesión Ama de Casa – Maria Elena Odone, P1, p.26, Outubro1974)

- (23.5) *Separar a las mujeres entre si significa privarlas de su identidad sustituida por la identificación subjetiva de cada una de ellas con su hombre.* (P5, p.28, 1975)

O isolamento da mulher no espaço da casa e da família, e a decorrente falta de contato e comunicação com a sociedade em que vive (em 23.1 e 23.4), ou o excesso de tarefas as quais é submetida (em 23.1) impedem que as mulheres se reconheçam como irmãs (em 23.4), como coletivo ou como *Sujeito* que possa fazer refletir seus projetos (em 23.3). Sua identificação é mediada pela *figura do homem* (*homem-marido, pai ou filho, único meio de contato com o mundo* (em 23.1, 23.2, 23.4 e 23.5)). Isso faz com que a pergunta de cada mulher por quem é (*Quem sou?*) possa ser respondida somente como “a mulher de...” ou “a mãe de...” (em 23.2). A mulher vive, então *desde o tu* (em 23.1), identificada na qualidade de *outro* (em 23.3) – e isto se aplica a sua relação com outras mulheres (em 23.1 e 23.4). A produção teórica de Simone de Beauvoir mais uma vez é reconhecida e legitimada na construção desta imagem de mulher sem personalidade; tanto a sequência (23.3) contém uma citação da autora, quanto a sequência (23.4) foi selecionada de um artigo jornalístico que ao final enumera em suas referências bibliográficas o livro *O Segundo Sexo*.

A imagem de mulher como *não-pessoa* ou *objeto* contrasta com a imagem da *nova mulher*, que aparece tanto como resultado do programa feminista (a mulher *liberada* e autônoma *em relação ao homem*), quanto do processo modernizador que impôs às mulheres novas identidades (e tarefas) além da de *mãe, esposa, dona de casa e objeto sexual*. É nesta tensão, em meio aos conflitos entre imagens de *mulher* e, especialmente, de *mulher moderna, nova ou atual*, que se insere a constituição de um lugar de enunciação das mulheres identificadas com o feminismo e a possibilidade de subjetivação das mulheres na FD feminista.

Esta tensão identificada em nossas análises está em consonância com a ressalva de Pêcheux (1981, p. 26) sobre as ideologias dominadas, alertando-nos para o risco de análises idealistas sobre os discursos de resistência:

(...) parece ser crucial afastar a ideia, tanto sedutora quanto falsa, de que as ideologias dominadas, por não serem o simples reflexo inverso da ideologia dominante, constituíam espécies de germes independentes: elas nascem no lugar

mesmo da dominação ideológica na forma dessas múltiplas falhas e resistências, cujo estudo discursivo concreto supõe abranger o efeito do real histórico que, no interdiscurso, funciona como causalidade heterogênea, e, ao mesmo tempo, o efeito do real sintático, que condiciona a estrutura internamente contraditória da seqüência intradiscursiva.

Mais tarde, Pêcheux (1982b) aborda “dois efeitos religiosos complementares”. O primeiro deles seria “localizar a fonte do processo revolucionário em um discurso teórico”. O segundo deles “consiste em pressupor, no interior do mundo existente, a existência de um germe revolucionário independente, presente no estado prático como essência certamente entravada, reprimida, dominada, mas prestes a fazer irromper” (PÊCHEUX, 1982b, p. 16). Este segundo efeito religioso atingiria formulações sobre a ideologia proletária e sobre o feminismo, por exemplo, vistos como “contra-ideologias revolucionárias”. Estas leituras cegam-se “ante ao fato de que toda dominação ideológica é antes de tudo uma dominação interna” e que “as ideologias dominadas se formam *sob* a dominação ideológica e *contra* elas, e não em um ‘outro mundo’, anterior, exterior ou independente”. (Idem, grifos do autor)

Retomadas estas contribuições, enfatizamos que as mudanças provocadas pelo feminismo no discurso político, expostas por meio de nossas análises, são assumidas como possibilidade de subjetivação na resistência à dominação ideológica, em que a determinação heterogênea do interdiscurso condiciona a contradição na seqüência intradiscursiva.

A imagem de *política* do discurso feminista argentino é bem distinta daquela projetada com maior regularidade no discurso feminista brasileiro. Se a *participação das mulheres* também é requerida pelo discurso feminista na Argentina, entretanto, não deve significar a adesão aos *partidos políticos*, constituídos dentro de uma *cultura masculina*:

- (24.1) Cuando hablamos de *política* no lo hacemos en *el sentido restringido de partidos políticos*. Vemos a la *supremacía masculina como un sistema político* en el sentido de que todos los hombres están confabulados para forzar a las mujeres a posiciones inferiores e improductivas. (...) Para poder *nosotras* formar un poderoso *movimiento político* debe ser un *movimiento* que responda a las necesidades de *todas las mujeres*. En el presente reconocemos diferencias económicas, raciales y de clase entre las mujeres, que evitan nos *unamos políticamente*. En nuestra esperanza que la concientización de grupos de mujeres diferentes nos ayudará a *comprendernos entre nosotras y formar un movimiento que responda a las necesidades de las mujeres* guiadas. Nuestros análisis se expanden, cambia a medida que más y más mujeres entran en el *movimiento* y contribuyen con su conocimiento y experiencia a ensanchar y corregir *nuestra comprensión de la opresión*. (CONCIENTIZACIÓN, por Mabel Suarez, P1, pp.38-39, outubro1974)

- (24.2) ¿Qué determina al *feminismo* a agrupar mujeres de inclinación política diversa? (...) Por obra de la distribución de roles en función del sexo – el *sexismo* – se confina a la mujer a un ámbito reducido. (...) Su condición de mujer, por lo tanto, se antepone a su ubicación en una clase social determinada, si bien dentro de cada clase su subordinación al varón tomará apariencias diversas. De este modo, *la participación de la mujer en los partidos políticos reflejará intereses que no le pertenecen* estrictamente. Tanto aquéllos que preservan la sociedad sobre la que rigen como los que quieren modificar los lineamentos de una sociedad, *los partidos políticos tienen como objetivo la toma del poder político*. (...) La toma del poder político es una situación a dirimirse entre aquellos cuyos intereses están cuestionados: *los varones*. Que la *mujer participe – participación* que generalmente le es solicitada – significa que lo hace en acciones que no le son de conveniencia primera. (...) Por lo demás, la estructura misma de los *partidos políticos* sigue el *esquema de dominación*, de definición de las relaciones en términos de lucha, de con o contra, de superior e inferior. Esquema que parte de la primera, fundamental relación en que un ser humano domina a otro, lo somete, lo coloniza: la relación varón-mujer. (...) Es así que la mujer inserta en un *partido político* estará incluida en un orden que es el de la *cultura masculina* (...) (editorial, P2, p.4, novembro1974)

Falar de política não significa tratar dos *partidos políticos*. Para o discurso feminista em análise, deve-se reconhecer que a *supremacia masculina é um sistema político* (em 24.1) e que os partidos têm como objetivo a *tomada do poder político* em uma disputa entre os *homens* (em 24.2). Além do que, os partidos políticos seguem um *esquema de dominação* que parte da *fundamental relação de dominação da sociedade: a relação homem-mulher* (24.1 e 24.2). Como vimos anteriormente na análise da imagem de feminismo, a *subordinação da mulher ao homem*, o *sexismo* (em 24.1) ou *supremacia masculina* (24.2) antepõem-se à questão de classe (nas duas sequências do recorte). Portanto, a *participação das mulheres nos partidos políticos* não representa seus interesses primeiros, independentemente do posicionamento destes partidos e o *feminismo*, por sua vez, pode *agrupar tendências políticas diversas* pela liberação das mulheres de *sua opressão* (em 24.2).

Para levar a cabo seus interesses, as *mulheres* devem *unir-se* em um *poderoso movimento político* que *responda às necessidades de todas as mulheres*. Reconhece-se que *diferenças econômicas, raciais e de classe evitam a união política das mulheres*. No entanto, os *grupos de conscientização* feministas podem abrigar cada vez mais as mulheres em sua diversidade de condições, o que faria com que estas se *compreendessem*. O feminismo aparece como espaço de reformulação a partir da experiência e conhecimento das mulheres que participam do movimento que fazem com que a compreensão de sua opressão se *amplie* e seja *corrigida* (em 24.2). Nesta sequência, o *nós* inicialmente refere-se a *feministas* e depois inclui *todas as mulheres*: em vemos a *la supremacia masculina como*

un sistema político, vemos refere-se exclusivamente às feministas; já em *En el presente reconocemos diferencias económicas, raciales y de clase entre las mujeres, que evitan nos unamos políticamente, reconocemos* refere-se exclusivamente às feministas e *unamos* tem um funcionamento inclusivo, inclui as feministas e as mulheres, que são suas interlocutoras, produzindo como efeito o convite à participação política e a projeção de um coletivo identificado com esta posição sujeito feminista .

As mulheres ouvirem-se para que *se comprendam* faz parte da imagem de *política* projetada no discurso feminista – a *identificação* dos problemas individuais como *coletivos* significa um *ato político* das mulheres:

- (25.1) Persona entiende que *el problema individual no es una excepción* sino que repite de una manera o de otra un mismo diseño. Por esto, y porque es desgarrante, ser mujeres, *preferimos que hablen los testimonios y análisis personales* antes que la teoría – si bien la teoría dará los cimientos para interpretar adecuadamente esos testimonios. *Que, al identificar sus problemas con los ajenos, las mujeres se conozcan mejor.* (P1, p.5, outubro1974)

- (25.2) Otra manera en que la *cultura masculina* se niega a asumir el problema de política sexual es reduciendo en las colectividades, la femenina y la masculina, a una *interminable variedad de situaciones puramente individuales* a partir de las cuales todos son casos *únicos*, asuntos *privados* de dos personalidades que deben adaptarse. Este *método* es conveniente para encubrir la desagradable realidad de las relaciones sexuales si las empezáramos a ver en términos generales de *clase/casta* como hemos aprendido a hacerlo con *las razas*. (P1, p.18, outubro1974)

- (25.3) El grupo comenzó a sentir que había un error en la idea de los varones ‘ayudando’ a las mujeres en las tareas domésticas. Esto quería decir que el ayudaba en mi tarea. (...) Después de escuchar varias opiniones resultó muy claro que este asunto de “ayuda” no era un *detalle sin importancia* de nuestras vidas. *Era un hecho político.* (...) En esta reunión de *concientización* tomé conciencia de varios *detalles* para mí sorprendentes. Podíamos empezar a descubrir *nuevas formas de relación entre nosotras.* (...) En el movimiento feminista y especialmente en la concientización me encontré con *mujeres concientes* de que *no es posible resolver en forma personal sus problemas mientras la supremacía masculina en todas sus formas formales e informales existiera.* (...) Es difícil comprender como *nuestra opresión es política* (organizada) sin antes separarla del área de *nuestros problemas personales* y si no hablamos entre nosotras de los llamados *problemas personales*, y cuanto de esos problemas son compartidos con otras mujeres, no podremos ver como estos problemas están enraizados en lo político. (...) Tradicionalmente, una de las pocas cosas permitidas a nosotras las mujeres son nuestros *sentimientos.* (...) *Sentimiento y intuición* pueden ser una de las claves para elaborar un *análisis político* que nos resulte interesante. (CONCIENTIZACIÓN, por Mabel Suarez, P1, pp.38-39, outubro1974)

- (25.4) Existe una expresión acuñada por una feminista que dice: “*Lo personal es político*”. ¿Cuál es el contenido de esta fórmula? ¿A que alude? ¿Qué alcances tiene? (...) Los actos cotidianos, las pequeñas conductas diarias, el círculo de relaciones inmediatas adquieren una fisonomía distinta al ser considerados, no en calidad de *trivialidades*, sino como manifestaciones de la ubicua *cultura*. Por esta vía cambiando el entramado de todos los días, pueden modificarse las pautas culturales. El feminismo propone la utilización de la materia diaria. (...) *Tomar conciencia* de las pautas culturales que la rigen, desentrañar el grado de idealización y sometimiento, da humillaciones y deificación a que fue y es constreñida es un *acto político*. Una reunión de mujeres tratando de su *vida privada* (...))

es un acontecimiento con escasos precedentes (...), *es hacer política* en el mejor sentido del término, *es empezar a transformar la cultura*. (editorial, P2, p.4, novembro1974)

- (25.5) Las mujeres debemos *tomar conciencia* del *sufrimiento* y *necesidades comunes*. Este *sentimiento de colectividad* es el que nos va a ayudar a comprender *que nuestros problemas no son individuales sino problemas sociales* que todas compartimos. (Juliet Mitchel, P2, p.12, novembro1974)

Reduzir os *problemas* (em 25.5), *humilhações* (e, 25.4), *sofrimentos* e *necessidades* (em 25.5) das mulheres a casos *únicos* (em 25.2), *excepcionais* (em 25.1), *individuais* (em 25.1 e 25.5), *privados* (em 25.2 e 25.4), *pessoais* (em 25.3) ou a *trivialidades* (em 25.4) e *detalhes* (em 25.3) é, para o discurso feminista argentino, um *método que encobre a realidade das relações sexuais* (em 25.2). Consequentemente, a *tomada de consciência* (em 25.3 e 25.5) das mulheres do caráter *social* (em 25.5), *cultural* (em 25.4), *compartilhado* (em 25.3 e 25.5), *comum* (em 25.5), enfim, *político* (em 25.3 e 25.2), destes *problemas* faz com que *se conheçam melhor* (em 25.1) e produz entre elas um *sentimento de coletividade* (em 25.5). Esta paráfrase construída em nossa análise a partir da regularidade das imagens que compõem o recorte poderia expressar o efeito de sentido da expressão “o pessoal é político” no discurso feminista argentino.

Pode-se afirmar que a palavra de ordem “O pessoal é político” expressaria esta politização do cotidiano, do privado, do doméstico, do individual que ocorre no discurso feminista. Tal palavra de ordem foi difundida entre diferentes correntes do feminismo internacional, desde os anos 1960. Segundo Lamoureux (2009, p. 211),

[...] o feminismo que se recompôs a partir do final dos anos 60 fez um uso no mínimo polissêmico dessa expressão. Há de fato um abismo entre os grupos de consciência do feminismo italiano, centrados sobre a análise do “vivido”, e a compreensão do social a partir das experiências pessoais e das práticas mais ideológicas do movimento francês de libertação das mulheres. No entanto, no mundo inteiro os grupos feministas se reconheciam nessa expressão e faziam dela um elemento crucial de seu radicalismo.

A relação entre o que se considera público e privado em nossa sociedade é constitutiva do lugar de enunciação das mulheres no discurso feminista. “Certamente os contornos do privado e do público variaram de acordo com a época, mas ainda assim podem-se verificar algumas constantes: o governo é sempre competência do público, enquanto o doméstico faz inevitavelmente parte do privado” (Lamoureux, 2009 p.208). Antiga no pensamento político, a distinção entre público e privado está em jogo no discurso

feminista, pois o espaço público é o espaço mais privilegiado socialmente, as mulheres foram historicamente associadas ao espaço privado e o discurso feminista propicia um lugar de enunciação das mulheres e para as mulheres que intervêm na arena pública das disputas políticas. A construção de um lugar de enunciação público e, pelo exposto, legítimo, intervém na relação de forças entre sentidos na sociedade.

Os grupos feministas de *conscientização* ganham extrema importância em meio a esta concepção do *fazer político* como *transformação da cultura* (*mujeres tratando de su vida privada es un acontecimiento con escasos precedentes*, em 25.4), pois proporcionam *novas formas de relação entre as mulheres* por meio de encontros em que estas *falam entre elas* de seus *problemas pessoais*, *identificam-nos com os alheios* e *tomam consciência* de seu caráter *político*. Nas análises realizadas internamente a estes grupos, têm lugar os *sentimentos* e a *intuição* das mulheres (que são tradicionalmente excluídos de outros métodos de análise política). Se os *problemas* não são *individuais*, tampouco sua resolução pode dar-se de *forma pessoal*: a organização no movimento feminista é a forma de enfrentamento da supremacia masculina (em 25.3).

Esta relação entre o pessoal e o político resulta na proposta editorial da revista *Persona* de apresentar antes os testemunhos e análises pessoais das mulheres, para então interpretá-los com base na teoria (em 25.1). Esta proposta traduz-se na inclusão de crônicas, entrevistas com mulheres e testemunhos em meio às matérias. No entanto, a presença da teoria feminista como lugar de legitimação e constituição do discurso feminista é muito forte – são reproduzidos fragmentos de textos, citam-se as teóricas feministas e há uma seção de resenha de livros na qual os títulos feministas figuram frequentemente, o que quase não ocorre nos periódicos brasileiros – pese os diferentes públicos aos quais se dirigem. Interessante em (25.1), em *preferimos que hablen los testimonios y análisis personales antes que la teoría*, é o funcionamento exclusivo do *nós* (refere-se somente às feministas editoras de *Persona*) seguido da exclusão do locutor no coletivo de mulheres em *al identificar sus problemas con los ajenos, las mujeres se conozcan mejor*. Esta passagem do *nós exclusivo* para o coletivo das mulheres como exterior às feministas produz como efeito o tom didático do discurso feminista em relação às mulheres que podem aderir ao feminismo.

Certamente a noção de que o pessoal é político não se restringe a esta escolha editorial dos periódicos feministas. O próximo recorte reúne sequências que, por diferentes funcionamentos, aproximam-se do cotidiano e das experiências pessoais da mulher projetada como interlocutora do discurso feminista:

- (26.1) Joven mujer ¿que respuesta tenés a estas preguntas? / ¿Alguna vez no tuviste ganas de llamar por teléfono a algún un chico para invitarlo a pasear? / ¿O de sacar a bailar un muchacho que no conocías pero que te gustaba? (...) ¿Por qué no hacemos nada de eso? ¿Por qué los muchachos si pueden hacerlo? / Quizás a vos, como a mi, te da mucha bronca a ir a un baile sin pareja, porque te resulta ridículo pararte en exposición para que te elijan... (...) Y saber que en todos lados se acepta una doble moral: los varones poden y deben tener relaciones sexuales prematrimoniales, las mujeres NO... (Joven Mujer, M2, p.3, 1972)
- (26.2) *Queridas hermanas: ¿habéis meditado alguna vez sobre el profundo significado que tienen para nosotras esos tres feriados del almanaque llamados “Fiestas”? Yo sí. Lo estoy haciendo ahora, la mirada perdida en el infinito y los codos apoyados en el carrito del supermercado.* (Diana Cobos, *Vivencias y evidencias. Un momento de meditación: las fiestas*, P3, p.43-44, dezembro1974)
- (26.3) Quién dijo que hemos nacido / para la casa, para el hogar? / Quién cuida de nuestros hijos / si decidimos ir a estudiar? / Qué hombre tiene el derecho / de presionarnos a renunciar / a toda una carrera / este es el precio de poder amar / (...) / Porque cuando crecemos / se nos educa para servir / al hombre como se fuera / solo un hombre el porvenir? / Porque a igual trabajo / menor salario a la mujer / quién duda que es explotada / tanto en casa como en el taller? / Mujer, mujer / ayúdanos a luchar / por tu libertad, / ¡Abajo el mito de la debilidad! (Gladys, Himno de la mujer, M2, p.12, 1972)

O funcionamento da interrogação como forma de interpelação e subjetivação das mulheres identificadas com o feminismo está presente em todas as seqüências do recorte. Em (26.1), projeta-se com o uso da segunda pessoa do singular uma interlocutora sensibilizada pelos questionamentos propostos, a partir da reflexão sobre sua experiência de vida e do diálogo com um uma mulher única projetada pelo funcionamento do *eu* na posição de locutor (como em *Quizás a vos, como a mi, te da mucha bronca...*). Na questão *¿Por qué no hacemos nada de eso?*, o locutor inclui-se no coletivo das “mulheres jovens” e desloca a experiência individual acionada pelo uso da primeira e da segunda pessoa no singular no diálogo entre *eu* e *tu* para uma experiência comum a um grupo.

A pergunta *Por que não fazemos nada disso?* funciona como denúncia do irrealizado da história, mas não parece produzir efeitos de certeza como na denúncia afirmativa analisada anteriormente por diversas vezes em nosso trabalho. O efeito é de provocação das interlocutoras para aderirem ao *nós* (afinal, como você aceita essas condições e cala-se diante delas?), constituindo um lugar de identificação para as mulheres

– e a possibilidade de outra enunciação no lugar da interrogação sobre os porquês de homens e mulheres terem papéis sociais diferenciados ou da denúncia na forma afirmativa de que *em todos os lados se aceita uma dupla moral*.

Sobre a relação entre o real e o imaginário nas revoluções, Pêcheux (1982b, p. 8) afirma que “(...) a questão histórica das revoluções concerne por diversas vias ao contato entre o visível e o invisível, entre o existente e o alhures, o não-realizado ou o impossível, entre o presente e as diferentes modalidades da ausência”. A questão da linguagem e da irrupção do irrealizado relaciona-se ao processo de interpelação ideológica dos indivíduos em sujeitos, ou seja, supõe o retorno aos pontos de resistência e revolta sob a dominação ideológica.

No discurso feminista, a denúncia do real e visível (a opressão das mulheres) e o questionamento sobre a posição das mulheres diante do não-realizado na história (a emancipação das mulheres) projeta no discurso, como imaginário, a realização do programa feminista: com a subjetivação das mulheres identificadas com o feminismo, a partir da revolta e resistência contra sua opressão, torna possível a realização do que até então era impossível e não-realizado.

Em (26.2), as experiências individuais e cotidianas das mulheres são comuns. Pelo vocativo *queridas irmãs*, as mulheres são interpeladas a *meditar* sobre os sentidos compartilhados (*significado para nós mulheres*) das festas. A imagem do interlocutor que propõe por meio da interrogativa a reflexão é a de uma mulher que dialoga com as demais enquanto faz compras em um supermercado – situação com a qual cada uma das interlocutoras pode se identificar. A ironia na descrição da cena (*o olhar perdido no infinito e os cotovelos apoiados no carrinho de supermercado*) remonta o acúmulo de tarefas a que as mulheres são submetidas e que ao menos permite um momento sem trabalho para as mulheres *meditarem* sobre sua condição.

Em (26.4), o *Hino da Mulher* estrutura-se em versos marcados pela interrogativa. O *nós* refere-se a mulheres como coletivo e o funcionamento da interrogativa mais uma vez denuncia a situação das mulheres em enunciados como *Quién dijo que hemos nacido para la casa, para el hogar?*. Em *Mujer, mujer / ayúdanos a luchar / por tu libertad*, o *nós* refere-se às feministas engajadas na *luta* que diz respeito à mulher projetada como

interlocutora única em *tu libertad*. A exclamação a final do poema também funciona como convocatória para a identificação das interlocutoras com o programa feminista.

A escolha por estes gêneros, em lugar de um manifesto, por exemplo, é indício das mudanças que o feminismo proporcionou ao discurso político e também a materialização plural da palavra de ordem “O pessoal é político” no discurso feminista argentino, que remete às experiências dos grupos de reflexão e conscientização dos anos 1970 e à politização de assuntos antes considerados privados como a família e a sexualidade. Este recorte contrasta com o funcionamento mais teórico e programático do discurso feminista argentino, quando a definição dos fundamentos do feminismo é presente (a exemplo do recorte dezoito) e as mulheres são ensinadas a reconhecerem seus problemas pessoais como políticos (como na sequência 25.1), em um discurso didático.

Para concluir nossas análises sobre a relação entre pessoal e político no discurso feminista argentino, construímos um recorte que consideramos representar um acontecimento discursivo, pois produz uma imagem de que não são as experiências pessoais de todas as mulheres que se relacionam ao *político* do feminismo. Na entrevista promovida pela revista *Persona* com jornalistas de revistas femininas e periódicos diários, uma das entrevistadas contesta o feminismo a partir de sua experiência pessoal:

(27) MEO: El feminismo *no* es separatista (...) Hay separaciones de trabajos, de tareas, prácticamente de todo (...) / GC: Esa no es mi experiencia. / MEO: Pero estamos hablando de problemas sociales, no personales; estamos generalizando. / GC: Por eso, pero estás diciendo una cosa que ya no es mi experiencia, lo que invalida todo el planteo. / MEO: Es que no estamos hablando de tus experiencias personales, estamos hablando de feminismo. / GC: Pero el feminismo no es mi problema... / MEO: De acuerdo, el feminismo no es tu problema. El feminismo trata problemas comunes a la mayoría de las mujeres... (Disparen sobre *Persona*, P1, pp.4-11, outubro 1974)

O feminismo acusado de *separatista* é defendido por Maria Elena Odone (MEO) com o argumento de que as separações do que cabe às mulheres e aos homens são exteriores ao feminismo. A contestação direta é feita por um *eu* que reporta a experiência pessoal de uma mulher: *Esta no es mi experiencia*, o que invalidaria a denúncia feminista. Neste ponto, em uma entrevista polêmica, um esclarecimento a partir da posição da feminista no discurso parece-nos revelador – o feminismo não trataria dos problemas de cada uma das mulheres e de todas elas ao mesmo tempo, mas dos *problemas comuns à maioria das mulheres*. Não é este o efeito imaginário produzido nos recortes que analisamos, nos quais o *feminismo* aparece como polêmico para homens e mulheres, mas se

projeta como um lugar de identificação possível para todas as mulheres, em sua pluralidade de condições, a partir de sua compreensão mútua por meio do compartilhamento de suas experiências individuais e de uma análise política na qual participam seus sentimentos e intuição.

Apontada a heterogeneidade do discurso feminista, partimos para sua proposição de uma *nova consciência* e um *novo conceito de poder*:

- (28.1) Somos cantidad suficiente para *alterar el curso de la historia cambiando los valores fundamentales, y efectuando un cambio total de conciencia*. No podemos reconstruir valores *a menos que reestructuremos la personalidad*. Pero no podemos hacerlo ni resolver los crimines económicos *a menos que acabemos con la opresión de todos, a menos que terminemos con la idea de violencia, de dominación, de poder*. (P1, p.18, outubro1974)
- (28.2) Todo programa de liberación femenina debe partir de la base de que la liberación *no toca sólo* la igualdad (idea liberal-burguesa de liberación) *sino que* afecta EL PODER. (...) La liberación de las mujeres *no solo* significa *cambiar la conciencia* y las *estructuras sociales* *sino que* ese cambio debe tener como consecuencia la *transferencia a las mujeres del poder monopolizado por los varones*. *La naturaleza misma del poder cambiará*, puesto que a través de la historia *el poder* ha sido definido en términos sexistas (¿Qué es la liberación de las mujeres? - Susan Sontag, P2, p.12, novembro1974)
- (28.3) No se cambia el mundo cambiando los hombres por otros en el poder, se lo cambia *cambiando el concepto mismo de poder, o sea el concepto patriarcal*. Por qué *el hombre no quiso compartirlo con la mujer*, las revoluciones nobles fracasaron. (P2, p.22, novembro1974)

O poder *monopolizado pelos homens* deve ser *transferido* (em 28.2) e *compartilhado* (em 28.3) com as mulheres, o que significará a transformação da *idéia* (em 28.1), *conceito* (em 28.3), *natureza* (em 28.2) do *poder*, que é o *conceito patriarcal* (em 28.3), definido em *termos sexistas* (em 28.2). O funcionamento da negação seguida de proposições condicionais (*no.... a menos que*, em 28.1 e *no solo... sino que*, em 28.2), em um forte tom didático, produz como efeito a articulação e causalidade entre vários objetivos políticos ao mesmo tempo em que projeta um futuro utópico. A negação como revelador do *discurso outro* sugere a circulação da proposição destes objetivos políticos como desarticulados ou combinados de outra forma – uma das formas de organizar estas proposições, como vimos, é defender a transformação das estruturas econômicas como causadora da transformação da opressão das mulheres.

O futuro utópico como modalidade de constituição do sujeito é trabalhado por Insaurrealde (2005) em sua análise sobre o sujeito subversivo da última ditadura militar brasileira. No discurso feminista, principalmente no discurso programático feminista, que

enuncia a situação da mulher na sociedade futura, com a concretização do programa feminista, ocorre a projeção deste futuro. De forma específica, a autora estuda os efeitos de sentido da estrutura sintática do condicional hipotético. Sobre esta temática, afirma que “a estrutura do condicional funciona como um determinante do sujeito, uma vez que, ao projetar-se um futuro utópico, se preenchidas certas condições de realização, põem-se em funcionamento posições-sujeito sustentadas pela ideologia” (Insaurralde, 2005, p. 46).

Mais adiante em seu texto, a autora esclarece que o futuro utópico que interessa ao seu trabalho “é o futuro que é investido de memória, investido do interdiscurso, mas que traz uma negação implícita: o que virá a ser ainda não é. Um futuro que constitui o sujeito – o sujeito é pego na projeção imaginária de um futuro, que é projeção do desejo.” (Ibidem, p. 77) Como “efeito de sentido mais contundente”, o futuro utópico produz um “efeito de certeza”, pois “quando se projeta o futuro utopicamente, ele já está lá, completo, no sonho, sem questionamento” (Ibidem, p. 80). Novamente deparamo-nos com o encontro da ideologia e do inconsciente no processo de subjetivação que constitui o sujeito do discurso.

Em (28.1), para a alteração do curso da história, deve-se mudar os valores fundamentais e efetuar uma transformação total da consciência, o que *não* ocorrerá *a menos que* haja a reestruturação da personalidade. Por sua vez, os objetivos de reestruturar a personalidade e resolver crimes econômicos *não* podem ser levados a cabo *a menos que* se acabe *a* opressão de todos e seja suprimida a idéia de violência, dominação e poder. Já em (28.2), o programa de liberação feminina deve partir da base de que *não* toca *somente* a igualdade *senão* afeta o poder; a liberação feminina *não* significa *somente* a transformação da consciência *senão* deve ter como consequência a transferência do poder dos homens às mulheres. A estrutura dos condicionais e a negação (implícita ou não) do que *ainda não é* (o poder destituído de sua forma patriarcal) projeta o futuro utópico: a natureza do poder se transformará (em 28.2) e ocorrerá uma transformação total da consciência (em 28.1). Se os condicionais revelam polêmicas internas ao discurso feminista e deste com outros discursos, realizadas as condições enunciadas, o futuro utópico produz um efeito de certeza ao projetar imaginariamente o não-realizado na história e, em seu funcionamento, constitui-se como uma modalidade de subjetivação das mulheres com o feminismo.

Para a construção de novos sentidos para a política, as mulheres reivindicavam sua própria voz para dizer de sua condição, sentimentos, desejos e pensamentos: não queriam

mais ser objeto do discurso produzido por vozes masculinas. A luta feminista, portanto, incluiu a disputa por um lugar de enunciação das mulheres e para as mulheres que expresse o programa feminista:

- (29.1) Desde el fondo de los siglos, a lo largo de la historia, en nuestros días también, *son predominantes voces masculinas, estallando con mil ecos, las que determinan lo que es o siente la mujer, lo que no debiera y lo que tiene que hacer, el espacio que se le permite ocupar. Creemos que es tiempo de probar el sonido nuestra garganta* que a veces será grito, otras mesurada voz y a menudo llanto o aullido; pero que tratará de estar limpio de acentos que distorsionen el mensaje que procura dar: cómo vive, cómo piensa, lo que siente en verdad, que proyectos de futuro tiene la mujer actualmente. Sólo incorporando estos *nuevos puntos de vista*, estos enfoques nuevos, se puede acceder a concepciones más amplias que desplieguen un abanico mayor de posibilidades para la situación de la mujer en el mundo y de las relaciones mujer-varón. Y todo bajo el signo de la igualdad entre los sexos. (editorial, P1, p.4, outubro1974)
- (29.2) “Podemos asegurar que el conocimiento que los hombres tienen de las mujeres, de cómo han sido y son, sin referencia a lo que podrían ser, es imperfecto y superficial y lo seguirá siendo hasta que *las mujeres mismas cuenten* todo aquello que tienen que contar” (John Stuart Mill, Historia de los Prejuicios Masculinos, P1, p.50, outubro1974)
- (29.3) Persona: cuales son los sentimientos y pensamientos que generalmente se ocultan, que está detrás de apariencias inofensivas, que coerciones se ejercen sobre la mujer – y ella sobre si misma – para impedir la expansión de sus potencialidades, el libre ejercicio de su autonomía en tanto ser pensante. Y en esos ámbitos *Persona deja que resuene la voz – o el eco – de cada mujer. (...) Decir en palabras* lo que tradicionalmente se encuentra tácito resulta de una *incomodidad enorme* – tanto para los varones como para las mujeres. (...) *No es sin oposiciones* que puede cumplirse la trayectoria hacia una nueva forma de conciencia a respecto de la situación de la mujer. (editorial, P3, p.2, dezembro1974)

As mulheres, com o feminismo, podem ter *voz* (em 29.1 e 29.3) – e os periódicos feministas fazem ressoar a *voz (ou eco) de cada mulher* (em 29.3) em sua projeção imaginária como lugar de dizer de cada uma e de todas as mulheres. A tomada da palavra pelas mulheres significa um gesto político e coloca-se em meio a *vozes preponderantemente masculinas* (em 29.1), causando conflitos relativos aos lugares de enunciação legitimados historicamente. As mulheres tomarem a palavra significa sua transformação em sujeito de dizer e não mais objeto do que se diz. O *ponto de vista* dos homens que *determina o que a mulher é e sente, o que deveria e o que tem que fazer, o espaço que é permitido a ela ocupar* (em 29.1) representa um *conhecimento imperfeito e superficial*. Este ponto de vista permanecerá *até que as mulheres contem tudo aquilo que têm que contar* (em 29.2), até que a *voz das mulheres* diga sobre *como a mulher verdadeiramente vive, pensa e sente*, produzindo *novos pontos de vista e novos enfoques*

que ampliem o olhar sobre *a situação da mulher no mundo* e sobre as *relações entre mulheres e homens* (em 29.1).

Esta tomada de palavra das mulheres, entretanto, *não ocorre sem oposições. Dizer em palavras o tácito, os pensamentos e sentimentos que geralmente se ocultam, resulta em um incômodo enorme – tanto para os homens como para as mulheres* (em 29.3). Torna-se dizível publicamente o que antes se restringia ao espaço do privado ou nem mesmo era formulado como objeto do discurso em um processo que constitui um novo *lugar de enunciação*.

Em nosso trabalho, mobilizamos a noção de *lugar de enunciação* para pensar os efeitos produzidos por uma enunciação em relação ao lugar a partir do qual é proferida e, ainda, a relação deste lugar com um mecanismo estrutural do qual retira sua eficácia. Procuramos apreender a relação entre funcionamentos enunciativos com o fundamento discursivo da representação política. Com base no trabalho de Zoppi-Fontana (2002, p. 16), compreendemos que a problemática abordada através da noção de lugar de enunciação poderia ser resumida como “uma reflexão sobre a *divisão social do direito de enunciar e a eficácia* dessa divisão *e* da linguagem em termos da produção de efeitos de legitimidade, verdade, credibilidade, autoria, circulação, identificação, na sociedade” (grifos da autora).

A noção de lugar de enunciação é inserida “no quadro teórico da figura da interpelação e considerando o processo de constituição do sujeito do discurso nas relações de identificação estabelecidas com a forma-sujeito e as posições sujeito definidas nas FD que o afetam” (ZOPPI-FONTANA, 2002, p. 18). Dito de outra maneira, esta noção baseia-se em conceitos do materialismo histórico, como forma-sujeito e interpelação ideológica, os quais apresentamos em nosso capítulo teórico, e propicia a reflexão da seguinte questão:

como pensar a “eficácia ideológica” (possibilidade de dizer, efeito do dizer) de um discurso sem cair nas armadilhas de reduzi-la a um puro efeito de linguagem, no seu funcionamento genérico-retórico-argumentativo (apagamento da história) nem descrevê-la como projeção (imediata ou mediada) de uma topografia de lugares sociais institucionalmente definidos (apagamento da língua). (Idem, p. 21)

Os lugares enunciativos fariam parte do processo de constituição do sujeito nas relações de identificação/interpelação ideológica, que seriam definidas não somente em relação aos elementos de saber de uma FD, mas também em relação aos modos de dizer

como esses elementos aparecem nas sequências discursivas. No discurso feminista, em suas reformulações em uma rede de enunciados, os funcionamentos da denúncia, do futuro utópico, da negação e das interrogativas configuram modos de dizer/modalidades enunciativas que constituem, em relação aos elementos de saber da FD feminista, a interpelação/subjetivação que delimitam as posições sujeito nesta FD e lugares enunciativos.

Rebelando-se e resistindo às vozes alheias, a discursos que se opõem ao feminismo e à emancipação da mulher como sujeito do seu dizer, as mulheres constituem um lugar de dizer próprio. Na formulação do discurso feminista que afirma seu gesto de tomar a palavra e assumir a autonomia do seu dizer, apoiamos nossa opção por referir-nos constantemente a este lugar de enunciação como *das* mulheres e não *para* as mulheres. Discutindo as publicações femininas e feministas, as feministas afirmam que as primeiras eram feitas *para* mulheres, enquanto as outras eram *das* mulheres. As *vozes masculinas* e as outras vozes ouvidas pelas mulheres em sua socialização dizem *para* as mulheres como elas são e devem ser. Com este comentário objetivamos justificar nossa escolha terminológica, apesar de reconhecermos que o discurso feminista também constitui um lugar de enunciação para as mulheres que assim identificam-se com esta posição.

Considerações finais

A partir da perspectiva teórico-metodológica da AD, nos propusemos a discutir o processo de constituição de um lugar de dizer das mulheres no discurso feminista no Brasil e na Argentina nos anos 1970, quando as mulheres disputaram os sentidos de política e conquistaram a possibilidade de dizer a partir de posições sujeito identificadas com o feminismo. A análise comparativa das regularidades e dos acontecimentos no discurso permitiu a delimitação de semelhanças, diferenças e especificidades dos protagonistas do discurso assim como “do objeto de que se fala” projetados imaginariamente no discurso feminista nos dois países. Também interessamo-nos pelos modos de dizer do discurso feminista que configuraram um lugar de enunciação coletivo das mulheres e para as mulheres no discurso e na história, como parte do processo de formação do sujeito político *mulheres feministas*.

Para alcançar nosso objetivo geral, nos propusemos a delimitar os elementos que compõem a FD feminista e sua relação com outras FD, com a memória discursiva e o interdiscurso, considerando os embates de sentido nas CP particulares do discurso feminista no Brasil e na Argentina. Os conceitos de FD, CP e interdiscurso foram revisitados nos autores que se inscrevem na teoria da AD materialista. A revisão bibliográfica realizada no quadro teórico de nossa pesquisa não teve um caráter exaustivo; antes, buscou situar as principais noções mobilizadas em nossas análises relacionando-as ao *corpus* do discurso feminista. Nesta perspectiva, com nossas análises, procuramos justificar a delimitação de uma FD feminista como unidade aberta e heterogênea, em que se configuram diversas posições de sujeito.

Procuramos explicitar e justificar nossas escolhas para delimitação do *corpus* discursivo da pesquisa. As opções teórico-metodológicas que viabilizaram nosso gesto de leitura e nossa proposta de tratar do discurso feminista brasileiro e argentino consideram a diversidade das experiências feministas nos anos 1970. Tal diversidade certamente não se esgota no discurso feminista, que é uma das materializações do feminismo, e tampouco os funcionamentos discursivos analisados no *corpus* constituído principalmente a partir da imprensa feminista expressam toda heterogeneidade desse discurso. A partir dos teóricos da AD, sinalizamos algumas reflexões sobre critérios de identificação das formações discursivas: a delimitação e fechamento de uma FD é efeito imaginário para o sujeito que enuncia e também é efeito imaginário da proposta e do produto da análise empreendida

pelo analista do discurso. É desta perspectiva que tratamos no decorrer do texto do “discurso feminista brasileiro”, do “discurso feminista argentino” e da “FD feminista”.

Com base nas regularidades discursivas, apresentamos uma síntese das análises das formações imaginárias de *feminismo*, *mulher* e *política* no discurso feminista no Brasil e na Argentina, parte das CP deste discurso, assumindo como perspectiva a noção de que a FD funciona como espécie de “auto-dicionário” ou “matriz dos sentidos”. Incluímos alguns dos modos de dizer do discurso feminista, que retomaremos mais adiante, e seus embates de sentido com outras FD:

No Brasil, o feminismo é um espaço de discussão dos problemas gerais e dos problemas específicos das mulheres em função da realidade brasileira e está difundido internacionalmente, com diferentes vertentes; é um movimento de luta das mulheres enquanto mulheres, contra sua opressão, e, junto com os homens, por uma sociedade justa e democrática. No discurso feminista, projeta-se a imagem de que as mulheres que lutam no feminismo são prioritariamente as das classes trabalhadoras e populares (apesar de efetivamente no movimento feminista deste período as mulheres de classe média terem maior expressão); também são mães, donas de casa, estudantes, profissionais e intelectuais. As feministas defendem-se dos que se opõem aos sentidos de feminismo, em FD antagônicas a ele ou internamente à esquerda, campo com o qual este discurso feminista identifica-se: o feminismo não é a luta das mulheres contra os homens e sim contra a sociedade capitalista, a ditadura militar e a forma como homens e mulheres são socializados para desempenharem diferentes tarefas, que são valorizadas diferentemente. As mulheres não alcançarão sua libertação enquanto houver desigualdades sociais e falta de democracia, mas não são suficientes as transformações econômicas para a superação de sua opressão, o que exige que se organizem autonomamente como coletivo que sofre diretamente com a opressão. O feminismo significa para as mulheres um marco: um começo de sua valorização como gente; a participação das mulheres na política, entendida por muitos como um espaço do homem; a possibilidade de organização política das mulheres que leve em conta sua condição de mulher; a inclusão de temas que interessem especificamente às mulheres nas lutas gerais, nos sindicatos, nos partidos. As feministas denunciam que a socialização das mulheres, desde sua infância e em todos os lugares (casa, escola, trabalho, rua), produz como efeito a naturalização do que seria sua função: mãe e esposa,

responsabilizadas pelos cuidados com as crianças e os trabalhos domésticos. Para o programa feminista, as mulheres devem ter a maternidade como opção (e não imposição) e o sexo deve ser separado da procriação. A casa como espaço das mulheres dificulta seu contato com outros trabalhadores, com os problemas gerais da sociedade e com outras mulheres, enfim, sua participação política. O trabalho doméstico realizado pelas mulheres no espaço privado é denunciado publicamente (assim como a imagem de que a mulher mãe e esposa é a rainha do lar, construída por uma FD oposta à feminista); projeta-se o programa feminista em defesa de sua socialização por meio da divisão de tarefas entre o casal e para que o Estado construa equipamentos públicos como lavanderias, restaurantes e creches. As mães, esposas e donas de casa tornam-se sujeito político da luta, especialmente pela construção de creches. O programa feminista toca temas antes afastados da política, como a família, a moral, a sexualidade e a educação das crianças.

Na Argentina, o feminismo, ou o movimento de liberação das mulheres, é a luta internacional das mulheres contra sua opressão, contra o predomínio do sexo masculino sobre o feminino, pela possibilidade das mulheres acederem à condição de pessoas, por uma nova concepção de poder e uma nova consciência livres do sexismo. Isso não implica que seja uma luta contra os homens ou que envolva o ódio aos homens (como defende uma FD antagônica à feminista), embora o feminismo leve as mulheres a enfrentarem os homens, porque eles sustentam a supremacia machista (ou masculina), entendida como um sistema político (falocrático, sexista) em que os homens determinam o caráter do poder, as leis, a sexualidade, as religiões, enfim, dirigem a vida social e política e impõem uma cultura masculina. Se o significado profundo de feminismo é de liberação de todos, homens e mulheres, como o sistema político vivido beneficia os homens, e por isso é defendido por eles, a luta feminista é necessariamente uma luta autônoma das mulheres, unidas por sua condição comum de oprimidas em sua diversidade de posicionamentos políticos, etnias, classes, idades, apesar das dificuldades concretas de se levar a cabo a organização desta pluralidade de mulheres. Nega-se o clichê, atribuído aos partidos de esquerda, de que a emancipação de homens e mulheres seja um processo recíproco. O feminismo também é um instrumento para conhecer a realidade cotidiana e histórica e é imprescindível para qualquer proposta de mudança social. São denunciados os impedimentos do sistema para que a mulher expresse sua personalidade, entre os quais a imposição da maternidade como

função natural da mulher é fundamental. A mulher mãe é explorada por seu trabalho doméstico e escravizada no espaço da casa. Esta função de mãe soma-se a outras e a mulher atual é sobrecarregada com um excesso de tarefas e é assediada pelos meios de comunicação, especialmente pela imprensa feminina e pelas propagandas dirigidas às mulheres, que dizem como ela deve ser e agir. A mulher vive um momento de transição: ao mesmo tempo em que é a não-pessoa ou identifica-se a partir do homem, contraditoriamente não tem modelos com os quais se identificar. A mulher atual é aquela que está nas ruas, estuda, é decidida, trabalha e avança para o futuro, despojada de preconceitos e tabus. Esta se aproxima da imagem da mulher identificada com o feminismo, que deixa de ser a partir dos homens, compartilha com outras mulheres sua condição política de opressão (que não é pessoal ou individual), criando um sentimento de coletividade entre as mulheres (que são irmãs), o que pode fazer emergir a personalidade feminina para além da mulher objeto construída na socialização e difundida pelos meios de comunicação. Os grupos de conscientização são um espaço propício para isso. O feminismo permite que as mulheres tenham voz e digam o que realmente são para além do paternalismo masculino.

A análise do discurso feminista argentino e brasileiro baseada nas formações imaginárias de *feminismo*, *mulheres* e *política* em um recorte sincrônico para a composição do *corpus* acabou por privilegiar a análise do dito. No entanto, a partir da AD, reconhecemos que o não-dito e o silenciado produzem sentidos. Nesta perspectiva, gostaríamos de mencionar que houve bandeiras políticas não-ditas (ou pouco ditas) nas CP particulares do discurso feminista brasileiro e argentino dos anos 1970 e que, na década posterior, foram centrais para o movimento, como a luta pelo fim da violência contra a mulher, que se iniciou no final dos anos 1970 no Brasil.⁶⁶

Nossa proposição de que há uma FD feminista como matriz de sentidos do discurso feminista brasileiro e argentino sustenta-se nos elementos comuns a estes discursos: a imagem de feminismo como um movimento de luta atual, internacional e com diferentes vertentes formado por mulheres que se identificam a partir de sua opressão. Esta opressão é

⁶⁶ O slogan “Quem ama não mata” marcaria a luta contra a violência infligida às mulheres por seus parceiros, que teve como um de seus momentos marcantes o assassinato de Ângela Diniz, uma mulher da alta sociedade, por seu namorado Doca Street, em 1976. No julgamento do assassino, impressionaram os argumentos de que ele tinha agido sob “forte emoção” e “em defesa da honra”. O réu foi condenado por conta da pressão do movimento feminista, acompanhada da repercussão midiática.

construída na socialização desde a infância que impõe papéis diferenciados a homens e mulheres (e valoriza diferentemente o que associa ao masculino e ao feminino), tendo como um dos seus pontos principais o argumento de que a vocação natural da mulher é ser mãe, o que limita sua atuação ao espaço doméstico, onde, também como esposa e dona de casa, realiza um trabalho que é ao mesmo tempo necessário e desvalorizado socialmente. O feminismo denuncia o trabalho invisível e silencioso das mulheres, propõe que as mulheres possam optar pela maternidade (se querem ser mães e quantos filhos querem ter), questiona a diferente moral no sexo para homens e mulheres e defende que as mulheres vivam sua sexualidade independentemente da função de procriação. A luta feminista é uma perspectiva de atuação das mulheres na qual elas têm voz para questionar o que é a política e levar ao espaço público temas antes considerados privados e pessoais, como o trabalho doméstico, a sexualidade, a família e a educação das crianças.

Como diferença principal entre o discurso feminista brasileiro e argentino está a imagem de homens como opressores e beneficiários diretos da opressão das mulheres, configurada como sistema político da supremacia masculina, presente no discurso feminista argentino e ausente no brasileiro. Este último, em forte diálogo com a esquerda, articula a luta feminista à luta da classe trabalhadora por sua libertação, da qual homens e mulheres participam juntos. Outra diferença que nos parece importante é o maior diálogo do discurso feminista argentino com as imagens de mulher construídas pela propaganda e pelos meios de comunicação. O arco de alianças do feminismo, principalmente com a esquerda e com os movimentos populares, as conjunturas das ditaduras militares e a diferente relação do movimento com o processo de modernização em cada um dos países parecem-nos definidores das identidades e dos programas feministas.

As diferenças do discurso feminista brasileiro e argentino configurariam diferentes posições de sujeito no interior desta mesma FD, considerada heterogênea e instável devido ao deslocamento de suas fronteiras pelo interdiscurso (em nossas análises, destacamos a invasão por elementos pré-construídos que vêm de outro lugar, ou seja, de outras FD, e se repetem na FD feminista, como a imagem da mulher mãe por natureza). No interior da FD feminista funciona um conjunto de posições de sujeito como modalidades particulares da identificação do sujeito da enunciação com a forma-sujeito da FD feminista e os efeitos discursivos específicos que estão ligados a ele. As modalidades particulares de

identificação que constituem as diferentes posições-sujeito no interior da FD feminista, ou ainda, de forma geral, a identificação/interpelação do sujeito à forma-sujeito da FD feminista define-se em relação aos elementos de saber reformulados na FD (entre os quais as imagens de *feminismo*, *mulheres* e *política*), mas também, conforme propõe Zoppi-Fontana (2002), aos modos de sequencialização que configuram diferentes lugares enunciativos.

Nas reflexões sobre as relações enunciativas do discurso feminista, interessou-nos particularmente o funcionamento do *nós político* e a passagem do *eu* que projeta no discurso a imagem de uma mulher única para o *nós* projetado como lugar de identificação das mulheres com as posições-sujeito do discurso feminista. Também destacamos os funcionamentos da denúncia, das interrogativas, da negação e do futuro utópico. A descrição destes funcionamentos permitiu-nos apreender a constituição de um novo lugar de enunciação coletivo das mulheres e para as mulheres a partir da descrição dos processos discursivos que representam imaginariamente os lugares sociais e as posições que funcionam como espaço de identificação no qual as mulheres se constituem/significam como feministas e enquanto tais como novo sujeito político.

A posição sujeito feminista no discurso brasileiro é construída com mais regularidade a partir da imagem das protagonistas do discurso como donas de casa e mulheres que acumulam a dupla jornada de trabalho, que são mães e esposas – seja na posição de denúncia da opressão da mulher como de formulação do programa feminista, nos depoimentos de uma mulher particular ou na formulação do *nós* mulheres. Podemos depreender também, com menor regularidade, uma posição sujeito identificada com o feminismo desde a constatação de que as mulheres ocupavam cada vez mais lugares no espaço público – tanto por sua maior participação política quanto por sua maior inserção em algumas atividades do mundo do trabalho. Vimos ainda a posição sujeito das feministas negras e sua identificação a partir da denúncia de que o racismo é um preconceito a mais (e o silenciamento das mulheres lésbicas no *corpus* analisado, o que não permite a subjetivação no discurso a partir dessa posição, que estaria presente com maior regularidade no discurso feminista dos anos 1980).

No discurso feminista argentino, a posição sujeito feminista de maior regularidade é a da mulher que vive os conflitos de um momento de transição, em que as imagens

tradicionais de mulheres, família, relacionamento estão em transformação. Esta mulher fica insatisfeita e indignada com o tratamento que homens, meios de comunicação e propaganda dispensam-lhe. Também se constitui no discurso como posição sujeito a mulher emancipada, que se destaca em sua profissão ou que ocupa espaços antes considerados exclusivamente masculinos. A posição sujeito da feminista constitui-se na denúncia do caráter político da opressão sentida como pessoal por cada uma das mulheres, mas também por um afastamento em relação ao coletivo das mulheres oprimidas produzido pela presença de um discurso teórico e programático em tom didático.⁶⁷

O novo lugar de enunciação das mulheres torna politizado e dizível publicamente o não-dizível até aquele momento. A denúncia, um dos processos discursivos identificado no discurso feminista, faz parte de um movimento de publicização de fatos que estariam restritos ao espaço do privado. Além disso, as barreiras do público e do privado são questionadas por este dizer, que rompe e inova diante dos outros dizeres do político que circulavam na sociedade na década de 1970 (CESTARI, 2008). Araújo (2000, p. 160) discorre sobre esse ponto, em suas considerações sobre a imprensa feminista brasileira:

se um dos caminhos da política alternativa era buscar unir o público e o privado; tornar político o que antes era considerado assunto pessoal, íntimo e subjetivo; levar em conta e politizar emoções, sentimentos e relações pessoais e laços familiares; dar importância à transformação do cotidiano e às questões domésticas do dia-a-dia; falar de amor e sexo, de dor e frustração, de alegria e esperanças individuais, valorizando as experiências pessoais, o vivido e a troca dessas experiências – o movimento feminista e sua imprensa são os melhores exemplos desta concepção de política.

Na análise do discurso feminista, compreendido como discurso de resistência e revolta, procuramos explicar a causalidade heterogênea do interdiscurso que condiciona a contradição na seqüência intradiscursiva e as repetições e rupturas do dizer. Em uma conjuntura de organização de diversos setores sociais pela revolução social ou contra as ditaduras militares, de transgressão das fronteiras do político, das contradições do processo de modernização, a partir do questionamento dos espaços da política e do privado, o feminismo produziu um acontecimento histórico e, desta forma, gerou falhas no ritual de

⁶⁷ Nossos apontamentos sobre o tom didático no discurso feminista argentino baseiam-se em análises de recortes que constituímos a partir da Revista *Persona*. Não identificamos funcionamento similar nos documentos da UFA ou na Revista *Muchacha*.

assujeitamento ideológico, rompendo o círculo de repetição da condição das mulheres na sociedade e permitindo o surgimento de novas posições sujeito na história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. L. G. de. **Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris**. Campinas, SP: 2010. Dissertação de Mestrado.

AEBISCHER & FOREL (1983) Introdução In: Aebischer & Forel (orgs.) **Falas Masculinas, falas femininas?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

ALVAREZ. S. E. The (trans)formation of Feminism(s) and Gender Politics in Democratizing Brazil In **The Women's Movement in Latin America: Participation and Democracy**. Ed. Jane S. Jaquette. 2.ed. Boulder, CO: Westview Press, 1994.

ANDÚJAR, A. Prefácio In: **Historia, Género y Política en los '70**. Buenos Aires: Ed.Feminaria, 2005.

_____. [et al.] (org.) **De minimafaldas, militancias y revoluciones – Exploraciones sobre los 70 en la Argentina**. Buenos Aires, Ed.Luxemburg, 2009.

ARAUJO, M. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ATEM "25 de Noviembre". Feminismo socialista en los 70. In: **Brujas publicación feminista Año 25, n.32**. Buenos Aires, 2006. p. 63-100.

BENVENISTE, E. (1966) **Problemas de Lingüística Geral**. Trad. M. G. Novak & M. L. Neri. Campinas, Ed. Pontes, 2005.

_____. (1974) **Problemas de Lingüística Geral II**. Trad. Eduardo Guimarães et al. 2ª edição. Campinas, Ed. Pontes, 2006.

BODINE, A. Sexocentrismo e pesquisas lingüísticas. In: **Falas masculinas, falas femininas?** Forel & Aebischer (orgs). São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991.

BRAVO, N. El discurso de la ditadura militar argentina (1976-1983). Definición del opositor político y confinamiento - "valorización" del papel de la mujer en el espacio privado. In: **Utopia y Praxis Latinoamericana, v.8, n.22**. Maracaibo, 2003.

CARDOSO, E. P. **Imprensa feminista brasileira pós-1974**. São Paulo: Dissertação de mestrado defendida na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2004.

CECYM. Feminismo por feministas – fragmentos para una historia del feminismo argentino 1970-1996. In: **Travesías 5- temas del debate feminista contemporâneo**, 1996.

CESTARI, M. J. Imprensa Feminista Brasileira na década de 1970: um lugar de enunciação público e legítimo das mulheres. **Língua, Literatura e Ensino**, 03, 2008. p.107-116.

_____. Nós político no discurso feminista dos anos 1970 **Anais do SETA**, n.4, 2010. p. 779-792.

CIRIZA, A. (coord.) **Intervenciones sobre ciudadanía de mujeres, política y memoria. Perspectivas subalternas**. Buenos Aires, Ed.Feminaria, 2008.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed.Record: Rosa dos Tempos, 1997.

CORRÊA, M. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, n.16, 2001. p. 13-30.

COSSE, I. Los nuevos prototipos femeninos en los anos 60 y 70: de la mujer doméstica a la joven “liberada”. In: Andújar [et al.] (org.) **De minimafaldas, militancias y revoluciones – Exploraciones sobre los 70 en la Argentina**. Buenos Aires, Ed.Luxemburg, 2009.

COURTINE, J.J. (1981) **Análise do discurso político. O discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos, Edufscar, 2009.

FONTANA, B. & OSTERMANN. Linguagem, gênero e sexualidade: uma introdução. In: Fontana & Ostermann (org.) **Linguagem, gênero e sexualidade: clássicos traduzidos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

GEFFROY, A. Les nous indistincts. In: **Mots**, Ano 1985, vol. 10, número 1. p. 5-8

GIL LOZANO, F. Surgimento de practicas proprias. In: ANDÚJAR, A. [et al.] (org.) **Historia, Género y Política en los '70**. Buenos Aires: Ed.Feminaria, 2005.

GOLDBERG, A. **Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberalização em ideologia liberalizante**. Rio de Janeiro, UFRJ, IFCS, 1987.

GRAMMÁTICO, K. Las mujeres políticas` y las feministas en los tempranos setenta: ¿un dialogo (im)posible?. In: Andújar, A. et al. (comps.) **Historia, género y política en los '70**. Buenos Aires: FFYL-UBA / Feminaria, 2005. p. 19-38.

GUILHAUMOU, J. Nous/voustous: La fête de l'union du 10 août 1793. In: **Mots**, Ano 1985, v. 10, número 1. p. 92-108.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: F.Gadet & T.Hak (orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

INSAURRALDE, L.R.I. **O sujeito subversivo: uma leitura da tragicidade**. Campinas, UNICAMP, 2005.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. 2ed. rev. e amp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

LAUDANO, C.N. **Las mujeres en los discursos militares**. Ed. Página 12. Buenos Aires, 1995.

LAMOUREUX, D. Público/Privado In: HIRATA, H. [et al.] (orgs.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo, Ed. UNESP, 2009. p. 208-213

MAIER, E. Acomodando lo privado en lo publico: experiencias y legados de décadas pasadas. In: Nathalie Lebon e Elisabeth Maier (orgs.) **De lo privado a lo público: 30 anos de lucha ciudadana de las mujeres en América Latina**. México: Siglo XXI, UNIFEM, LASA, 2000. p. 29-49

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso: (re)ler Pêcheux hoje**. Campinas, SP: Pontes, 2003.

MARIANI, B. O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP. UNICAMP, 1998.

MATOS, I. de. Gênero e história: percursos e possibilidades. In: SCHPUN, M.R. (Org.) **Gênero sem fronteiras – oito olhares sobre mulheres e relações de gênero**. Florianópolis, Ed. Mulheres, 1997.

MORAES, M.L.Q. Feminismo, Movimento de Mulheres e a (re)construção da democracia em três países da América Latina. Campinas, SP: Primeira Versão n21, IFCH/Unicamp, 2003.

_____. **Marxismo e feminismo no Brasil**. Campinas, Ed. do IFCH-UNICAMP, 1996.

_____. O encontro marxismo-feminismo no Brasil In: Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis (orgs). **História do Marxismo no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 341-353

ORLANDI, E.P. (1983) **A linguagem e seu funcionamento, as formas do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____. O lugar das sistematicidades lingüísticas na Análise do Discurso In: **Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**. Vol.10, nº2. São Paulo, SP: PUC-SP e Abralín, 1994.

_____. **Discurso e texto: formação e circulação de sentidos.** Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. (2002) **Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos.** Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. Apresentação. In: **A inquietação do discurso: (re)ler Pêcheux hoje.** Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. Análise de Discurso. In: Lagazzi-Rodrigues & Orlandi (org). **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

PAYER, M. O. Escrever, (d)enunciar a verdade, sugerir sentidos. In: Mariani (org.) **A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e em psicanálise.** São Carlos: Editora Claraluz, 2006. p.59-70

PÊCHEUX & FUCHS (1975). A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: Gadet e Hak (org.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** 3ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997. p.163-252

PÊCHEUX, HENRY, HAROCHE (1971). A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: Baronas (org.) **Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva.** São Carlos, SP: Pedro e João Editores, 2007.

PECHÊUX, M (1969) Por uma análise automática do discurso. In: Gadet e Hak (org.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Campinas, Ed. Unicamp, 1997. p. 61-162

_____. (1969b) Les sciences humaines et le “moment actuel”. In: **La Pensée.** França, 1969. p. 62-79.

_____. (1975) **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução Eni Pulcinelli Orlandi... et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

_____. (1981) O Estranho espelho da análise do discurso. (prefácio) In: COURTINE, J-J. **Análise do discurso político – o discurso comunista endereçado aos cristãos.** São Carlos, Edufscar, 2009.

_____. (1982a) Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E.P. (org.) [et al] **Gestos de Leitura – Da história no discurso.** Tradução: Bethania S.C. Mariani [et al] 2ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 55-66

_____. (1982b) Delimitações, inversões e deslocamentos. Trad. José Horta Nunes. In: **Caderno de Estudos Lingüísticos 19 – O discurso e suas análises.** Org. Eni Pulcinelli Orlandi e João Wanderley Geraldi. Campinas, 1990. p. 7-24

_____. (1983a) A análise de discurso: três épocas. In: Gadet e Hak (orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, Ed. Unicamp, 1997. p. 311-318

_____. (1983b). **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2008.

PEDRO, J. Narrativas fundadoras do feminismo. In: **Revista Brasileira de História**, v. 26, nº 52. São Paulo, 2006. p. 249-272

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo, SP: Ed.Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, A. As viagens das teorias. In: Moraes, L. (org). **Gênero nas fronteiras do Sul**. Campinas, Ed. Pagu/Unicamp, 2005.

RAGO, M. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. **Labrys Estudos Feministas**, número 3, janeiro/julho 2003.

SAUSSURE, F. (1916) **Curso de Linguística Geral**. São Paulo, Cultrix & Ed. USP, 1969.

SCOTT, J. Prefácio a Gender and Politisc of History In: **Cadernos Pagu** (3). Campinas, Ed. Unicamp, 1994.

SARTI, C. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. In: **Cadernos Pagu**, vol.16. Campinas,SP: Ed.Unicamp, 2001.

_____. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. In: **Revista de Estudos Feministas**, maio-agosto, ano/vol.12, numero2. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004. p. 35-50

TREBISACCE, C. Una segunda lectura sobre las feministas de los '70 en Argentin. In: **Revista Conflicto Social**, año 3, nº 4, diciembre de 2010, p. 26-52.

_____. Las feministas de los '70: otras prácticas políticas entre la modernización y el cambio social. In: **Actas de las V Jornadas de Sociologia de la UNLP y I Encuentro Latinoamericano de Metodologia de las Ciencias Sociales**, Buenos Aires, 2008.

TREBISACCE e TORELLI. Reconstruyendo memorias feministas. Apuntes para una escucha de las historias que cuenta el archivo personal de SaraTorres, Atas das **III Jornadas de Historia, Género y Política en los '70**, Buenos Aires/Ar: 2010. (no prelo).

VALENTE, V. Los feminismos latinoamericanos en su transito al nuovo milenio. Una lectura político-personal. In: **Cultura, política y sociedad – perspectivas**

latinoamericanas. Mato, Daniel (org.). Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2005. p. 379-398.

VASSALO, A. Las mujeres dicen basta: movilización, política y orígenes del feminismo argentino em los 70. In: ANDÚJAR, A. (org.) **Historia, Género y Política en los '70.** Buenos Aires: Ed.Feminaria, 2005. p. 61-88

VITALE, M. A. Memoria y acontecimiento. La prensa escrita argentina ante el golpe militar de 1976. In: Granato, Luisa y Patricia Vallejos (Editoras) **Los Estudios del Discurso: nuevos aportes desde la investigación en la Argentina.** Universidad Nacional del Sur. (no prelo).

ZOPPI-FONTANA, M. G (1997). **Cidadãos modernos. Discurso e representação política.** Campinas, Editora da UNICAMP.

_____. Lugares de enunciação e discurso. In: **Boletim da Associação Brasileira de Lingüística.** V1. Fortaleza, ABRALIN/UFC, 2003 , p. 199-201

_____. Arquivo jurídico e exterioridade. A construção do corpus discursivo e sua descrição/interpretação. In: Guimarães; BRUM-DE-PAULA, M.R. (orgs). **Sentido e Memória.** Campinas, Pontes Editores, 2005, p. 93-115.

ANEXOS

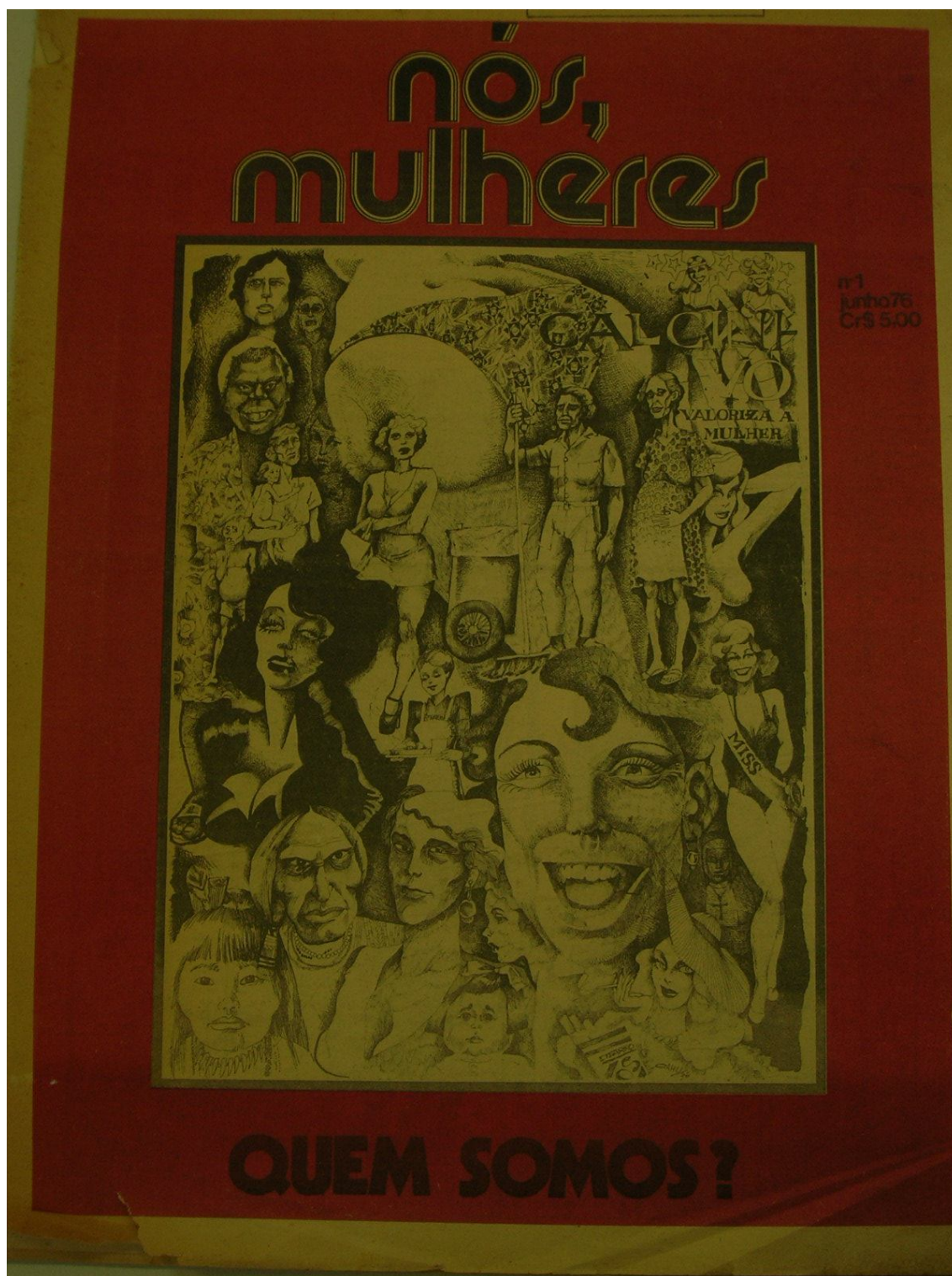


Figura 1 – capa do jornal Nós Mulheres, n.1, junho de 1976.



Figura 2 – Quadrinhos do jornal Nós Mulheres, n.1, junho de 1976.

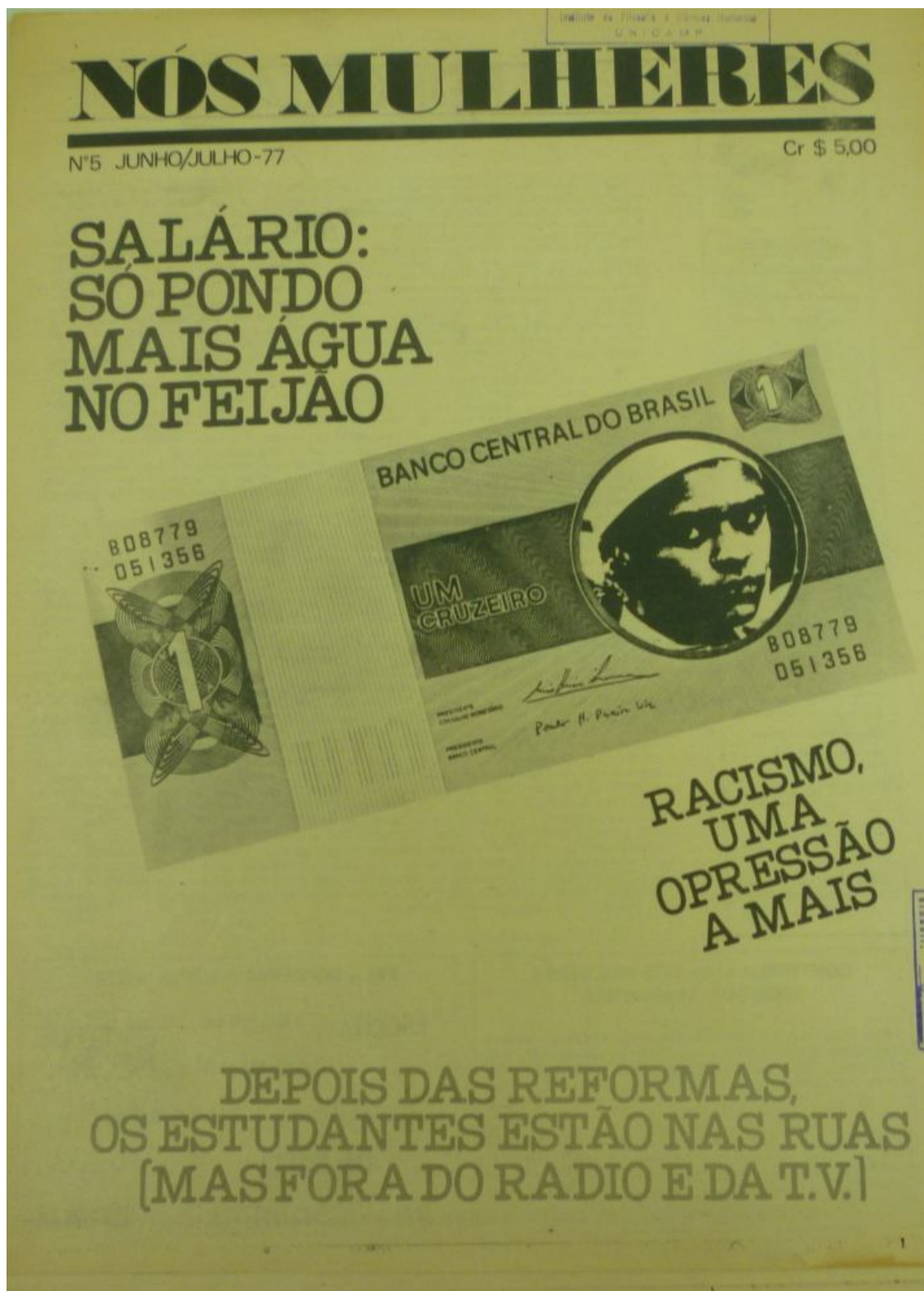


Figura 3 – capa do jornal Nós Mulheres, n.5, junho/julho 1977.

TÁ NA CARA

A GRANDE PROPOSTA

Apresentamos a maior lançadora de moda do Brasil

QUANDO UMA COISA É BOA AGENTE NÃO ALUGA. AGENTE COMPRÁ.

Saque e dispare.

Câmara Kodak Xereta.

A propaganda é uma mentira, um mundo ilusório que cria todo dia novas necessidades. Absolutamente desnecessárias. E cuidado: se você não tiver isso bem claro, pode começar a odiar a sua própria imagem, porque não tem a pele branca e macia, o rosto sem rugas, os cabelos loiros ou aquele corpo fantástico.

Nós Mulheres somos fortes, mas a propaganda nos faz frágeis, burras, e «gostosas»; porque é assim que essa sociedade nos usa para vender seus produtos. No entanto somos tantas. E por trás dessas imagens há força, inteligência, trabalho, miséria. E opressão.

VOCÊ NÃO VÊ?

Cuide bem de seu rosto. Ele é a segunda coisa que os homens mais gostam de olhar.

Vodka Eristov por vida nas coisas mais simples.

Figura 4 –Tá na cara, jornal Nós Mulheres, n.6, agosto/setembro de 1977.

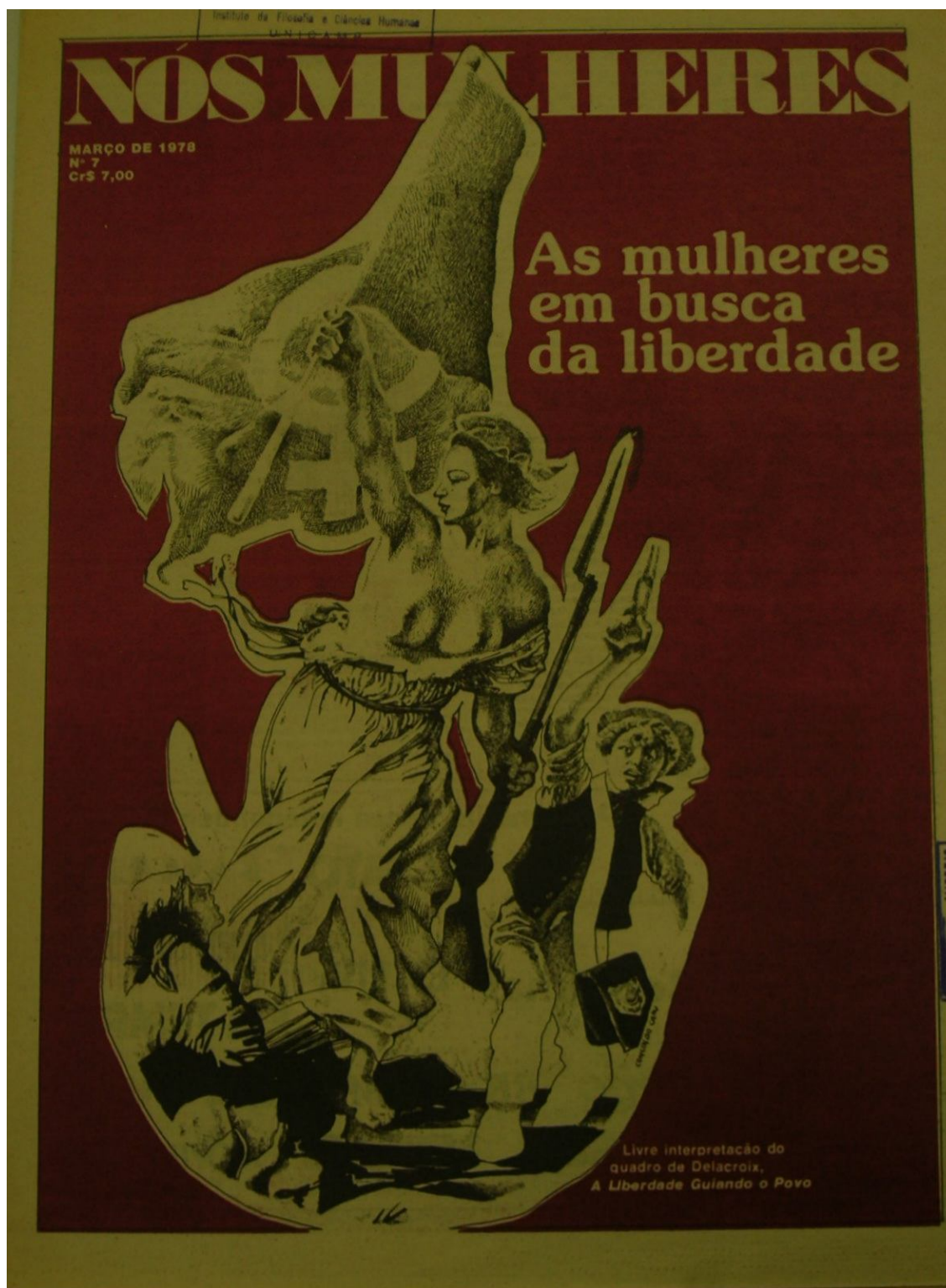


Figura 5 – capa do jornal Nós Mulheres, n.7, março de 1978.



Figura 6 – capa da revista Muchacha, n.2, 1972.

PAGINA 4

EL AMA DE CASA

próximo, a las 20.30, en la parroquia de San José, se celebrará el matrimonio la boda de la señorita Ana María González de la Vega con el señor Adrián Bunge. Apadrinarán la ceremonia la señora María del Pilar Sánchez de Bunge y Juan Diego Diehl. La ceremonia se celebrará del corriente, a las 20, en la iglesia de Santa Adela. —Será celebrado el día 20, en la parroquia de Nuestra Señora del Socorro, el casamiento de la señorita Juana Marengo con el señor Bernardo Chapar, y actuarán como padrinos la señora María Elena Jornet Chapar, y los señores Eduardo Marengo y su señora Marta Teste, y Eduardo Marengo. Del casamiento civil actuarán como testigos, por la novia, la señorita Nela Bourse de Freres y, por el conyuge, el señor Mario A. Chapar. En la parroquia de San Bosco será consagrado el día 21, el casamiento de la señorita Marta Tejada con el señor José Castro y serán como testigos la señora Fidencia de Castro y el señor L. Tejada. El acto se efectuará el día anterior y actuarán como testigos la señorita Marta Espina y el señor Carlos Angel. —Se realizará hoy el casamiento civil de la señorita Constanza Demaria Massey con el señor Julia Suaya Laprida e intervendrán como testigos, por la novia, la señorita Alcira García Augé y el señor Carlos Salcedo Gómez y, por el contrayente,

Señora de M... cerán mañana recepción en agasajo de relaciones de su país Zamora D... en Buenos Aires. Parará hoy, la opción que el del Libano tagi con m... e la fiesta n... is. ENTOS sé Antonio... irá el 2 d...

Nadie se arrepintió de haber comprado Cubiertos Plata

CURSOS DE VERANO Para Expertas en Rallera

Es bien conocida la imagen de la mujer casera, o sea, sinónimo de mujer que lava, plancha, cocina, mujer que espera al marido con la comida servida, mujer haciendo compras, mujer cuidando chicos, mujer esclava del hogar.

Mujer "apta para todo servicio", sirvienta de día, instrumento de placer a la noche, viviendo para servir al hombre, para sus caprichos y exigencias sin poderse "meter" en sus asuntos porque "de esto no vas a entender nada" "los negocios son para los hombres" y "andá a lavar los platos que de mantener la casa me encargo yo".

(sigue en página 8)

Figura 7 – El ama de casa, revista Muchacha, n.2, 1972.

joven mujer

PAGINA 3

Joven mujer ¿ qué respuesta tenés para estas preguntas?

¿ Alguna vez no tuviste ganas de llamar por teléfono a algún chico para invitarlo a pasear?

¿ O de sacar a bailar a un muchacho que no conocías pero que te gustaba?

¿ O de ir sola al cine?

¿ O de salir a caminar sola por la calle?

¿ Por qué no hacemos nada de eso?

¿ Pcr qué los muchachos si pueden hacerlo?

Quizas a vos, como a mi, te da mucha bronca ir a un baile sin pareja, porque te resulta ridículo pararte en exposición para que te elijan...

O no te dejan volver sola a la noche a tu casa... Y quizás de verdad sería peligroso que lo hicieras...

Y saber que en todos lados se acepta una doble moral: los varones pueden y deben tener relaciones sexuales prematrimoniales, las mujeres NO ...



Figura 8 – joven mujer, revista Muchacha, n.2, 1972.

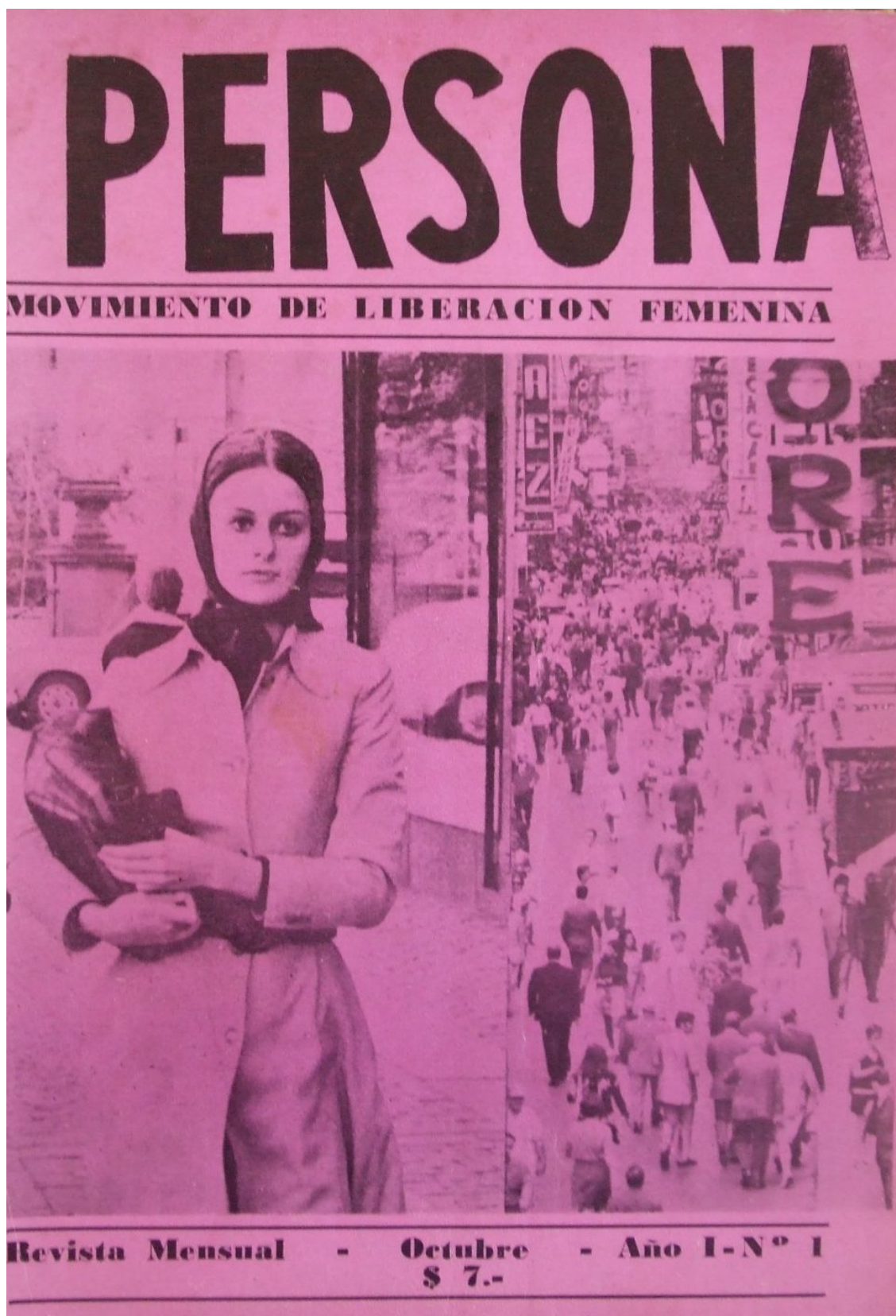


Figura 9 – capa da revista Persona, n.1, outubro de 1974.

LA MADRE

En el pasado mes de octubre se festejó el día de la madre. Nos adherimos a ese festejo recordando la realidad de la madre en nuestra sociedad.

Unica trabajadora que:

No está protegida por la ley.

No tiene sindicato.

No tiene jornada de ocho horas.

No tiene descanso dominical.

No tiene salario mínimo vital y móvil

No tiene ningún reconocimiento a su trabajo silencioso.

Considerada jurídicamente inferior al varón, es explotada por el sistema que trata de negarlo, con regalos por un día, mientras la utiliza todo el año.

Figura 10 – La madre, revista Persona, n.1, outubro de 1974.



Figura 11 – Feminita, revista Persona, n.3, dezembro de 1974.